



**UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**



ESCOLA DE DESIGN

Programa de Pós-graduação em Design (PPGD)
MESTRADO EM DESIGN

**APLICAÇÃO DO DESIGN EM PROJETOS URBANOS
ESTUDO DE CASO DA VILA SÃO JOSÈ, BELO HORIZONTE, MG.**

THABATA REGINA DE SOUZA BRITO

**Belo Horizonte
Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG
2015**



**UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**



ESCOLA DE DESIGN

Programa de Pós-graduação em Design (PPGD)
MESTRADO EM DESIGN

THABATA REGINA DE SOUZA BRITO

**APLICAÇÃO DO DESIGN EM PROJETOS URBANOS:
ESTUDO DE CASO DA VILA SÃO JOSÉ, BELO HORIZONTE, MG.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Design, na linha de pesquisa: Design, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Rita de Castro Engler, Dr^a

**Belo Horizonte
2015**

B862a Brito, Thabata Regina de Souza

Aplicação do design em projetos urbanos: estudo de caso da Vila São José, Belo Horizonte, MG. / Thabata Regina de Souza Brito. --2015.

153 f., enc.; il.

Orientadora: Rira de Castro Engler.

Área de concentração: Design, Inovação e Sustentabilidade.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Design. Mestrado em Design 2015

Inclui bibliografia.

1. Arquitetura de habitação 2. Habitação popular. 3. Design. I. Engler, Rira de Castro. II. Universidade do Estado de Minas Gerais. Escola de Design. III. Título.

CDU: 728



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



ESCOLA DE DESIGN

Programa de Pós-graduação em Design (PPGD)
MESTRADO EM DESIGN

APLICAÇÃO DO DESIGN EM PROJETOS URBANOS: ESTUDO DE CASO DA VILA SÃO JOSÉ, BELO HORIZONTE, MG.

Autora: Thabata Regina de Souza Brito

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para a obtenção do título de Mestre em Design no Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2015.

Prof^a. Rita de Castro Engler
Coordenadora do PPGD

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Rita de Castro Engler, Dr^a.
Orientadora
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. Renato Cesar Ferreira de Souza, Dr.
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Róber Dias Botelho, Dr.

Universidade do Estado de Minas Gerais

DEDICATÓRIA

À minha família,
que tanto amo, minha mãe Sonia Regina Ferrari,
e meus irmãos Thiago Brito e Thalita Brito.

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir esse aprendizado.

À minha mãe Sonia por todo o amor, carinho e incentivo.

À minha irmã Thalita pelo amor, companheirismo, cuidado e dedicação. Agradeço pelas críticas e sugestões dadas em todos os capítulos e por ter lido todas as páginas dessa pesquisa. Não teria conseguido sem a sua ajuda.

À minha orientadora Rita pela confiança, apoio, incentivo e amizade. Por me receber em inúmeras orientações com o sorriso no rosto e uma vontade ímpar. Agradeço por proporcionar o desenvolvimento de uma pesquisa prazerosa.

À Nadja, a figura materna no meio acadêmico. Minha inspiração de ser humano justo e dedicado. Agradeço pelo amor, amizade e confiança, a quem eu sempre pude contar.

Ao Carlos, meu irmão por opção, agradeço pela ajuda e companheirismo constante.

À equipe do Cedtec que amenizou o fardo da pesquisa e permitiu a trocar do conhecimento.

À todos da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG pela minha formação acadêmica.

Agradeço o auxílio financeiro que recebi da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES para a realização deste trabalho com a bolsa de mestrado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Design - PPGD e a todos os professores envolvidos pelas contribuições teóricas e o apoio durante toda a pesquisa.

A todos os entrevistados, ao Grupo Especializado em Patrulhamento em Área de Risco - GEPA, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, a Santa Bárbara Engenharia S.A, aos colombianos que responderam os questionários, todos foram fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa

Aos moradores da Vila São José pela confiança, por permitir conhecer suas histórias e por poder trocar inúmeras experiências.

Enfim, a todos que de alguma maneira contribuíram para a realização dessa pesquisa deixo o meu sincero obrigada!

RESUMO

A pesquisa compreende uma abordagem dos problemas sociais, tendo como ponto de partida às demandas de melhoria das condições urbanas, com enfoque nos problemas habitacionais, provocados pelo acelerado crescimento urbano e a falta de acessibilidade da população carente. A pesquisa estuda a criação e aplicação das políticas públicas federais e municipais para solucionar os problemas das demandas habitacionais. Por se tratar de um tema transdisciplinar, o design social e design estratégico foram conceitos base para o desenvolvimento da pesquisa. O design social defende a diminuição da pobreza, ampliando as discussões para o lado social, onde todas as esferas se beneficiam. O design estratégico é um dos instrumentos responsável para a promoção e valorização das políticas públicas atuais, que buscam facilitar e/ou estimular os processos de reestruturação urbana. Simultaneamente o conceito de identidade e território são estudados como a soma de valores que torna determinado indivíduo e sociedade único. Dessa maneira, o estudo analisa o contexto das metrópoles com o propósito de pesquisar o conceito de cidades compactas que, na atualidade, é vista como uma busca para superar e vislumbrar uma alternativa para o futuro, possibilitando alcançar a sustentabilidade nas aglomerações urbanas. Alguns exemplos em autossuficiência urbana foram apresentados na pesquisa. O método de investigação adotado foi o estudo de caso, a partir de observação-participante. A pesquisa de campo foi realizada junto aos moradores da Vila São José, pertencente à cidade de Belo Horizonte, contextualizando as políticas públicas que foram aplicadas no processo de transformação da favela para o conjunto habitacional da Vila. Dessa forma, a pesquisa apresenta uma área, ainda não muito valorizada, de atuação do profissional em design junto a projetos urbanísticos governamentais. Diante desse cenário o designer se apresenta como interlocutor das necessidades e expectativas dos moradores carentes, analisando e compreendendo a relação das vivências dos cidadãos com a sua realidade.

Palavras-chave: Projetos urbanos. habitação. design . Vila São Jose.

ABSTRACT

The research comprises an approach of social problems, starting on the demand for improvements in urban conditions, focusing on habitation issues caused by the accelerated urban growth and lack of accessibility of the needy population. The research studies the creation and application of the municipal and federal public policies to fix the habitation issues demands. Since it is a transdisciplinary theme, the social and strategic designs were base concepts in the development of this research. The social design defends the reduction of poverty, expanding the discussion of social matters, from which all areas would benefit. The strategic design is one of the instruments responsible in the promotion and enhancement of the current public policies that seek to facilitate and/or encourage the urban restructuring process. Simultaneously, the concepts of identity and territory are studied as a sum of values that makes a certain individual and the society unique. Given this points, the study analyses the metropolis context aiming at the research of the compact cities concept that, nowadays, are taken as a quest to overcome and glimpse an alternative for the future, that would enable the achievement of sustainability in urban conglomerates. Some examples of urban self-sufficiency were presented in this research. The case-study by participant-observation was the investigation method adopted. The field research was conducted among the residents of Vila São José, located at the city of Belo Horizonte, contextualizing the public policies that were applied in the transformation process of the slum to habitation complex. In conclusion, this research presents a yet to be valorized performance area of a design professional. In the face of this scenario, the designer presents himself as an interlocutor of the need and expectations of needy residents, analyzing and perceiving the relation between the experiences of the citizens and their reality.

Keywords: Urban Projects. housing. design. Villa São José.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Quadro cronológico das políticas governamentais.....	18
FIGURA 2 -	Planta cadastral do arraial de Belo Horizonte.....	30
FIGURA 3 -	Comissão construtora da nova capital 1897.....	31
FIGURA 4 -	Quadro cronológico das políticas municipais de Belo Horizonte.....	33
FIGURA 5 -	Quadro com elementos considerados para a urbanização e legalização das favelas.....	35
FIGURA 6 -	Fluxograma: O processo de estratégia.....	43
FIGURA 7 -	Quadro: Dimensões de uma cidade sustentável.....	48
FIGURA 8 -	Quadro: Princípios para um ecobairro.....	51
FIGURA 9 -	Local de compartilhamento de bicicletas.....	55
FIGURA 10 -	Tianjin Eco city.....	56
FIGURA 11 -	Rio de Singapura nos anos 70 e nos dias de hoje.....	62
FIGURA 12 -	Montagem da praia do rio Sena.....	63
FIGURA 13 -	Praia do Rio Sena.....	63
FIGURA 14 -	Área de lazer em vagas de automóvel.....	65
FIGURA 15 -	Parklets.....	65
FIGURA 16 -	Outro exemplo estético de Parklet.....	65
FIGURA 17 -	Intervenção no Largo Paissandu.....	67
FIGURA 18 -	Proposta do urbanismo de Almere Dosteworld.....	68
FIGURA 19 -	Exemplos de projetos vencedores de concursos. Parque Explora e Jardim Botânico respectivamente.....	73
FIGURA 20 -	Teleférico.....	74
FIGURA 21 -	Escada rolante na periferia.....	75
FIGURA 22 -	Parque Biblioteca España e Luis Arroyave respectivamente.....	76
FIGURA 23 -	Parque Biblioteca Belén.....	77
FIGURA 24 -	Parque Biblioteca España.....	77
FIGURA 25 -	Dia - a - dia dos policias na cidade de Medellín.....	78
FIGURA 26 -	Abertura da Avenida Pedro II em 1936.....	93
FIGURA 27 -	Imagem da favela São José década de 80.....	98
FIGURA 28 -	Desenho da Vila São José na atualidade.....	99

FIGURA 29 - Organograma das etapas de execução das obras orientada pela Urbel.....	100
FIGURA 30 - Forma do pavimento tipo.....	101
FIGURA 31 - Imagens da construção de um dos blocos da Vila São José.....	102
FIGURA 32 - Imagens da construção da cozinha e banheiro respectivamente.....	103
FIGURA 33 - Praça central da Vila São José na atualidade.....	104
FIGURA 34 - Desapropriação da Vila São José e o registro do poema na parede de um ex-morador.....	105
FIGURA 35 - Desenho representativo da criação de animais na vila....	107
FIGURA 36 - Desenho representativo da violência na vila.....	109
FIGURA 37 - Quadro: Perfil dos moradores.....	112
FIGURA 38 - Questionamento da criação do conjunto habitacional para a região.....	113
FIGURA 39 - Questionamento sobre a preocupação dos moradores em cuidar do espaço projetado.....	114
FIGURA 40 - Apresentação dos aspectos que a Vila pode melhorar....	116

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Planta geral da cidade de minas 1894.....	32
MAPA 2 - Localização cidade São José.....	53
MAPA 3 - Localização da Colômbia.....	70
MAPA 4 - Mapa da região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais	91
MAPA 5 - Mapa das regiões da cidade de Belo Horizonte.....	92
MAPA 6 - Mapa das regiões da Cidade de Belo Horizonte com a localização da Vila São José.....	95
MAPA 7 - Mapa da localização VilaSão José.....	97

LISTA DE ABREVIações, SIGLAS E SÍMBOLOS

APCBH.....	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
BNH.....	Banco Nacional de Habitação
BRT.....	Transporte Rápido por Ônibus
CCNC.....	Comissão Construtora da Nova Capital
CEBs.....	Comunidades Eclesiais de Base
CHISBEL.....	Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte
CMN.....	Conselho Monetário Nacional
CNN.....	Cable News Network
DNIT.....	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DOE.....	Departamento de Energia nos Estados Unidos
EDU.....	Empresa de Desenvolvimento Urbano
ELN.....	Exercito de Libertação Nacional da Colômbia
FAMOBH.....	Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte
FAR.....	Fundo de Arrendamento Residencial
FARC.....	Força Armada Revolucionaria da Colômbia
FAT.....	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCP.....	Fundação da Casa Popular
FGTS.....	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FJP.....	Fundação João Pinheiro
FNM.....	Fundo Nacional de Moradia
GATE.....	Grupo de Ações Táticas Especiais
GEPA.....	Grupo especializado em Patrulhamento em Área de Risco
IAPs.....	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Infraero.....	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPTU.....	Imposto Predial e Territorial Urbano
HIS.....	Habitação de Interesse Social
MDB.....	Movimento Democrático Brasileiro
MPOG.....	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MUNIC.....	Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros
OGU.....	Controladoria-Geral da União
OP.....	Orçamento Participativo

PAC.....Programa de Aceleração do Crescimento
PBH.....Prefeitura de Belo Horizonte
PDT.....Partido Democrático Trabalhista
PGE.....Plano Global Especifico
PIB.....Produto Interno Bruto
PMDB.....Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Proas.....Programa de reassentamento por obras públicas em vilas e favelas
Prodecom.....Programa de Desenvolvimento da Comunidade
PSD.....Partido Social Democrático
PVV.....Programa Vila Viva
SAE.....Secretaria de Assuntos Estratégicos
SBPE.....Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH.....Sistema Financeiro de Habitação
SNHIS.....Fundo Nacional de Infraestrutura de Transporte
UTP.....União dos Trabalhadores de Periferia
URBEL.....Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	02
1.1. OBJETIVOS.....	02
1.1.1 Objetivo Geral.....	03
1.1.2 Objetivos específicos.....	03
1.2 JUSTIFICATIVA.....	03
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	08
2.1. METROPOLE.....	08
2.1.1 Contextualização das metrópoles brasileiras.....	08
2.1.2 Habitação de interesse social.....	12
2.1.3 Favelas.....	14
2.2 PROGRAMAS DO GOVERNO.....	17
2.2.1 Histórico das políticas governamentais.....	17
2.2.2 Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.....	25
2.2.3 Políticas municipais da cidade de Belo Horizonte.....	29
2.3 DESIGN.....	37
2.3.1 Design social.....	37
2.3.2 Identidade e território.....	38
2.3.3 Design estratégico.....	41
2.4. INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE URBANA.....	45
2.4.1 San Jose - Califórnia.....	53
2.4.2 China - Tianjin eco city.....	56
2.4.3 Barcelona.....	58
2.4.4 Portland.....	59
2.4.5 Singapura.....	60
2.5. INTERVENÇÕES URBANAS.....	62
2.5.1 A praia de Paris.....	62
2.5.2 São Paulo.....	64
2.4.6 Holanda.....	68
2.6 A TRANSFORMAÇÃO DE MEDELLIN.....	69

3. METODOLOGIA.....	83
3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA QUALITATIVA.....	83
3.2 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS.....	84
3.3 OBJETO DE ESTUDO.....	86
3.4 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	86
4. ESTUDO DE CASO.....	89
4.1 HISTORIA DE BELO HORIZONTE E O SURGIMENTO DA VILA SÃO JOSÉ.....	90
4.2 CONSTRUÇÃO DA VILA.....	99
4.3 PANORAMA SOCIAL DA VILA SÃO JOSÉ.....	104
4.3.1 Características do processo de remoção.....	104
4.3.2 A violência na Vila São José.....	108
4.3.3 População da Vila São José.....	111
4.4 ANÁLISE DA PÓS OCUPAÇÃO DA VILA SÃO JOSÉ.....	113
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA.....	118
REFERENCIAS.....	122
APÊNDICE.....	132
A - Entrevista feita a cidadãos de Medellín.....	133
B - Entrevista representantes da construtora responsável pela obra da Vila São José.....	134
C - Entrevista representantes Grupo Especializado em Patrulhamento em Área de Risco (GEPA) responsável pela segurança e ordem da Vila São José.....	135
D - Entrevistada representante Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel.....	136
E - Questionário moradores.....	137

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.2 JUSTIFICATIVA

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo pesquisar a Vila São José, pertencente à cidade de Belo Horizonte, contextualizando as políticas públicas que foram aplicadas no processo de transformação da favela para o conjunto habitacional da Vila.

Durante todo o processo histórico da construção da cidade de Belo Horizonte observou-se a criação e segregação das favelas e aglomerados, que se desenvolveram em conjunto com a cidade a partir da marginalização da população menos favorecida das regiões nobres da capital. Nota-se a omissão do envolvimento dos favelados¹ durante todo o processo de concepção e execução das políticas públicas. Há um posicionamento impositivo do governo frente a uma população carente de recursos físicos e intelectuais.

O desenvolvimento desenfreado da urbanização no último século afetou o desenho original da capital mineira. Na sua construção, foi idealizado um projeto de cidade para atender a marca de 100 mil moradores quando essa completasse 100 anos de existência, o que não ocorreu de fato. A título de exemplo no ano do centenário, 1997, a cidade possuía uma população de 2 milhões de habitantes. Conforme Arrais (2009), essa carência de percepção do futuro se repetiu em toda a história da cidade, que não teve um planejamento consistente.

Diante desse cenário o designer se apresenta como incentivador da melhoria da qualidade de vida na metrópole. Apresentando-se como interlocutor das necessidades e expectativas dos favelados, analisando e compreendendo a relação das vivências desses cidadãos com o seu território e possibilitando a melhoria das concepções urbanísticas do governo.

O estudo pretende identificar as demandas projetuais urbanísticas da Vila São José compreendendo a identidade da população com o território, suas histórias e as etapas do processo de remoção e criação do conjunto habitacional identificando as demandas existentes para a atuação do profissional de design.

¹ Neste texto entendemos favelado por todo e qualquer indivíduo residente em uma favela.

1.1 OBJETIVO

1.1.2 OBJETIVO GERAL:

Entender em quais etapas o designer pode atuar no contexto da habitação nas favelas e sua transformação em conjuntos habitacionais, através de projetos governamentais através do estudo de caso da Vila São José.

1.1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Mapear alicerces teóricos sobre design social, território, identidade, inovação social e design estratégico;
- Pesquisar e contextualizar a Vila São José e as políticas governamentais que foram trabalhadas na região;
- Investigar exemplos de projetos que aplicaram soluções criativas e economicamente viáveis para o contexto urbano;
- Identificar as características habitacionais dos moradores;
- Verificar em quais etapas o designer atua nesse contexto, propondo soluções em design para melhorar o processo de remoção e ocupação, e promover a identificação territorial e a qualidade de vida dos moradores da vila.

1.2 JUSTIFICATIVA

A pesquisa compreende uma abordagem dos problemas sociais, tendo como ponto de partida as demandas de melhoria das condições urbanas, provocados pelo acelerado crescimento urbano.

A segregação socioespacial de Belo Horizonte nasceu em conjunto com a capital mineira, a partir da exclusão da população menos favorecida das regiões nobres do centro da capital. Com o passar das décadas os aglomerados e favelas se expandiram de forma exponencial, Rodrigues e Lages exemplificam:

Nas décadas de 1950 e 1960, as favelas atingem uma taxa de crescimento maior que o restante da cidade: os 36 mil habitantes que moravam em vilas em 1950 mais do que triplicaram 15 anos depois, chegando a 120 mil pessoas. Em 1985, a população nos aglomerados já era de 550 mil pessoas. Esse crescimento aponta

para a acentuação de um modelo de desenvolvimento da cidade que perpetua a segregação socioespacial. (2009)

Criado em 2007, pelo Governo Federal, o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC elevou o investimento público e privado em obras fundamentais. Nos seus primeiros quatro anos, ele ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010) e ajudou o Brasil a gerar empregos – 8,2 milhões de postos de trabalho criados no período (PORTAL BRASIL). Mas, as comunidades atendidas pelo PAC ainda carecem de outros mecanismos para melhorar a qualidade de vida.

O design é uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento de projetos urbanísticos, no entanto nenhum dos programas governamentais brasileiros trabalhou com o design na sua constituição.

De acordo com Manzini (2006) o designer tem o papel de construir uma ponte entre as condições internas e as condições externas propiciando a mudança para criar experiências locais que mostrem novos conhecimentos e possibilidades. Diante disso pode-se afirmar que os designers são co-autores das soluções, atuando como atores sociais uma vez que colabora nas atividades do dia-a-dia contribuindo com as relações entre as pessoas e o desenvolvimento da sociedade (MONTEIRO, 2007).

Esse trabalho abrange uma oportunidade de estudar o papel do design no espaço da favela e sua transformação em conjunto habitacional. Nesse caso a partir do contato direto com a comunidade São José e suas modificações realizadas através do Programa de Aceleração ao Crescimento do Governo Federal - PAC.

A Vila São Jose, situada na região da Pampulha na capital mineira, foi uma das favelas atendidas pelo programa municipal Vila Viva. O empreendimento, orçado em 172,4 milhões de reais. O projeto prevê a construção de 88 blocos com 1.048 apartamentos. Os programas

atendem respectivamente 2,4 mil famílias contabilizando aproximadamente 10 mil moradores.

Para a melhoria das condições de vida dos moradores da vila foram implantadas áreas de lazer e convivência e executadas a abertura e urbanização de vias, canalização do córrego São José, implantação de redes de água e esgoto e a ligação viária das avenidas Pedro II a Tancredo Neves e João XXIII. Ocupada há mais de 30 anos a Vila São José tem sido uma barreira para a integração das regiões Noroeste, Norte e Pampulha.

Atualmente a população está reinterpretando os espaços que lhe foram concedidos e apresentando formas particulares de utilização.

Nesse contexto, o design poderá contribuir para atender as demandas sociais e apontar possíveis soluções, através dos sistemas de processos de produção e serviços junto à sociedade. Espera-se com a realização da investigação, verificar as etapas que serão trabalhadas, como também, promover identidade territorial da vila, proporcionar a valorização do profissional em Design em projetos urbanísticos governamentais e a gerar conhecimento para a comunidade, academia, instituições públicas e privadas.

Para construir uma metrópole, há de se considerar que certamente, além dos trabalhadores previstos na fase inicial de desenvolvimento da cidade, outros povos seriam atraídos pela possibilidade de prosperidade, já declarada no planejamento. Assim, migrações do interior do estado como de outros estados brasileiros e até mesmo de estrangeiros, influenciaram o perfil da capital (BRITO; SOUZA, 2005).

Em nome do que se convencionou designar de progresso, a cidade foi sendo ocupada na década de 50, principalmente por imigrantes e aventureiros que não tinham com ela nenhuma relação de identidade. Conforme Cavalcante (2010), Belo Horizonte cresceu desordenadamente e os reflexos negativos se registraram na arquitetura e na apropriação de espaços públicos.

A primeira iniciativa em busca de melhorias nas favelas mineiras ocorreu a partir da união dos moradores das classes populares do bairro Santa Efigênia, Floresta e Lagoinha. A partir dessa iniciativa o governo se viu forçado a intervir nas favelas, mas não com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos moradores e sim como tentativa de conter o crescimento das favelas e

estancar o descompasso que havia entre o crescimento industrial, da chamada zona urbana, e os espaços ocupados pelas classes populares (GUIMARAES, 1992).

A partir de uma breve análise, que será apresentada do decorrer da pesquisa, observou-se que a maioria dos programas de infraestrutura e urbanização não considera a opinião e desejos da população que estão nas vilas. Normalmente as ações são pensadas por uma categoria que não vivencia a realidade dos moradores da favela. Como Lopes, Kapp e Baltazar (2010, p.5) defendem “Estado mantém sua ação paternalista, como recurso para manipular a população e fazê-la aceitar, docilmente, intervenções impostas de cima para baixo”.

Durante o processo de assentamento parte da população questiona o posicionamento impositivo do governo, sem dar aos moradores oportunidades de escolhas (EVANS, 2008).

Nas favelas há um forte sentimento de pertencimento e de coesão e que apesar das inúmeras dificuldades os moradores mantêm um vínculo positivo com o seu território. “O amor ao lugar é uma questão de afinidade com os seus significados, de confiança na sua permanência. Sem chegar a ter familiaridade, é difícil que se possa compreender esses significados” (CASTRIOTA, 1998, pg.40).

A dificuldade da maioria dos programas governamentais é não entender a relação do morador com o território, que é bem particular, e propor a mesma solução para todas favelas e aglomerados (CAVALCANTE, 2010).

Diante das transformações de significações territoriais o designer compreende-se como o interlocutor das identificações dos sentidos do território. O Designer considera as diferenças, especificidades e satisfaz desejos, interesses e necessidades do destinatário. Isso porque o design trata da materialização de conceitos, prazeres e emoções, da concretização de significados e de interesses(NIEMEYER 2010).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 METRÓPOLE

2.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

2.1.2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

2.1.3 FAVELAS

2.2. PROGRAMAS DO GOVERNO

2.2.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

2.2.2 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

2.2.3 POLÍTICAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

2.3 DESIGN

2.3.1 DESIGN SOCIAL

2.3.2 IDENTIDADE E TERRITÓRIO

2.3.3 DESIGN ESTRATÉGICO

2.4. INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE URBANA

2.4.1 SAN JOSE - CALIFÓRNIA

2.4.2 CHINA - TIANJIN ECO CITY

2.4.3 BARCELONA

2.4.4 PORTLAND

2.4.5 SINGAPURA

2.5. INTERVENÇÕES URBANAS

2.5.1 A PRAIA DE PARIS

2.5.2 SÃO PAULO

2.4.6 HOLANDA

2.6 A TRANSFORMAÇÃO DE MEDELLIN

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 METRÓPOLES

2.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

No decorrer dos séculos XVIII e XIX o Brasil foi um país essencialmente rural, devido a sua economia primário-exportadora na qual fundamentava suas riquezas nas grandes propriedades de cana de açúcar e café e no trabalho escravo (CARVALHO, 2006). Durante o período colonial existiam no Brasil poucas cidades, como Recife, Ouro Preto, Rio de Janeiro, etc., onde habitavam uma pequena quantidade de moradores. Ainda, no século XIX 90% da população brasileira viviam nos campos. Com a Proclamação da República, desencadeou a eclosão do trabalhador livre e no, vagaroso, crescimento do setor industrial, foi possível visualizar um tímido processo de urbanização da sociedade (MARICATO, 2000). Há exemplo, desse prolongado processo, no ano 1920 apenas 16,6% da população brasileira residiam em cidades. (CARVALHO, 2006)

É possível observar a expansão do desenvolvimento das cidades brasileiras na década de 40, onde a taxa de cidadãos que passaram a residir nas cidades atingiu a taxa de 31,2%, tudo isso, em decorrência das transformações na agropecuária e a intensificação das migrações internas.

Expressivo contingente de pessoas foram levadas há alguns centros brasileiros, constituído assim as grandes regiões metropolitanas. O motivo dessa transferência foi a possibilidade de melhorias nas condições de vida, a concentração da produção, o aumento da riqueza, a falsa expectativa do aumento do nível de vida, da possibilidade a diversos serviços e a oportunidade de trabalho foi convergida para alguns centros. (CARVALHO, 2006).

A institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras foi realizada nos anos 70 a partir de uma política nacional de desenvolvimento urbano, intimamente relacionado á expansão das multinacionais como forma de produção industrial. (MOURA E FIRKOWSKI, 2001)

Foi durante a década de 1980 que o Brasil tornou-se predominantemente urbano, com 67,6% da população habitando nas cidades. Com o passar dos anos esse número ascendeu e na virada do século 81,2% da população brasileira residiam em metrópoles (CARVALHO, 2006). Em números absolutos, em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes, e em 2000 o número é de aproximadamente 138 milhões de pessoas. (MARICATO, 2000)

A partir desses acontecimentos, caberia aos estados assumir a competência de definir, alterar e instituir unidades regionais, bem como compor modelos institucionais para gestão desses espaços (MOURA E FIRKOWSKI, 2001, pg. 107).

Como Moura e Firkowski (2001) comentam sobre o desejo que as metrópoles têm de possuir status, mais que criar regiões, se instituem metrópoles, associadas ao peso simbólico que as relaciona ao “progresso” e a “modernidade”, não na melhora da qualidade de vida para todos que a ocupam.

Esse ideal de ascensão social para todos, que de fato, atraiu expressivos contingentes de população para os centros urbanos não foi visto na prática, o que realmente aconteceu foi o desenvolvimento de metrópoles de caráter desigual e excludente, incapazes de assegurar melhores condições de trabalho e de subsistência para a maioria da população (CARVALHO, 2006).

As metrópoles se configuram como um movimento de construção urbana para o assentamento residencial de milhares de cidadãos que buscavam a satisfação de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água, lazer, etc.. Entretanto, o território foi ocupado, porém as condições geradas para viver nesses espaços não alcançaram resultados satisfatórios.

Nesse sentido, é importante refletir sobre a forma das institucionalizações das regiões metropolitanas brasileiras e o caráter complexo que suas aglomerações urbanas particulares adquiriram e como a qualidade das relações sociais é correlativa ao grau das desigualdades sociais e da má distribuição das riquezas (KAZTMAN; RIBEIRO, 2008).

Como exemplo, durante os anos de 1940 a 1980, o Brasil apresentou o Produto Interno Bruto - PIB com índices superiores a 7% ao ano, considerado

um dos maiores índices mundiais no período (MARICATO, 2001, pg. 4), porém esse número não refletiu em maior acesso a população, o alto índice de crescimento econômico favoreceu ainda mais a concentração de renda no país.

Entre o final do século XIX e início do século XX diversas cidades brasileiras passaram por reformas urbanas, nas quais foram realizadas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, fato que obrigou a população excluída a se mudar para os morros e para as margens da cidade. (MARICATO, 2001)

As metrópoles eram compostas por uma camada de população que se dividiam em cidadãos de alta renda, com o poder de consumo e influência social elevado, a camada média que era constituída pelo proletariado industrial e a camada terciária que era composta por um vasto, instável e heterogêneo contingente de trabalhadores pobres, de vida incerta e duvidosa.

Nas metrópoles as camadas altas e médias concentravam-se em bairros centrais, com boa disponibilidade de infraestrutura e fácil acesso aos serviços, enquanto os trabalhadores tinham que enfrentar a questão da habitação através da autoconstrução de moradias precárias, em periferias distantes e desprovidas tanto de estrutura como de serviços básicos.

No processo de formação das regiões metropolitanas a população menos favorecida, sem condições de comprar ou pagar para construir suas casas, trabalha com as próprias mãos para a concepção das suas próprias moradias, a maioria, em áreas irregulares ou simplesmente invadidas.

A movimentação dos habitantes na cidade ocorre devido à valorização dos espaços. Este fato provoca, com maior frequência, a acomodação dos mais pobres para as periferias ou assentamentos precários como as favelas, que em sua maioria, são destituídas de serviços urbanos. Em contrapartida, com a chegada das melhorias urbanas, regiões que antes eram acessíveis à população mais pobre, se valorizam e condicionam a mudança desses cidadãos, pois a especulação imobiliária é frequentemente responsável pelo deslocamento da população carente para as periferias mais isoladas (VITTE 2010).

Conforme Carvalho (2006), os problemas da metrópole ultrapassam os problemas habitacionais. Existem questões igualmente importantes, tais como os problemas ocupacionais, a vulnerabilidade social, o desemprego, a deficiência de infraestrutura básica, o número de moradores pobres, as favelas, os cortiços, a violência, entre outros.

As metrópoles convivem com o complexo fenômeno da pobreza. A pobreza como forma genérica, é a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada (ROCHA, 2003). Para operacionalizar essa noção ampla e vaga é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado.

Desta forma, os elevados graus de desigualdades, informalidade e falta de proteção social, assim como as segmentações e segregações residenciais, definem a pobreza das metrópoles brasileiras.

O processo brasileiro de urbanização desigual propiciou a concepção de extensas áreas de concentração espacial de pobreza. Por consequência, essas áreas permitiram o desenvolvimento de um ciclo vicioso nas metrópoles, oportunizando o crescimento desigual para o acesso ao trabalho, ademais em decorrência desencadeou a exclusão social e territorial provocando o aumento da violência e criminalidade proporcionando a descrença por parte dos cidadãos em relação a instituições públicas e políticas, até mesmo da cidade.

Maricato (2003) explica que as áreas desprezadas pelo mercado imobiliário privado, muitas vezes regiões desvalorizadas, tornaram-se os locais aonde a população carente se acomoda para viver. Características presentes desses lugares são as beiras de córregos, encostas de morros, terrenos sujeitos a enchentes, regiões poluídas convivendo com várias formas de riscos.

A habitação configura no rol das necessidades mais básicas do ser humano. Seu tamanho e sua qualidade são importantes para a saúde. A segurança e a privacidade, e a sua localização é decisiva para o acesso ao emprego e aos serviços oferecidos pelo município.

Nesse estudo aprofundaremos a exclusão social nos grandes bolsões de pobreza em particular a exclusão social no setor habitacional. Trataremos das habitações de interesse social passando pela problemática das favelas e

criação dos conjuntos habitacionais e as políticas habitacionais, mas antes discursaremos sobre as funções exercidas pela habitação.

Larcher (2005) apresenta a significância da habitação para o ser - indivíduo na sociedade. A casa própria é um desejo material de uma grande parcela da população brasileira e ela representa subjetivamente a constituição de um patrimônio com a certificação de uma posição na sociedade.

Segundo Larcher (2005) as habitações desempenham três funções: econômica, ambiental e social. A posição econômica é a representação do setor no mercado econômico, essa área influencia diretamente as atividades da construção civil, do mercado imobiliário, na promoção dos bens e serviços e na geração de emprego e renda do país.

A função ambiental é a inserção da habitação no espaço urbano, no qual, teoricamente, para sua existência o seu entorno deverá possuir toda uma infraestrutura básica como transporte, educação, saúde, trabalho, lazer e etc.

A função de abrigo e acomodação para o desenvolvimento das tarefas primárias como descanso, preparo do alimento, local para as atividades fisiológicas e convívio social é a terceira função citada por Larcher (2005). Dessa forma podemos verificar a importância da habitação, em todas as áreas, para o ser na sociedade.

2.1.2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A partir da definição de Larcher (2005) Habitação de Interesse Social - HIS são uma série de soluções de moradia direcionada a população de baixa renda. O HIS é considerado a forma de habitação para a população, com o nível de renda baixa, os quais se encontram impossibilitados de adquirir moradia através dos mecanismos legais utilizados no mercado, devido a inúmeros fatores externos que serão elencados no decorrer do texto.

Ainda segundo Larcher há três subdivisões no conceito de Habitação de Interesse Social, elas são a Habitação de Baixo Custo, Habitação para a população de baixa renda e habitação popular.

A Habitação de baixo custo é a forma de moradia barata independente da renda da população. Habitação para população de baixa renda é o termo utilizado para habitação da população de baixa renda com o estabelecimento

da receita máxima das famílias situadas nessa faixa. Por último a Habitação popular é a delimitação utilizada nas soluções produzidas para atender as necessidades habitacionais.

A HIS existe devida a dificuldade da maioria da população em adquirir sua moradia, por ser um produto extremamente caro, as classes de baixa renda compõem a maior demanda imediata por habitação no Brasil.

A Fundação João Pinheiro - FJP apresentou numericamente o déficit habitacional brasileiro. No ano de 2010² o Brasil necessitava de 6 milhões 940 mil habitações, onde 85% dessas carências estavam presentes na área urbana. A FJP conceitua quatro elementos que caracterizam o déficit habitacional eles são: as moradias que se encontram em situações precárias a exemplo de domicílios improvisados, a coabitação familiar, que são a convivência de famílias em um mesmo cômodo, as quais pretendem construir domicílios exclusivos. Outro elemento é o gasto excessivo com aluguel, sendo considerado superior a 30% da renda familiar e por último o adensamento de moradores em imóveis alugados contemplando a soma maior de três moradores por dormitório.

Ao se tratar de números absolutos 43,1% do déficit habitacional são da coabitação familiar, em segundo lugar está o ônus excessivo com aluguel com 30,6%, com 19,4% há habitação precária e por último o adensamento excessivo de domicílios alugados com 6,9%.

Essa mesma pesquisa divulgou que 70% do déficit habitacional esta adensado nos domicílios de baixa renda inferior a cinco salários mínimos mensais, isso equivale a 4 milhões 858 mil habitações para o público carente.

Além de apresentar a quantidade numérica do déficit habitacional a pesquisa revelou informações importantes sobre a escassez da infraestrutura urbana. Revelando a falta de pelo menos algum item básico da infraestrutura como água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo em mais de 13 milhões de habitações.

² A pesquisa foi realizada pela Fundação João Pinheiro e Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades no ano de 2010 o resultado do levantamento foi, somente, divulgado no ano de 2013.

2.1.3 FAVELAS

O acesso à habitação no mercado privado legal é profundamente restrito possibilitando apenas 30% da população brasileira ter a possibilidade do financiamento, construção e comercialização de moradias. Como justifica Maricato (2000) esse é o motivo de grande parcela da classe média possuir emprego formal regular e habitar em favelas.

Muitas famílias brasileiras recorrem a habitação nas favelas como única oportunidade aparente de moradia. Como defende Bonduki (2008) as favelas foram desenvolvidas a partir de um processo de urbanização informal, onde a população sem o respaldo governamental fomentou o auto empreendimento e execução da sua casa própria.

No censo de 2010 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE mais de onze milhões de brasileiros residem em favelas, 49,8% delas encontram se na região sudeste.

A favela é a constituição de uma delimitação territorial, cuja autonomia efetiva apresenta na ilegalidade coletiva da habitação frente a falta de acesso aos direitos, dito, oficiais brasileiros. Essa ilegalidade comum molda as condições estruturais do relacionamento da comunidade. (SANTOS, B. S.,1973)

O IBGE (2014) complementa a definição de favelas apresentada acima, considerando favelas o conjunto de unidades habitacionais, considerando barracos e casas, constituídos por no mínimo 51 unidades, ocupando propriedade estranha, pública ou particular, organizadas de forma irregular e desordenada, apresentando em sua maioria a falta de serviços públicos essenciais.

A partir da afirmação que a habitação é uma necessidade básica do ser humano considera-se que toda família é um consumidor em potencial desse bem supra-valorizado que é a habitação, por se tratar de uma necessidade humana. Dessa forma, a habitação é um bem muito caro e em muitas vezes intangível a maioria da população, à medida que o acesso a moradia é condicionado pelo modo de comercialização e financiamento desse bem. (SANTOS, 1999)

O mesmo autor apresenta que o aumento do número de habitações informais é consequência da inflexibilidade da legislação sobre o uso do solo.

Maricato (2003) rememora o crescimento exponencial das favelas brasileiras nas décadas de 1980 e 1990 até o início de 2000 devido a crise econômica brasileira e o baixo crescimento do país somado a ausência de políticas habitacionais e urbanas.

A mesma autora explica sobre o desenvolvimento das periferias urbanas e a concreta segregação espacial e ambiental das metrópoles. Nesses espaços a pobreza torna-se homogeneamente disseminada.

A população que habita nas favelas tem constante preocupação em serem despejados ou de serem alvo judicial devido as condições ilegais que ocorreram a ocupação da terra. Santos (1993) confirma essa inquietação dos moradores ao não procurar os órgãos competentes ou ter contato com a polícia com medo de ter suas moradias invadidas. Na favela a legislação oficial não é adotada e a polícia como também os tribunais são vistos como ameaças.

Com o passar dos anos as favelas adquiriram um aspecto específico diferente das construções realizadas nos anos 1980. Alves (2004) defende que as moradias deixaram de ter o caráter provisório, com a utilização de matérias deterioráveis como de taipa, sape, palha, madeira entre outros, para a construção de moradias permanentes com a utilização de alvenaria.

Em contrapartida a tudo que vem sendo apresentado sobre as favelas, atualmente, uma pesquisa desenvolvida, no final de 2013, pelo Data popular³ apresentou a satisfação da população por morar e pertencer esse espaço.

A pesquisa foi realizada com duas mil pessoas em 63 favelas em todo território brasileiro. A análise divulgou que 65% dos moradores afirmam pertencer à classe média⁴ e 89% dos moradores das favelas residem em regiões metropolitanas.

³ Data popular é uma instituição responsável por promover pesquisas baseado no mercado popular no Brasil com enfoque na população de classe média a baixa.

⁴ A partir da definição da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República classe média é todo indivíduo que vivem em famílias com renda per capita (somando-se a renda familiar e dividindo-a pelo número de pessoas que compõem a família) entre R\$ 291 e R\$ 1.019. A classe média representa 54% da população brasileira. Fonte: <http://www.sae.gov.br/site/?p=17351#ixzz33VKIhszG>

A mesma pesquisa apresentou que 94% dos moradores de favela se reconhecem felizes por viver e pertencer aquele território. Ela questionou se os moradores gostariam de sair da favela para morar em outros bairros, 66% disseram que não gostariam de mudar.

Outros dados foram apresentados como: 41% dos moradores de favelas possuem conta corrente, 37% conta poupança e 35% tem cartão de crédito, mas 43% da população precisa sair da favela para ir aos bancos e conseguir efetuar seus pagamentos, pois não há presença desses serviços dentro da comunidade, demonstrando assim a ausência de infraestrutura nesses espaços.

A favela é considerada um mercado consumidor em expansão, as comunidades brasileiras possuem uma renda total de 63, 2 bilhões de reais anualmente. Muito do que é consumido fica dentro da comunidade, onde 25% dos moradores compram roupas, 22% compram sapatos e 12% compram eletrodomésticos dentro das favelas. A mesma pesquisa levantou que 96% das compras realizadas na comunidade são feitas com dinheiro e o poder aquisitivo dessa população está em constante progresso, como exemplo podemos citar que 20% tem carro e 13% tem moto.

Devido ao elevado crescimento econômico brasileiro e aumento do acesso da população a compra e bens e de serviços nota-se uma melhora na qualidade de vida dos moradores das comunidades, mas isso não possibilitou o acesso da população à moradia digna.

Diante desse cenário de inúmeras demandas habitacionais e o descompromisso do mercado privado legal e o poder público assumiu sua responsabilidade, dessa forma há uma progressiva transferência de atribuições para os Estados e Municípios, tendo-se como marco a Constituição de 1988, que tornou a habitação uma atribuição concorrente dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Trataremos desse assunto com mais profundidade no próximo capítulo.

2.2 PROGRAMAS DO GOVERNO

2.2.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

Em 1948, foi reconhecido pela Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que todo cidadão tem direito a habitação. No Brasil esse direito foi ressaltado pela Emenda Constitucional n.26, de 2000 (artigo 6º da Constituição), que representou um importante momento na afirmação do direito à moradia e do dever estatal de assegurá-lo (BARBO, SHIMBO, 2006).

Nesse contexto, devido a existência de mecanismos que asseguram a moradia ressaltamos a importância de distinguir políticas públicas de políticas governamentais. Mesmo que haja parcerias entre o público e o privado, a política pública é caracterizada pela presença do aparelho público e do seu acompanhamento periódico e suas avaliações que asseguram o caráter e manutenção dos programas e ações (SPOSITO, CARRANO, 2003).

Políticas públicas são diretrizes de programas, ações e atividades desenvolvidas pela Federação ou Estado, diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que envolvem, normalmente, aplicações de recursos públicos no intuito de assegurar determinado direito à cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

Uma nova diferenciação é que nem todas as políticas governamentais são públicas, mesmo que sejam federais e estatais. Outra característica de política pública é o destino da atuação empregada, para isso é preciso saber pra quem será feito, quando, as consequências, quais os resultados esperados e se todo esse processo é submetido ao debate público (TEIXEIRA, 2002).

O mesmo autor defende que é necessário haver consenso entre as partes para obter soluções proveitosas com as políticas públicas. Dessa forma o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

O Brasil possui um período curto de políticas governamentais direcionada ao setor da habitação.

Abaixo a o quadro cronológico com as principais políticas governamentais trabalhada no Brasil e seu período. Cada uma delas será detalhada no decorrer do texto.

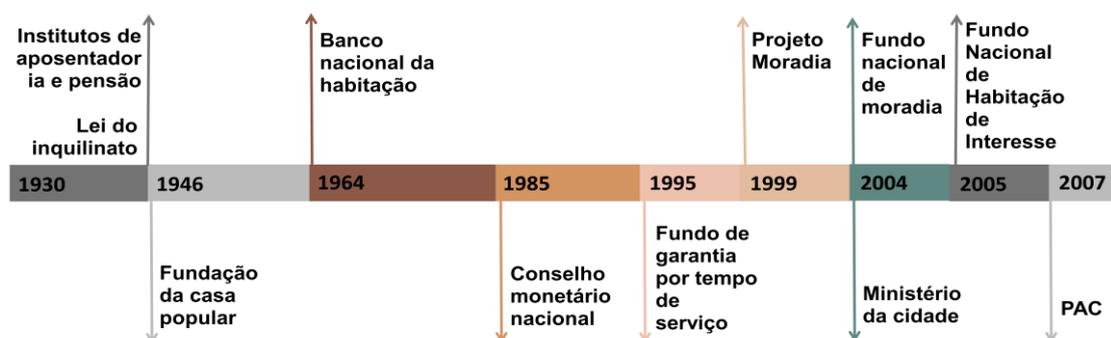


Figura 1: Quadro cronológico das políticas governamentais
 Fonte: Thábata Brito, 2014.

O país tornou-se República em 15 de novembro de 1889 e mesmo mudando todo o sistema governamental, não houve efetivamente ações nesse setor, como apresenta Bonduki (1994), durante o governo da República Velha o Brasil não teve nenhuma política ou propostas regulamentar voltada para a área da habitação.

Durante esse período noventa por cento da população brasileira, que habitava nas cidades, moravam na condição de inquilino. Muitos deles moravam em cortiços, que eram ocupados por trabalhadores de baixa renda, e dividiam suas moradias com várias outras famílias. Em consequência desse sistema de locação, o setor era altamente lucrativo e concentrado em poucos donos de imóveis.

Devido a essas circunstâncias a população desconsiderava o Estado como responsável por promover o acesso à habitação, da mesma forma que o poder público não se comprometia a tal incumbência. O pensamento presente na República Velha é que o estado deveria estimular a criação de moradias para os operários a partir da iniciativa privada. (BONDUKI, 1994)

O mesmo autor apresenta que a primeira iniciativa, ainda incipiente, assumida pela sociedade e pela Federação para as questões das políticas habitacionais, foi proposta durante o governo de Getúlio Vargas. Bonduki (1994) apresenta as resoluções mais importantes realizadas nesse período.

Entre as medidas mais importantes implementadas pelo governo no que diz respeito à questão habitacional, estiveram o decreto-lei do

inquilinato, em que, congelando os aluguéis, passou a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência e da Fundação da Casa Popular, que deram início à produção estatal de moradias subsidiadas e, em parte, viabilizaram o financiamento da promoção imobiliária, e o Decreto-Lei n.º 58, que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações. (1994. pg. 711)

A primeira iniciativa de fato realizada para a construção de casas populares em maior escala foram os diversos Institutos de aposentadoria e pensão (industriários, comerciários, bancários, etc.)- IAPs⁵, fundado pelo governo em 1930. Posterior a essa medida foi criado a Lei do Inquilinato, que determinou o congelamento dos valores locativos e regulamentou a relação entre proprietário e inquilino. A lei vigorou entre 1942 a 1964, havendo períodos em que a fiscalização dos preços dos alugueis eram mais constantes que outros.

A partir das discussões do governos sobre a situação da habitação brasileira foi constituída a Fundação da Casa Popular - FCP, em 1946. O objetivo daFCP é financiar a construção das casas populares como também promover serviços de infraestrutura e saneamento básico. (AZEVEDO, 1988)

A Fundação da Casa Popular foi um ícone para a história das políticas habitacional social, por se tratar da primeira iniciativa governamental que destinava a criação de moradia para a população de baixa renda, transferindo o dever para o Estado.

Bonduki (1994) esclarece que o governo de Vargas foi o primeiro a pensar nas problemáticas habitacionais que o país enfrentava, mas que durante esse governo não se obteve nenhuma concepção estratégica para solucionar efetivamente os obstáculos existentes. Azevedo (1988) amplia essa opinião afirmando que a intenção do governo era apresentar uma falsa preocupação para enfrentar os desafios habitacionais brasileiros, que de fato não existiam ações para minimizar o problema.

Em decorrências dessas discussões a Fundação da Casa Popular atuou durante o ano de 1946 a 1964. Com o advento do governo militar⁶ a instituição

⁵ Institutos de Aposentadorias e Pensões são órgãos do governo a nível nacional concentrado no Governo Federal, no qual possui destinação específica obedecendo a categoria profissional do trabalhador.

⁶ Instaurado em 1 de abril de 1964 o Governo Militar foi o período no qual o Brasil foi administrado pelos militares a partir de um golpe. Período no qual o autoritarismo, a violência, a

deixou de existir devido a sua ligação com o antigo regime governamental. (AZEVEDO, 1988). Dessa forma, foi concebido o Banco Nacional da Habitação - BNH, outro programa governamental envolvendo a produção de casas populares.

O mesmo autor afirma que o propósito político da criação do BNH foi legitimar a nova ordem governamental, assim como promover um estímulo a economia, de forma direta e indireta, através do fomento a poupança, o desenvolvimento da indústria do setor, a abertura de vagas de trabalho, a diversificação de empresas de construção civil entre outros investimentos.

Bonduki (2008) defende que o BNH foi a primeira Política Nacional de Habitação que obteve resultados palpáveis. O mesmo autor apresenta o método utilizado para o funcionamento do BNH.

O Sistema Brasileiro de Habitação (SFH) se estrutura com vultosos recursos gerados pela criação, em 1967, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),⁷ alimentado pela poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros, que veio se somar aos recursos da poupança voluntária, que formou o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Define-se, assim, uma estratégia clara para intervir na questão habitacional: estrutura institucional de abrangência nacional, paralela à administração direta, formado pelo BNH e uma rede de agentes promotores e financeiros (privados ou estatais) capazes de viabilizar a implementação em grande escala das ações necessárias na área da habitacional e fontes de recursos estáveis, permanentes e independentes de oscilações políticas. (2008, pg. 73)

Durante os vinte e dois anos do BNH os resultados foram a construção de 4,3 milhões de novas moradias, financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH⁸, nas quais 1,9 milhões delas foram produzidas a partir do

censura e todas as formas de manipulação da sociedade foram implementadas a partir da justificativa nacionalista. Esse governo teve fim 15 de março de 1985.

⁷Instituído pela Lei n.º 5.107 de 13 de setembro de 1966, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é uma conta vinculada em favor do empregado, com a finalidade de substituir a estabilidade no emprego na iniciativa privada. É pago pelo empregador e pode ser sacado pelo ex-funcionário após sua demissão. O FGTS é composto de depósitos mensais efetuados pelas empresas em nome do empregado no valor de 8% de suas remunerações.

⁸ O Sistema Financeiro de Habitação - SFH foi criado pelo governo federal através da lei no 4.380, de 21 de agosto de 1964, para facilitar a aquisição da casa própria. O objetivo era favorecer as classes de baixa renda. Segundo as delimitações do programa, a casa obtida pelo mutuário será de uso próprio, não podendo ser revendida, alugada, ou usada com fim comercial e por outra pessoa que não o financiado. A lei prevê a rescisão do contrato de financiamento em caso de locação ou inadimplência do mutuário.

Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE⁹ destinado a população da classe média e as outras 2,4 milhões foram construídas a partir dos recursos do FGTS designado para o setor popular.

A atuação do programa foi significativa, entretanto comparado às condições habitacionais do Brasil não atendeu as necessidades imediatas da população. Confrontando a realidade da época, o programa desenvolveu 4, 3 milhões de habitação e nesse mesmo período a população brasileira que vivia na cidade cresceu dez vezes mais. (BONDUKI, 2008)

O BNH teve fim em 1986 com o termino do regime militar, e pelos mesmos motivos que ele foi criado ele também foi concluído, uma vez que o novo governo não aceitava programas que remetiam ao governo anterior.

A partir da redemocratização, esperava-se maior incentivo no setor da habitação, no entanto aconteceu o procedimento inverso. Bonduki (2008) explica o porquê desse enfraquecimento, no novo governo o setor responsável pela política habitacional era submisso a outros sete ministérios o que impossibilitou uma unidade de pensamento e estratégias entre eles.

Nesse mesmo período, a população deparou com um agravamento no acesso ao financiamento a moradia, em consequência da troca de responsabilidade para a regulamentação do credito que passou para o Conselho Monetário Nacional - CMN¹⁰, e que atribuiu um controle mais rígido a liberação de crédito, impedindo a muitos cidadãos a compra e a construção da casa própria.

Com o fim do regime militar o SFH também suspendeu o seu funcionamento e a Caixa Econômica Federal passou a ser o agente financeiro do governo.

⁹Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE é constituído por diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) que direcionam recursos com acompanhamento do Banco Central. Funciona como complementação à estrutura de crédito viabilizada pela poupança compulsória proveniente dos recursos do FGTS. Esses recursos são regidos por normas e diretrizes estabelecidas por um conselho curador, com gestão de aplicação efetuada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

¹⁰ O Conselho Monetário Nacional - CMN, que foi instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

O recente governo obteve uma nova postura frente aos problemas habitacional, eles passaram a investir na urbanização de favelas e assentamentos precários, na construção de moradias novas por meio de mutirão e autogestão no apoio a autoconstrução e em intervenções em cortiços e em habitações nas áreas centrais. (BONDUKI, 2008)

Somente em 1995, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorre uma retomada nos financiamentos de habitação e saneamento com base nos recursos do FGTS.

Maricato (2006) explica a importância do FGTS como alavanca para viabilizar a execução das habitações.

O governo federal dispõe de mais de R\$ 10 bi, o maior orçamento desde início dos anos 80, para financiamento habitacional. A ampliação se deu por meio de várias fontes (OGU, FAT, FAR, FDS, Tesouro Nacional) mas em especial por meio do FGTS que tem apresentado ótimo desempenho. Cuidando para garantir a saúde financeira desse fundo que é dos trabalhadores celetistas, o Ministério das Cidades e o Conselho Curador do FGTS lograram definir um aumento de R\$ 1,2 bi nos subsídios oferecidos pelo governo federal (resolução 460 do CC do FGTS) além de quase dobrar o orçamento para a área de habitação para 2005. O desafio de gastar esses recursos tem sido enfrentado pela Caixa Econômica Federal que está implementando mudanças já que não foi preparada, nos anos anteriores, para dar prioridade ao segmento social e nem para realizar um orçamento tão significativo. (MARICATO,2006)

A solução para o problema habitacional não ficou restrita a construção de moradias, mas a uma concepção integrada de políticas urbana e de saneamento ambiental, através da Secretaria de Política Urbana. O governo de Fernando Henrique estimulou a promoção da habitação popular para os governos municipais da mesma forma que fomentou linhas de ação voltadas para urbanização de favelas e áreas degradadas, apoiou programas geradores de tecnologia simplificada que possibilitassem a construção de moradias de qualidade a custo reduzido e incentivou entidades e organizações comunitárias, comprometidas com soluções locais e integradas de interesse social (AZEVEDO, 1997).

Aspirando a presidência da república brasileira, Luis Inácio da Silva, mais conhecido como Lula elabora, no ano de 1999, o Projeto Moradia que desenvolve uma proposta que estuda e propõem soluções para todas as questões habitacionais brasileiras. O projeto ouviu especialistas, administradores públicos e militantes, sob diferentes pontos de vista,

relacionados ao tema da moradia, como fonte para apresentar encaminhamento para a questão (BONDUKI, 2008). Todo o conhecimento levantado forneceu dados para criação de propostas e mecanismos utilizados no governo posterior.

Lula ganha as eleições a presidência em 2003 e passa a governar o Brasil. No decorrer do seu mandato há o notório esforço do governo em propor e viabilizar novas políticas urbana habitacional no país. Em um dos seus primeiros atos, Lula concebe o Ministério das Cidades, englobando, como propunha o Projeto Moradia, as áreas de habitação, saneamento, transportes urbanos e planejamento territorial.

O Ministério das Cidades¹¹ foi desenvolvido com o cunho de órgão coordenador gestor e formulador da política Nacional de Desenvolvimento Urbano, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação. A política de habitação se inscreve, atualmente, na concepção de desenvolvimento urbano integrado, segundo a qual habitação não se restringe a residência, mas incorpora o direito a infraestrutura, saneamento básico, mobilidade, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidade (Ministério das Cidades, 2004).

A criação do novo Ministério das Cidades possui um caráter histórico por ele ser o mais importante órgão nacional responsável pelo problema da moradia desde a extinção do BNH e por preocupar em implementar uma solução integrada para a questão urbana, representando assim uma evolução ao tradicional pensamento fragmentado das gestões públicas (BONDUKI, 2008).

Nesse mesmo período foi criado o Fundo Nacional de Moradia - FNM, o qual respondia a uma demanda do movimento de habitação, que juntamente com o Projeto Moradia ganhou um papel central, pois para eles deveriam ser canalizados os recursos destinados à política nacional, incluindo recursos de

¹¹ Apesar do avanço que representou a criação do ministério, é necessário ressaltar que uma das suas debilidades é sua fraqueza institucional, uma vez que a Caixa Econômica Federal, agente operador e principal agente financeiro dos recursos do FGTS, é subordinada ao Ministério da Fazenda. Em tese, o Ministério das Cidades é o responsável pela gestão da política habitacional, mas, na prática, a enorme capilaridade e poder da Caixa, presente em todos os municípios do país, acaba fazendo que a decisão sobre a aprovação dos pedidos de financiamentos e acompanhamento dos empreendimentos seja sua responsabilidade

natureza fiscal e do FGTS. Estados e Municípios também dispõem de fundos de habitação, além de repasses do fundo nacional, que não financiaria diretamente projetos e empreendimentos, mas redistribuiria seus recursos de acordo com o Plano Nacional. (BONDUKI, 2008)

Depois de uma ampla reformulação, que restringiu a abrangência do FNM, um substitutivo foi aprovado no Congresso, criando o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS¹² em 2005.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social principal medida governamental para implementação de políticas habitacionais para a população de baixa renda. O Objetivo desse instituto é reforçar a soma de subsídios que ajudam a oferecer moradias para os que estão engrossando e ampliando as favelas e os loteamentos clandestinos em todo o Brasil (Maricato, 2006).

Azevedo (1997) explica sobre as duas estratégias fundamentais que o SNHIS empreendeu para atingir os objetivos propostos. Os métodos foram buscar segurança jurídica e ampliar recursos financeiros para o mercado privado de moradias para a classe média. Para que essa classe não disputasse recursos federais com as faixas de baixa renda dando prioridade de investimentos para as faixas de rendas mais baixas com o intuito de conter o crescimento das favelas e das ocupações urbanas ilegais.

Em 2006, o SNHIS recebeu R\$ 1 bilhão para iniciar a sua operação, do qual foi alocada a maior parte para implementação de projetos de urbanização de assentamentos precários, representando a prioridade pelo Governo Federal (MINISTERIO DAS CIDADES, 2010).

¹² O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS foi instituído pela Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005 e tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País. Além disso, esse Sistema centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, sendo integrado pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério das Cidades, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho das Cidades, Conselhos, Órgãos e Instituições da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, relacionados às questões urbanas e habitacionais, entidades privadas que desempenham atividades na área habitacional e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

No início de 2007 o governo federal anuncia seu novo projeto, trata-se de um dos maiores programas de investimento brasileiro o Programa de Aceleração ao Crescimento.

2.2.2 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO E CRESCIMENTO - PAC

O Programa de Aceleração e Crescimento – PAC é uma política pública criada pelo governo federal, no segundo mandato do presidente Lula, com o intuito de promover a recuperação do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. O programa do governo propõe acelerar o crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira.

O PAC foi dividido em duas fases, a primeira de 2007 a 2010, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, e a segunda de 2010 a 2014, no governo da Dilma Rousseff. Inicialmente as medidas do PAC foram organizadas em cinco blocos, que são: investimento em infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhora do ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo. No primeiro momento o projeto o investimento total de 503 bilhões e 900 milhões de reais (MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, 2014).

No PAC 2 os investimentos se dividiram em diversos eixos: transportes abrangia as rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Setor da energia compreendia as hidroelétricas, plataformas de petróleo e gás natural. O eixo cidade melhor o qual investe em saneamento e mobilidade urbana. Há também o eixo comunidade cidadã que trabalha com unidades básicas de saúde. Para moradia há o programa Minha Casa, Minha Vida e no eixo água e luz para todos há investimentos em água nas áreas urbanas e recursos hídricos.

No site de divulgação do Governo Federal durante os primeiros quatro anos do programa do PAC o Brasil elevou o Produto Interno Bruto – PIB de 1,62% em 2006, ano anterior ao início do programa, para 3,27% em 2010, no balanço final da primeira fase do PAC. Nessa mesma fase foram gerados 8,2 milhões de postos de trabalho. (PORTAL BRASIL, 2014)

Em contrapartida, a essas afirmações, á inúmeros autores que apresentam dados demonstrando a incapacidade do PAC em atingir seus

objetivos. No seu primeiro ano foi apresentado o balanço feito pelo Palácio do Planalto, pela então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, divulgado pelo jornal O Globo, com autoria de Beck e Alvares (2007). O balanço expõe o baixo desempenho do programa. Nesse ano de inauguração a área de infraestrutura social e urbana foi a área que recebeu maior investimento. Durante os três primeiros meses quase metade (47,5%) das ações previstas no plano estavam atrasadas ou tinha algum problema no projeto.

Nesse mesmo período 74,7% das obras de infraestrutura social e urbana receberam carimbo amarelo ou vermelho. O carimbo amarelo significa que as obras precisam ter um acompanhamento, do governo, mais próximo e freqüente, já que apresentam atrasos e ou riscos. O cartão vermelho representa obras muito atrasadas e de risco elevado. (BECK, M. ALVAREZ, R, 2007)

O Instituto Teotônio Vilela¹³ divulgou, em treze de janeiro de 2014, o balanço dos projetos do PAC. Essa auditoria apresentou a falta de comprometimento com as execuções da obra nos prazos estabelecidos, apresentando o caso da BR-470 em Santa Catarina e da BR-101 no Espírito Santo que estão atrasadas com o termino da reforma dos trechos dos rodoviários.

No ano de 2013 o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, que é o principal motor do Programa de Aceleração do Crescimento afirmou que “O volume total de investimentos feitos pelo DNIT, caiu de R\$ 10,174 bilhões, em 2012, para R\$ 9,755 bilhões no ano de 2013. Abaixo da previsão orçamentária do órgão no início do ano de 2014, de R\$ 13,5 bilhões”. As quedas nos investimentos provocaram o atraso da entrega das obras. Nesse sentido, revelou as falhas na excussão do programa (FARIELLO 2013).

No balanço divulgado pelo site do Ministério do Planejamento há informações que afirmam a finalização de obras que na prática não foram concluídas, a exemplo da ampliação do aeroporto Internacional Tancredo Neves, conhecido como Aeroporto de Confins, localizado na região

¹³ O Instituto Teotônio Vilela é um órgão de formação política do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Fundado em 1995, o instituto é o responsável pela divulgação da doutrina adotada pelo PSDB.

metropolitana de Belo Horizonte. Atualmente, os passageiros que transitam pelo terminal convivem com a falta de estrutura, de sinalização e iluminação do terminal somado ao barulho, máquinas e poeira produzida pelos operários.

O aeroporto de Confins é uma das obras em atraso, cuja conclusão será depois do prazo estipulado. A reforma estava prevista para o mês de junho de 2014, para atender o evento da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Porém, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero admitiu que a reforma poderá ultrapassar a data estabelecida. (FRANCO, P. R. ARRUDA, R. RIBAS, S, 2013).

No âmbito habitacional o PAC desenvolveu medidas que atendessem a população para as questões de moradias e principalmente para a produção e melhora na infraestrutura básica, compreendendo rede elétrica, iluminação pública, sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, condições adequadas de coleta de lixo, contenção e estabilização do solo para eliminação de riscos, construção de equipamentos públicos e além da adequação do sistema viário (MINISTERIO DAS CIDADES, 2010).

O governo utilizou três medidas para posicionar as famílias na criação e urbanização dos assentamentos precários, elas foram a reconstrução da unidade habitacional no mesmo endereço que as famílias residiam no qual existe o projeto de urbanização, a outra medida é o reassentamento de famílias em outras áreas e por último a indenização em dinheiro pelo imóvel.

A partir do que é divulgado pelo governo, o PAC tem como premissa analisar o perfil das famílias que serão assentadas para que a nova moradia atenda as especificidades dos futuros moradores sejam eles idosos, deficientes, entre outros.

Para a região que não precisa sofrer mudanças o programa apoia a população em sua moradia, na recuperação e melhoria habitacional estabelecendo um padrão mínimo para morar. As instalações hidráulicas sanitárias domiciliares, que são compostas por vaso sanitário, lavatório, chuveiro, tanque de lavar roupa e reservatório foram as medidas, mais urgentes, estabelecidas nas habitações (MINISTERIO DAS CIDADES, 2010).

As seleções dos projetos que participariam no âmbito da Urbanização de Assentamentos Precários pelo PAC onde foram escolhidos os grandes

complexos de favelas, estabelecidos na primeira etapa, e à seleção dos assentamentos de menor porte, por meio de seleção pública.

As regiões beneficiadas pelo programa possuem algumas características pré-estabelecidas pelo governo e são as recorrências dessas particularidades que delimitaram a prioridade do projeto. As características das regiões são: Favelas e aglomerados de grande porte, mitigação de danos ao meio ambiente causado pela ocupação irregular em áreas de mananciais, de preservação ambiental e ou de preservação permanente. Eliminação de gargalos na infraestrutura logística da cidade tais como aquelas que impedem ou prejudicam o funcionamento de rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia e esgoto. Contemplação de obras já iniciadas por investimento federal e municipal e articulação e integração no território cujas áreas de abrangência e execução envolvam mais de um agente institucional, estado e município ou mais de um município.

Os investimentos na reestruturação do setor habitacional pelo PAC com a inclusão da urbanização de assentamentos precários em um dos eixos associada a outras iniciativas do Governo Federal no setor habitacional trouxe importantes avanços na consolidação de uma estratégia nacional para garantir moradia digna para famílias de baixa renda. A corresponsabilidade federativa pelos empreendimentos, além da perspectiva de recursos expressivos continuados, fez com que governos estaduais, municipais, do Distrito Federal e o próprio Governo Federal precisassem reestruturar seu setor habitacional para dar conta do novo cenário. Prova disso é que em 2004, apenas 42% dos municípios brasileiros possuíam órgão específico para trato da habitação, já em 2008, 70% dos municípios passaram a possuir tal órgão, segundo dados da Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros - MUNIC, realizada pelo IBGE. (MINISTERIO DAS CIDADES, 2010)

Considerando todos estes dados, parece inevitável que ocorra uma significativa alteração do quadro da produção habitacional do país, mas é importante constatar que as ações propostas não visaram a melhoraria da qualidade de vida do cidadão mas criar mecanismos do qual a cidade se beneficia. A necessidade como indivíduo e ser humano não foi considerada como será apresentado durante esse estudo.

2.2.3 POLÍTICAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE BELO HORIZONTE.

A partir do entendimento das políticas adotadas pelo governo federal passaremos a conhecer as políticas municipais adotadas em Belo Horizonte prosseguindo com o enfoque da produção habitacional para a população de baixa renda.

A realidade atual de Belo Horizonte, o modelo da Metrópole Mineira, sobrepõe aos conceitos e as dimensões estipuladas e constituídas na fundação da cidade, para isso faremos uma pequena retomada histórica da construção de Belo Horizonte.

Em 15 de novembro de 1889 o Brasil torna-se República, não apresentando mais o modelo de Governo Imperial. Com fortes influências do conceito positivista de Auguste Comte, a República Brasileira almeja alcançar a Ordem e Progresso, conforme Fausto (1978). No qual a ordem seria o meio e o progresso a meta, significando a superação do natural pelo racional, do espontâneo pelo científico, do orgânico pelo geométrico, e consequentemente do velho pelo novo, segundo Castriota (1998). Dessa forma o governo conduziria suas atuações para uma direção ética da vida social.

Arrais (2009) relata que com o objetivo de seguir o modelo Republicano, o Estado de Minas Gerais tinha como intenção projetar uma capital representativa caracterizada pelos novos moldes progressista. Porém, a capital Ouro Preto não estava apta a receber o crescimento almejado, devido as suas restrições físicas, como as ruas estreitas e aos elementos históricos que recordavam o passado imperial e escravagista brasileiro.

“Em uma longa série de argumentos demonstra-vos que a cidade de Ouro Preto não oferece uma só das condições precisas para a capital de uma província tão importante como esta. Poderia descrever a sua decadência, mas que necessidade tenho eu de apresentar-vos esse quadro, quando o original está aí á vossa vista; quando aí se vos apresentam as ruínas de ruas inteiras; quando em lugar de uma população que outrora chegava a vinte mil almas, hoje aí a vedes reduzida a menos de cinco mil, como já deixei mencionado; quando enfim se vos apontasse os inconvenientes que oferece a sua localidade, nada mais diria do que o que estais sentindo a todos os momentos”. (BARRETO,1996, 286)

Com o intuito de projetar uma capital politicamente unida e posicionada estrategicamente no centro geográfico do estado foram escolhidas algumas localidades para a construção. Assim, foram escolhidas as localidades a

serem examinadas Belo Horizonte, Paraúna, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Barbacena (BARRETO, 1996). O Congresso reuniu-se em Barbacena para aprovar o parecer que indicava “Várzea do Marçal” como o sítio mais propício para a instalação da nova capital, avaliado conforme o parecer da maioria. O apoio à candidatura de Arraial Belo Horizonte, seria uma segunda votação do Congresso, pois, conforme demonstrava o relatório de Aarão Reis, existiam dificuldades maiores do que em Várzea do Marçal. Nesta segunda opção, a permanência da capital na antiga sede seria uma decisão com consequências pela inviabilidade econômica e estrutural da transferência. “A vitória apertada (30 votos favoráveis a Arraial Belo Horizonte contra 28 favoráveis a Várzea do Marçal) demonstra a intensidade dos debates naquela sessão e entre os grupos sociopolíticos que os apoiavam” (ARRAIS, 2009, 70).

Na figura 1, apresenta-se a Planta Cadastral do Arraial de Belo Horizonte, executada em 1894, pela Comissão Construtora da Nova Capital.

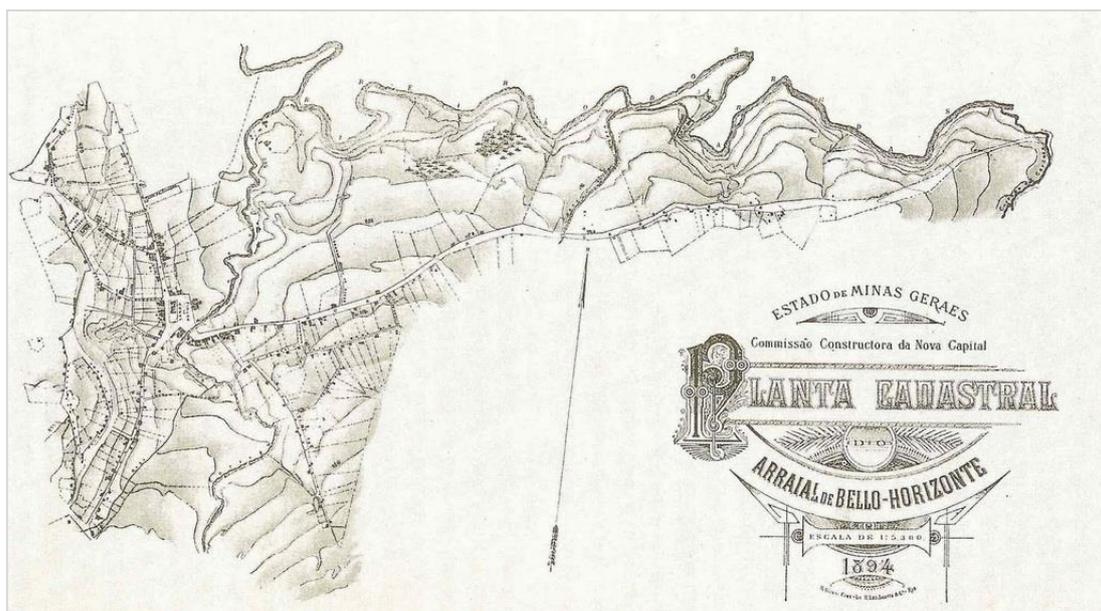


Figura 2: Planta Cadastral do Arraial de Belo Horizonte
Fonte: APCBH Acervo CCNC, 1984.

A nova capital mineira foi projetada pela Comissão Construtora.¹⁴ O projeto tinha como principal preocupação estabelecer condições de higiene e circulação dos belorizontinos. Porém, para permitir a construção com as

¹⁴ A Comissão Construtora da Nova Capital era chefiada pelo engenheiro Aarão Reis e compunha-se de uma equipe de engenheiros, arquitetos e urbanistas, cujos trabalhos estenderam-se entre os anos de 1894 e 1897, data da inauguração da cidade.

condições propostas todo o cenário local seria modificado, conforme relata J. Márcio Barros. “Já em 1894, a Comissão Construtora determina a desapropriação de 430 casas a fim de não obstaculizar o desenvolvimento das obras” (BARROS, 2004, p. 7).

As imagens da figura 2 mostram membros da equipe da Comissão Construtora da Nova Capital Mineira. Eles foram considerados motivo de orgulho para todos, pois sabiam que este fato seria, de qualquer forma, um ato histórico pelo projeto de construção de uma capital.



Figura 3: Comissão construtora da nova capital 1897
Fonte: APCBH Acervo CCNC, 1984.

A cidade foi dividida em três grandes áreas: área central urbana, a área suburbana e a área rural. A cidade de Belo Horizonte foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897, no então povoado Arraial do Belo Horizonte.

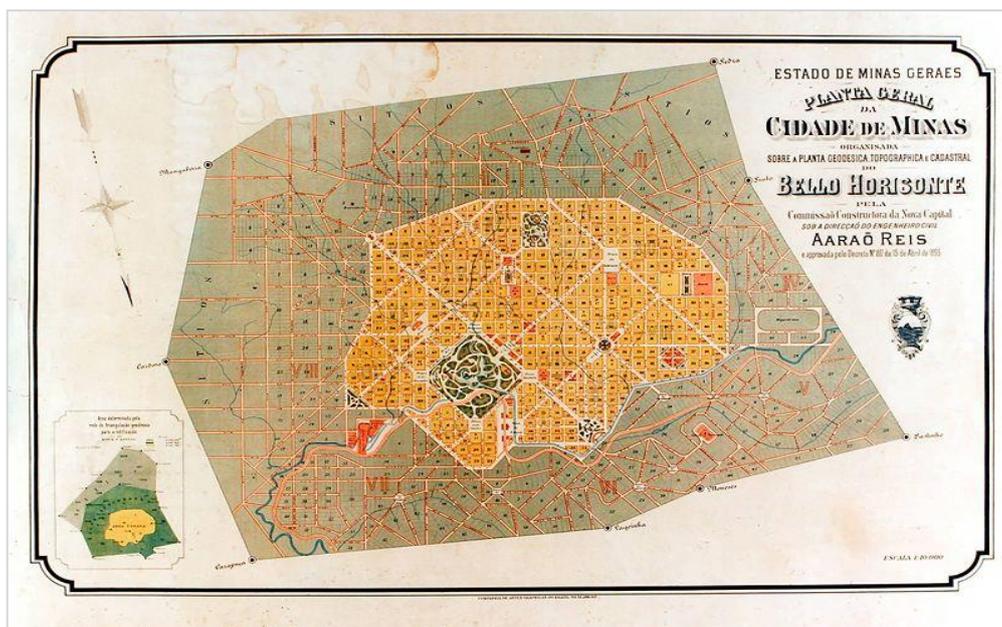
A área central urbana da cidade foi delimitada pela Avenida do Contorno, denominada até então de “17 de Dezembro”. Essa área foi projetada para receber toda a estrutura urbana de transporte, educação, saneamento, assistência médica e edifícios públicos dos funcionários estaduais. A área rural, que ficava além da região suburbana, afastada das construções da nova cidade foi composta pelas colônias agrícolas constituídas por chácaras e fazendas¹⁵.

A região suburbana foi formada pelos habitantes que tiveram suas casas desapropriadas para a criação da capital e sem condições de adquirir os

¹⁵ Conforme dados do Ofício nº26, Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, sobre a planta definitiva de Belo Horizonte, aprovada pelo Decreto n.º 817 de 15 de abril de 1895.

valorizados terrenos do centro urbano esses moradores acomodaram-se além das imediações da Avenida do Contorno, (RIGOTTI;VASCONCELLOS, 2003). Belo Horizonte teve sua inauguração as pressas e muitos operários, responsáveis pela construção da cidade, não tiveram lugar para ficar e passaram a ocupar as margens da avenida criando as primeiras “favelas” na periferia da cidade - que ainda não tinha o significado do Aurélio “conjunto de habitações populares toscamente construídas, em morros e com recursos higiênicos deficientes”. O termo e a denominação de favelas, ainda não fazia parte do vocabulário urbano. Na verdade, estes moradores, que se instalaram precariamente, esperavam condições de construir suas moradias adequadamente.

Além do planejamento inicial que se manteve durante algumas décadas conforme a Mapa 1, Belo Horizonte vivenciou a colonização de tantos outros bairros além dos limites estabelecidos no projeto da capital.



Mapa 1: Planta Geral da Cidade de Minas - 1894
Fonte: APCBH Acervo CCNC

Durante as duas primeiras décadas do século XX Belo Horizonte conviveu com fases de crescimentos e crises. Nesse período a capital passou a ter energia elétrica, as obras de infraestrutura foram finalizadas, expandiram as linhas de bonde e criaram praças e jardins.

A primeira iniciativa em busca de melhorias dos assentamentos precários de Belo Horizonte ocorreu a partir da união dos moradores das

classes populares do bairro Santa Efigênia, Floresta e Lagoinha. A partir dessa iniciativa o governo se viu forçado a intervir nas favelas, mas não com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos moradores e sim como tentativa de conter o crescimento das favelas e estancar o descompasso que havia entre o crescimento industrial, da chamada zona urbana, e os espaços ocupados pelas classes populares, conforme Guimarães (1992).

Na primeira metade do século XX as favelas eram consideradas ilegais em relação a ocupação do espaço, por isso o Estado objetivava expulsar as populações das favelas para localidades cada vez mais distantes da cidade. Dessa forma, o Estado apenas distanciaria da vivência diária, o problema em questão, e não resolveria a falta de estrutura para os favelados. Em contrapartida a essas ações os moradores das favelas uniam-se para conseguirem condições mais dignas de moradia. Por isso nas décadas de 50 e 60 as associações de moradores ficaram fortalecidas ampliando assim a expressão do movimento e o alcance das suas reivindicações, conforme registros do APCBH.

Abaixo está o quadro cronológico com as principais políticas públicas empregadas no município de Belo Horizonte. Todas elas serão apresentadas no decorrer da pesquisa.

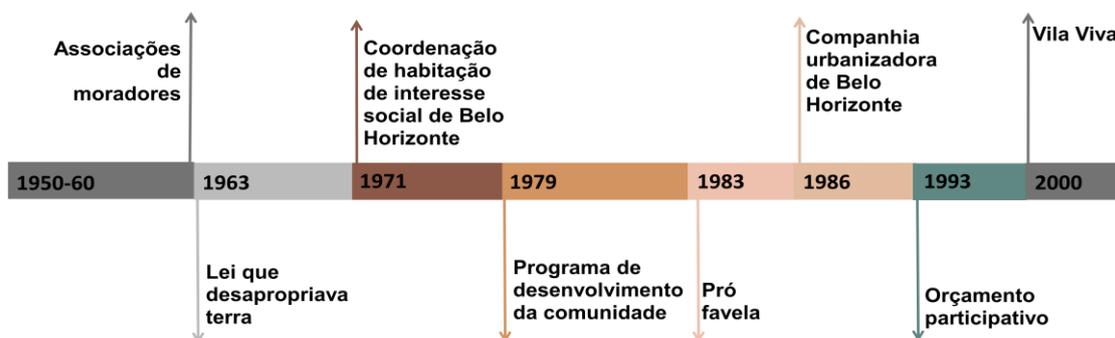


Figura 4: Quadro cronológico das políticas municipais de Belo Horizonte
Fonte: Thábata Brito, 2014

Os primeiros pensamentos sobre a reforma urbana no Brasil foi pensando durante o governo de João Goulart¹⁶ (1961 a 1964). Seguindo esse

¹⁶ João Belchior Marques Goulart 1919 – 1976. Seu primeiro cargo público foi como Deputado Federal, em 1950. Logo depois foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no segundo governo de Vargas. Foi vice-presidente Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961 e presidente do Brasil, de 1961 a 1964.

pensamento o prefeito de Belo Horizonte, na época Jorge Carone¹⁷, decreta em junho de 1963 a lei que desapropriava terras.

Durante o golpe militar¹⁸ o Estado desenvolveu programas de “desfavelamento”, que propunha restaurar a moral e a economia dos moradores, substituindo as favelas por bairros populares com moradia de baixo custo, obtendo o domínio das associações.

Com o golpe militar, há um controle mais efetivo sobre os movimentos de bairro, sendo muitos considerados de caráter subversivo. Diante desse silenciamento dos movimentos, a política de remoção dos moradores das favelas ganha força total dentro de um projeto progressista de nação. (PIMENTA, JANUÁRIO, PINTO, NOGUEIRA, RIBEIRO, 2009)

Nesse período cria a Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL) em 1971, que objetivava o desfavelamento total da cidade. O processo da extinção da favela passava por fases de orientação a população para convencê-los da importância da mudança, para que os moradores não retornassem aos assentamentos. Mediante vários motivos sejam pessoais, como famílias inteiras que residiam na mesma região, ou os motivos financeiros tais como o baixo valor da indenização e a renda financeira que o imóvel garantia muitos moradores não aceitaram as condições propostas e mantiveram no mesmo endereço.

Em 1979 começou a renascer a organização dos movimentos populares, isso foi possível devido a progressiva abertura do regime militar. Em consequência estabeleceu-se uma nova dialética na qual se valorizava a urbanização das favelas em detrimento ao “desfavelamento”. Entendia-se o direito dos moradores em permanecer nas áreas ocupadas. Nessa linha de reorganização criou-se o Programa de Desenvolvimento de Comunidade – PRODECOM, que tinha com função a urbanização de favelas e áreas periféricas da cidade com o intuito de melhorar a infraestrutura do espaço.

¹⁷ Jorge Carone Filho 1919 – 2010, foi deputado estadual em Minas Gerais durante no período de 1959 a 1963 pelo PSD. Foi prefeito de Belo Horizonte no período de 1963 a 1965. Tentou se candidatar a deputado federal pelo MDB, mas teve seus direitos políticos cassados. Em 1982 foi eleito deputado federal pelo PMDB. Em 1985 foi candidato a prefeito de Belo Horizonte pelo PDT, ficando em 3º lugar.

¹⁸ O golpe militar é a tomada do poder de um país pelos militares, caracterizado em um golpe de Estado, instaurando assim um regime de ditadura militar. Geralmente os militares justificam o golpe com o pretexto de defender a ação de ameaças.

Oliveira descreve a participação dos moradores das vilas e da ajuda de alguns nichos da população belo-horizontina para melhorar as condições dos favelados “Não havia assistência educacional ou de saúde. As associações de favelas é que se encarregavam dessa tarefa, através de convênios com professores e com as faculdades de medicina” (RODRIGUES; LAGES, 2009)

No ano de 1983 a CHISBEL deixa de existir, mas nesse mesmo ano é criado o Pró Favela um programa municipal que visava conceder a posse da terra para os moradores da favela. Esse programa foi possível devido as recorrentes reivindicações de outros movimentos como o da Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte – FAMOBH, a União dos Trabalhadores de Periferia – UTP e a Pastoral de Favelas. O programa Pró Favela não teve muitos resultados na prática, mas serviu de modelo para outras cidades.

Para possibilitar a urbanização, regularização e titulação fundiária nos aglomerados criou-se em 1986 a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL.

A prefeitura de Belo Horizonte no ano de 1992 criou um plano de planejamento, no qual diagnostica e estabelece diretrizes de ação para as futuras intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas favelas da cidade. Esse instrumento chama-se Plano Global Específico – PGE. O PGE propõe estudar a realidade dos aglomerados da capital mineira a partir de três bases como demonstrado no quadro a seguir:



Figura 5: Quadro com elementos considerados para a urbanização e legalização das favelas
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte/Relatório 1992.

O governo municipal cria em 1993 o Orçamento Participativo – OP, importante meio de intervenção urbana.

O orçamento participativo é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a corresponsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade. (GOVERNO FEDERAL, 2013)

Até o ano de 2004, das 179 favelas de Belo Horizonte consideradas pelo IBGE, 88 foram atendidas direta e indiretamente pelo Orçamento Participativo, 43 delas conquistaram recursos do programa (MELLO, 2008).

Durante o governo de Fernando Pimentel¹⁹ foi lançado o projeto piloto do Programa Vila Viva – PVV, no ano de 2000. Esse programa está relacionado diretamente ao Plano Global Específico. A partir do diagnóstico feito pelo PGE são definidas as prioridades de cada vila e as ações necessárias para atendê-las.

O Vila Viva engloba obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. Após o término da urbanização, a área será legalizada com a emissão das escrituras dos lotes aos ocupantes (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2000).

Os objetivos do programa é promover acesso à moradia a parcela da população que não tem condições financeiras para adquirir ou pagar alugueis, vivendo assim em condições extremamente difíceis.

¹⁹ Fernando Damata Pimentel é um economista e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2001, tomou posse como vice-prefeito de Célio de Castro e, em novembro do mesmo ano, assumiu, interinamente, o cargo de prefeito de Belo Horizonte em substituição ao titular. Em 2003, assumiu, definitivamente, o cargo de prefeito, em razão da aposentadoria de Célio de Castro. É o atual ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Governo Dilma Rousseff.

2.3 DESIGN

2.3.1 DESIGN SOCIAL

Tendo em vista a exclusão social na metrópole, o design passa a ser utilizado como instrumento que irá promover a qualidade de vida e melhorar as relações humanas no cotidiano. O Design, assim como a ciência, pode ser uma ferramenta de interesses hegemônicos.

É crescente, a disseminação do design para a sociedade como uma forma consciente para solucionar problemas sociais, que atendam às necessidades reais e específicas de cidadãos menos favorecidos, social, cultural, economicamente, intelectualmente, etc. (PAZMINO, 2007).

A linha de raciocínio que aplica o design para solucionar problemas sociais é denominada Design Social. Essa linha defende a aplicação do design como forma de diminuição da pobreza, ampliando as discussões para o lado social, onde todos se beneficiam. O design permite o desenvolvimento e as possibilidades de geração de renda para todas as camadas da população (COSTA, 2009).

Segundo Amstel (2009), design social é uma abordagem de projeto que enfatiza as motivações e consequências sociais do processo de design, sendo seu objetivo o de desviar o foco do design na elite econômica e no consumo, promovendo valores de desenvolvimento social, sustentabilidade e altruísmo.

A Design21 Social Design Network, rede de design social filiada a Unesco, esclarece sobre como o design é pensado e realizado para todos, sem exclusão:

‘Design Social é aquele Design que engrandece o bem, onde o bom Design é usado para um grande propósito. A rede crê que a real beleza do Design implica no seu potencial de melhorar a vida. Este potencial primeiramente manifesta-se com uma série de decisões as quais resultam em uma série de consequências. A prática do Design Social considera estas decisões de grande valor, entendendo que cada passo no processo de Design é uma escolha que se perpetua em nossa comunidade, no mundo e na vida cotidiana. Estas escolhas são os resultados de idéias construídas, largas discussões e, mais importante, o desejo de se fazer o bem. Design Social é Design para todos nós’. (DESIGN21 SOCIAL NETWORK, 2009)

Para Pazmino (2007) o design social deve ser socialmente benéfico e economicamente viável, visando obter melhoria na qualidade de vida dos

marginalizados. Ele acredita também, que é preciso priorizar e valorizar os aspectos sociais, culturais e ambientais da população envolvida.

Margolin(2004) defende que o objetivo primordial do design social é a satisfação das necessidades humanas, ao contrário do objetivo do design para o mercado. O foco principal de todo o processo é a pessoa, o cidadão.

Bonsiepe(2011) defende o entendimento de um design mais humanístico que propõem maior atenção para os excluídos e os discriminados, que podem ser considerados a maioria da população do planeta. A intenção do autor é formar consciência crítica frente ao enorme desequilíbrio entre os núcleos de poder e os que são controlados por eles.

Na discussão sobre as possibilidades de resolução da questão social há o entendimento da qualidade de vida como uma das premissas norteadoras na busca do desenvolvimento e do bem-estar, devendo ser considerada como um direito de cidadania. Dessa forma, é importante reconhecer que o Design deve contribuir com o desenvolvimento da cidadania.

Dessa forma, o design socialmente orientado contribui para a configuração de uma nova sociedade e se torna o agente transformador dessa nova ordem social. Para que as mudanças sejam possíveis é preciso entender a relação que o cidadão tem com o seu território e a formação da sua identidade.

2.3.2 IDENTIDADE E TERRITÓRIO

Entender a relação do território e identidade na sociedade pós-moderna obriga-nos a compreender que sociedade é esta e quais suas implicações para esses conceitos e associações.

A globalização modificou toda logística das relações sociais, possibilitando a desconstruções das barreiras físicas. Nesse novo contexto o desconhecido tornou-se acessível e foi possível estabelecer conexões antes inimagináveis.

A troca de informações culturais e a descoberta de outros costumes e comportamentos fez surgir o reconhecimento global, no qual as pessoas se identificam com culturas antes ignoradas. Esse acesso às informações e culturas diversas estabeleceu uma identidade universal.

A palavra identidade apresentado por Niemeyer (2010) tem em seu significado a origem no latim *Identitas-atis*, dos termos *idem*: o mesmo e *entitate*: entidade, ela possui o significado de mesmice do ser / entidade, algo que é idêntico a si mesmo. Nesse sentido, o conceito da palavra se remete a inalterabilidade e ao mesmo tempo a totalidade. Esse conceito de identidade limita sua atuação como algo estático e imutável, visto que determina a condição do sujeito. Há pensadores que questionam essa conceituação e propõem uma nova forma de interpretá-la. Castell (1999) defende que toda identidade é construída possuindo elementos dinâmicos para caracterizá-la.

Reyes (2010) defende o conceito de identidade como a soma de valores que torna determinado indivíduo e sociedade único, o que não o obriga a ser fixo, a identidade é entendida como a linha mestra que possui valores originais, mas que modifica e transforma com o passar do tempo.

Ao mesmo tempo que a globalização unificou os povos, ela evidenciou as diferenças, dessa forma as sociedades atuais são caracterizadas pela diversidade e por possuírem conceitos abertos e inacabados no qual há possibilidade da criação de significados e remanejamento de valores. Assim, a identidade passa a ser incompleta em um constante processo de construção e dinamismo (HALL, 2005).

Podemos então entender a identidade como embutida de valores e significados que modificam no tempo e no espaço, ela ao mesmo tempo representa o que se tem de comum e o que se possui de diferente dos demais.

A identidade passa por processos de significação e ressignificação, no qual o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado, com várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não- resolvidas(HALL, 2005).

O tema identidade é muitas vezes intangível, ele pode delimitar no entendimento do indivíduo como ser humano ou como pertencente a uma sociedade. E para compreender esse cidadão inserido em um contexto social é preciso resgatar símbolos de um lugar em um determinado período, para compreender melhor essa sociedade no qual ele está inserido.

O entendimento de uma identidade somente é possível a partir de uma delimitação de tempo em um determinado território.

O território assim como a identidade é imbuído de inúmeros significados, dando sentidos para o espaço, deixando de ser não lugares, “Um não-lugar é um espaço destituído das expressões simbólicas de identidade, relações e história” (BAUMAN, 2001, pg. 119), um não lugar promove a sensação de estar em casa mas não permite a verdadeira relação e hábitos do estar em casa.

Segundo Haesbaert (2008) todo território é ao mesmo tempo e obrigatoriamente, diferentes combinações funcionais e simbólicas. Simultaneamente exercemos o domínio sobre o espaço realizando funções pré-existentes a condição humana e estabelecemos nessa superfície a produção de significados.

O território possui características intangíveis, de modo que, território é o entendimento da ordem do “estar em casa”. Ele pode ser percebido como o próprio corpo, casa, corpo social, um grupo específico, um bairro, uma comunidade, uma cidade, nação ou continente, ou seja, delimitar um território é “marcar suas distâncias e ou demarca-se dos outros” (Jacques, 2001, pg.141).

O território é um espaço funcionalizado no qual temos além de formas espaciais, obras, articulações, unidade e movimento. Possuímos relações e conflitos concomitantemente ao promover ao mesmo tempo homogeneidade e heterogeneidade, "assim territórios se superpõem, se compõem e se dissolvem sem uma estabilidade inteiramente previsível" (Gomes 2008, p 38).

Nesse sentido, Reyes (2007) afirma que é preciso compreender o processo de territorialização, para isso ele discute o processo em três momentos distintos: a territorialização, a [des] territorialização e a [re] territorialização. Esse terceiro e atual momento exposto pelo autor é o processo de [re] territorialização, promovido pelo aumento da competitividade empresarial obriga as cidades a buscar estratégias de ação perante o mundo globalizado,

Se apropriando do argumento de [re] territorialização, essa sociedade dinâmica tem como desafio atual – tanto as pessoas como os lugares – a busca por uma identidade própria que seja reconhecida pelos demais em qualquer parte do mundo. A construção da identidade do indivíduo sempre teve como base os aspectos simbólicos relacionados com o seu território e com a sua história, isso dentro de um contexto social mais amplo e do

desenvolvimento coletivo. Dessa forma, a identidade regional se desenvolve naturalmente e inevitavelmente para além das intenções individuais.

Entender essa relação que o indivíduo possui entre o território e a formação da identidade possibilita a aplicação do design promovendo sua atuação para inovação social. Dessa forma, a inovação possui o caráter diferenciador das interfaces sociais, visando o desenvolvimento sócio econômico da população de baixa renda e com raro acesso a informação. O processo de inovação possui modo distinto de ver as problemáticas, no qual está relacionado ao viés criativo, promovendo fórmulas de solucionar problemas e encontrar possibilidades diversas e quase sempre únicas para os resultados (COSTA 2008).

A inovação social é um dos principais veículos para o desenvolvimento da sociedade. Ela promove novas idéias comportamentos, métodos, produtos, serviços e organizações que buscam alterar a maneira como pensamos sobre o processo de mudança ou fazendo-se cumprir as necessidades sociais não satisfeitas. Ademais, a inovação social pode vir de qualquer um, em qualquer lugar, a qualquer momento. Para existir é necessário algum pensamento autêntico, criativo e muita determinação (VASAN, PRZYBYLO, 2013).

Discretamente essa tem sido a era da responsabilidade social, onde ao invés de se fixar na utopia inatingível a sociedade propõem soluções com metas tangíveis menores. Com a proposta de enfrentar um problema por dia, entendendo que é aos poucos que acontece a real melhoria social (VASAN, PRZYBYLO, 2013).

2.3.3 DESIGN ESTRATÉGICO

O design estratégico é um dos instrumentos responsáveis para a promoção e valorização das políticas públicas atuais, que buscam facilitar e/ou estimular os processos de reestruturação urbana.

A imagem, que representa a cidade, é redefinida a cada modelo de gestão e administração. Essa referência estabelece qual o papel que a cidade irá possuir no contexto nacional e internacional. Muitas vezes a produção dessa imagem é voltada para efeitos internos, particularmente no que se refere à construção de uma ampla adesão social ao modelo administrativo vigente.

Sánchez (1999) explica como se estabelece uma estratégia para promover a reestruturação urbana:

A produção de imagem, os planos estratégicos e o investimento em marketing podem ser considerados: um resultado e uma estratégia dos processos de reestruturação urbana; instrumentos do "novo planejamento urbano" e instrumento para a legitimação dos interesses das coalizões dominantes com interesses no lugar (SÁNCHEZ, 1999).

Cada projeto proposto é, minuciosamente, planejado para o espaço urbano, de forma que o produto ou serviço gerado possui características inovadoras, nas quais possibilitam a conquista dos cidadãos e uma ampla adesão social. As propostas têm a intenção de proporcionar uma nova concepção de cidadania, dessa forma, as novas políticas de reestruturação urbana recomendam apoiar-se em obras e serviços visíveis, sobretudo os que tenham caráter monumental ou simbólico.

Para “vender” a cidade são utilizadas técnicas publicitárias eficazes, a partir da construção criativa do imaginário da cidade, de modo que, os novos investimentos são projetados a partir de um conjunto de fatores que mantêm a singularidade a infraestrutura física e comunicacional, a regulação política e social e a qualidade de vida dos cidadãos (SÁNCHEZ, 1999).

Esse ritmo de lançamentos de novidades transforma a rotina da cidade e passa a fazer parte dos desejos dos cidadãos, que esperam inovações com ansiedade e as recebem com curiosidade e aparente aprovação.

A forma como os novos espaços, equipamentos ou serviços são apresentados são marcos representativos, vistos como espetáculos da cidade.

Sánchez (1999) explica que "para manter esta leitura dominante da cidade, as imagens necessitam ser periodicamente recicladas incorporando novos valores, novos ícones espaciais".

A participação dos cidadãos, o sentimento de pertencimento à cidade, a adesão aos novos projetos, o elevado grau de aceitação e aprovação pública dos projetos da cidade e, principalmente, a aparente unanimidade que estes projetos têm alcançado são elementos reiteradamente apresentados pela linguagem oficial, pelo discurso hegemônico, para mostrar alguns dos resultados de sucesso dos processos de renovação urbana.

O discurso oficial que acompanha as novas políticas destaca, com ênfase, a vontade de envolver os cidadãos nos projetos de renovação urbana. De fato, criaram para a maioria da população um sentimento de orgulho e de "pertencimento" à cidade, mas esse sentimento gera, mais do que uma participação ativa, uma participação contemplativa da nova cidade.

Nesse processo de criação e renovação urbana o designer trabalha como o fomentador do pensamento estratégico e criativo, possuindo a característica de conhecer profundamente as demandas do usuário e consumidor e antever os seus anseios preocupando em estabelecer soluções e experiências em diferentes momentos. Dessa forma, o design busca a identificação do consumidor com o serviço/ produto a partir de aspectos intangíveis.

O design como disciplina tem como um dos principais objetivos promover o bem-estar na vida das pessoas. No entanto, é a maneira como o designer percebe as coisas e age sobre elas que chamou a atenção de gestores, abrindo novos caminhos para a inovação.

Segundo Mozota (2011) o design participa na ideação e formulação da estratégia, porque a estratégia é produzida por uma tensão criativa entre os recursos disponíveis e as aspirações a longo prazo. A estratégia diz respeito à descoberta de recursos na instituição para as unidades de negócios.



Figura 6 – Fluxograma: O processo de estratégia
Fonte: Adaptado Mozota 2011.

Para Gimeno (2000), o nível estratégico da gestão de design é o estágio mais alto de integração do design no ambiente organizacional. Para o autor, ele

ocorre quando a estratégia competitiva da organização se baseia na aplicação do design em seus âmbitos de atuação.

Percebe-se na prática que enquanto algumas empresas identificam o design como meio, desconsiderando sua dimensão estratégica, outras reforçam métodos de inovação alicerçados em questões relacionadas à qualidade e muitas vezes contraditórias ao processo de inovação.

Neumeier (2010) afirma que se o desejo é inovar, precisa-se construir uma cultura de inovação. Assim a gestão do design aparece como uma ferramenta para alinhar as estratégias de inovação e gerar uma cultura capaz de acender a empresa ou instituição o posicionamento que ela almeja.

Na prática, o design estratégico é um sistema aberto que, devido a sua transversalidade e multidisciplinaridade, possui diversos pontos de vista e modelos de interpretação (ZURLO, 2010). O design considera, a partir da ressignificação e ampliação do problema, a procura por um entendimento de uma solução, por intermédio de múltiplos olhares que contribuem com os diferentes pontos de vistas dos especialistas e experts.

Desta maneira parte-se para a tentativa de alcançar uma compreensão racional do problema e de cenários de tendência de inovação para uma visão sistêmica de solução para então buscar-se uma proposta de geração de valor.

O impacto do design estratégico, devido ao modo que vivemos hoje em redes, se expressa usualmente de forma coletiva, podendo ser algo pontual, em produto e ou serviço (ZURLO, 2010).

O mesmo autor afirma que, o design estratégico tem como principal característica sua estrutura organizada. Seu modo operacional indica: para quem, onde, por que e como. Para tanto, é fundamental que haja uma boa comunicação interna na organização, assim como deve haver uma sintoniasaudável dentro do grupo. A forma das relações de valor favorece o designer nessa difícil e ainda não totalmente decifradatarefa.

Dessa forma, o design deve intervir principalmente no aspecto cultural, com elementos materiais, imateriais e com símbolos, administrando a direção dos significados e das relações entre mediadores e produtores, e entre produtores, mediadores, mercado e população.

O design deve promover a mudança no modo de pensar do homem a respeito de si mesmo e do grupo ao qual pertence, bem como a respeito da sociedade em que vive, do papel que possui e de suas possibilidades.

2.4 INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE URBANA

O capítulo tem como objetivo contribuir na produção do conhecimento relacionado as questões ambientais sustentáveis do ponto de vista urbanístico. Discutindo a associação entre as dinâmicas apresentadas pela urbanização contemporânea no Brasil e os modelos de cidades compactas.

O termo sustentabilidade é uma das grandes questões recorrentes no nosso tempo. Independente da área estudada a expressão é impressa de modo taxativo, dessa forma é relevante considerar o conceito de sustentabilidade utilizado nesse estudo.

Adoção de sustentabilidade empregada ao desenvolvimento das cidades são compatíveis aos princípios da Agenda 21²⁰. O entendimento de sustentabilidade é orientado pelos autores Manzini e Vezzoli (2009) que defendem a concepção de um desenvolvimento equilibrado entre a inovação técnica e a inovação cultural, em que, somente a partir dessa concordância é possível obter um desenvolvimento sustentável, dessa forma é preciso haver inovações tecnológicas paralelamente a mudanças culturais.

Os agentes envolvidos na produção do espaço urbano, reconhecem suas entropias e passam a repensar sobre o crescente discurso ambiental no tratamento das questões urbanas (ACSELRAD,1997).

Manzini e Vezzoli (2009) argumentam que para uma sociedade ser sustentável é preciso desconstruir a conceituação de bem-estar social, no qual atualmente está relacionado ao aumento da disponibilidade de produtos e de matérias primas e consumo dos recursos, por consequência é necessário

²⁰ A agenda 21 é referente a um programa de ações compostas em um documento, elaborado por instituições da sociedade civil de 179 países, na qual foram escritos 40 capítulos que visam um novo padrão de desenvolvimento, que consiga relacionar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Esse documento foi desenvolvido na conferência Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Eco 92, realizada no Rio de Janeiro - Brasil no ano de 1992. A Eco 92, foi o primeiro evento a debater os problemas ambientais e propor mudanças no comportamento dos países em relação ao meio ambiente.

basear-se em recursos renováveis, otimizar o emprego de recursos não renováveis, não acumular resíduos e obter apenas o que o seu espaço ambiental lhe oferece sem apropriar do ambiente do outro.

No entanto, definir e tratar conjuntamente os dilemas sociais e os ambientais constitui uma necessidade muito além de qualquer modismo.

A sustentabilidade tratada nesse estudo excede o senso comum de sustentabilidade relacionada somente ao meio ambiente. A trajetória recente percorrida pela análise ambiental será verificada, assim como seu diálogo com a economia política e as ciências sociais. Essa discussão é interessante para compreender as práticas sócio espaciais que estruturam os limites urbanos e seu desenvolvimento sustentável.

Dessa maneira, o estudo analisa o contexto das metrópoles com o propósito de pesquisar o conceito de cidades compactas que, na atualidade, é vista como uma busca para superar e vislumbrar uma alternativa para o futuro, possibilitando alcançar a sustentabilidade nas aglomerações urbanas.

A cidade é a representação de uma matriz composta por consumidores de espaço, energia e matérias-primas e por formadores da produção de rejeitos.

As grandes cidades possuem uma visão dificilmente compatível com a sustentabilidade. O contexto urbano é caracterizado pela carência de serviços e infraestrutura o que influencia a ausência da qualidade no ambiente.

As aglomerações urbanas são produtos sociais e históricos que formam um cenário artificial, impactando de forma negativa a natureza inata, conseqüentemente, a vida urbana em grandes cidades está fatalmente associada aos cenários de insustentabilidade, uma vez que o sistema vigente valoriza a manutenção do modelo econômico capitalista, desvalorizando as demandas socioambientais. Em outras palavras, o problema não é viver nas grandes cidades e, sim, viver em espaços urbanos desprovidos de projeto e de política arquitetônico-urbanística que valorizem a característica natural do espaço.

Costa (1999) considera os espaços urbanos como a fundamentação da materialização espacial das relações sociais, além de ser o elemento transformador dessas mesmas relações.

Para uma cidade tornar-se sustentável deverá oferecer serviços, minimizar o consumo de energia fóssil e de outros recursos materiais, explorar, ao máximo, os fluxos locais, satisfazer o critério de conservação de estoques e de redução do volume de rejeitos (ACSELRAD,1997).

A sustentabilidade decorreria, neste caso, da redistribuição espacial e atividades sobre a base de recursos ambientais urbanos, introduzindo a hipótese do limite da capacidade urbana. Nela busca-se descentralizar os aglomerados urbanos, estabelecendo uma reorganização das funções das metrópoles por regiões, considerando as áreas metropolitanas internas para as áreas metropolitanas periféricas, do centro para os subcentros das cidades.

Acselrad (1997) apresenta uma forma de fomentar a sustentabilidade urbana além do ponto de vida material. Ser sustentável a partir do desenvolvimento do patrimônio da cidade com base na perspectiva das suas identidades, seus valores e heranças adquiridas ao longo do tempo. Dessa forma, busca-se estimar a existência simbólica dos sítios construídos e, também, dos sítios naturais proporcionando estratégias de fortalecimento do sentimento de pertencimento dos habitantes nas suas cidades.

Na conjuntura urbana o conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado a progressão da sociedade, em sua maioria, enfatizando apenas os aspectos econômicos, e não especificamente ao desenvolvimento da malha urbana.

O surgimento das preocupações urbano-ambientais se deve a consolidação do capitalismo ocidental, iniciada na Europa e disseminada em diferentes partes do mundo. Esse desejo de mudança, ocorreu a partir da tomada de consciência das questões tipicamente urbanas com base na necessidade de intervir sobre elas. Deste modo, criam-se modelos urbanísticos e planejamento urbano como mecanismo para manutenção e organização em nível de espaço (COSTA, 1999).

A opção pelo crescimento econômico a qualquer custo, principalmente com os elevados custos sócio ambientais apresentados pelo sistema capitalista, não atendem mais as condições e estilo de vida vigente. Nesse contexto a noção de sustentabilidade corresponde a uma dimensão a ser incorporada à própria noção de desenvolvimento.

Costa (1999) relata sobre as várias apropriações que o conceito de sustentabilidade dispõem:

Aparentemente, pode-se dizer que o conceito de desenvolvimento sustentável vem-se transformando num enorme “guarda-chuva”, capaz de abrigar uma variada gama de propostas/abordagens inovadoras, progressistas, ou que, pelo menos, caminhem na direção de maior justiça social, melhoria da qualidade de vida da população, ambientes mais dignos e saudáveis, compromisso com o futuro. Tal abrangência, se, por um lado, tem o mérito de “alinhar” iniciativas e propostas de diversas origens, por outro, ao evidenciar a imprecisão do conceito, tende a banalizá-lo, a transformá-lo em peça de retórica e, portanto, insustentável por definição. É um dilema que, no momento, se busca superar. (COSTA, 1999)

Dessa forma, o conceito apresentado salienta um discurso de uma sustentabilidade global, como apresentado no quadro abaixo, onde a discussão em torno da escassez, dos limites naturais e a superpopulação demanda de uma preservação de uma ordem social específica e não da preservação da natureza em si, por consequência é necessário reinventar e ressignificar novas formas de habitar.



Figura 7:Quadro: Dimensões de uma cidade sustentável.
Fonte: Thábata Brito

O autor Henri Acselrad (2005) entende que a reconstrução simbólica das identidades das cidades é a ferramenta fundamental para o desenvolvimento da proposta de cidades sustentáveis.

O planejamento urbano ambientalizado busca a ressignificação do espaço, com gestos confrontadores de segurança e controle, conferindo visibilidade as características das cidades e desmistificando os medos da destruição ecológica e da instabilidade da ordem social.

O entendimento de ambientalização é direcionado ao planejamento urbano, relacionado a políticas públicas propostas para conter as desigualdades sócio espaciais, com o intuito de promover o meio ambiente e a sustentabilidade proporcionando os sentidos de bem-estar nas cidades e nos cidadãos.

O conceito de cidades sustentáveis abrange expectativas de bem-estar nos âmbitos da habitação, da saúde e direitos sociais, normalmente distinto do contexto das aglomerações urbanas atuais, que possuem um caráter socialmente desigual, dessa forma, a temática da sustentabilidade tem sido evocada para a criação de uma noção de meio ambiente construída como uma e comum a todos (ACSELRAD, 2005).

Desse modo, o meio ambiente, detentor desse cunho universalista, admite os propósitos da pré-construção de um consenso social destinado a reconstituir o sentido de comunidade, solidariedade e interesse comum, buscando acomodar as diferenças em uma nova totalidade interdependente.

Na perspectiva sustentável, o planejamento urbano passa pela valorização de espaços compartilhados, reconhecendo os elementos naturais e ambientais. Todos eles convertidos em lugares atrativos da cidade por intermédio de trabalhos paisagísticos e pela concentração de eventos culturais (ACSELRAD, 2005).

Assim sendo, as cidades que pretendem ser sustentáveis investem no estabelecimento de associações, através de dinâmicas de comunicação e cooperação, buscando integrar o ambiente, a sociedade e o ecossistema estabelecendo uma relação no tempo presente e no futuro.

Com esse mesmo raciocínio, Acselrad (2005) defende que é necessário dispor de uma lógica de inclusão em uma continuidade espacial e temporal

para desenvolver uma cidade com valores sustentáveis. Consequentemente, pode-se obter a inclusão das periferias através da descentralização, da memória pela reciclagem dos bens imateriais e dos atores sociais por meio das interações.

Para que uma cidade possa ser ecologicamente e estruturalmente sustentável é necessário haver uma configuração diferente da atual conformação econômica, social e politicamente presentes nos aglomerados urbanos.

As modificações devem passar por propostas políticas que obrigam a conter o alastramento espacial, o desencorajamento das cidades dormitórios, a desestruturação de núcleos de comércio e serviços, principalmente de núcleo que dependam exclusivamente do automóvel individual como forma de locomoção (COSTA, 1999).

Dentro desse conjunto de preocupações, como possível forma de sustentabilidade urbana, criou-se o conceito das cidades compactas. Essa definição foi criada pelos europeus como explica Costa (1999):

A proposta, endossada e divulgada por trabalho da Comissão das Comunidades Europeias tem como objetivo a adoção, nos países europeus, de cidades compactas de alta densidade, com base na justificativa de serem ambientalmente desejáveis, já que reduzem deslocamentos, e promovem melhor qualidade de vida. Para tanto, propõe-se a volta dos usos mistos nas cidades, bem como o fim da expansão urbana extensiva, de tal forma que novos empreendimentos aconteçam dentro dos limites urbanos existentes. Associada à contenção da expansão física está também a ideia de incentivo a um meio urbano inovador, rico em termos culturais e de lazer, dentro da tradição das capitais europeias. Do ponto de vista mais técnico, a ênfase do argumento recai sobre a redução de custos e a eficiência na utilização de recursos energéticos e de transportes. Nessa proposta, há um claro pressuposto segundo o qual uma forma urbana compacta produz maior sustentabilidade. (COSTA, 1999).

No conceito de cidades compactas a produção da habitação é repensada e a proposta é diminuir o custo na produção somada ao aumento da tecnologia construtiva junto com o design apropriado e a relação da localização ao preço e o transporte. Esse ideal de cidade, também, valoriza a criação de jardins e hortas nas habitações.

A cidade compacta é uma proposta de cidade auto-sustentável que reconsidera a cidade propondo novas formas de infraestrutura, logística e eficiência energética (NUNES, 2011). O conceito considera cidades densas e

socialmente diversas, porem, que possibilitam promover o desenvolvimento de atividades econômicas e sociais que se mesclam a partir do reconhecimento dos bairros como o centro da vida comunitária. Dessa forma, a cidade cresceria em torno de centros de atividades sociais e comerciais interligados por nodos de transporte público, Capozoli (2013) denomina esses centros de minibairros. Juntamente, aos centros há as construções residenciais, cada qual com parque, escolas, equipamentos de saúde e locais de trabalho que garantam vida independente para seus moradores, evitando longos deslocamentos.

O conceito de cidade compacta questiona o sistema urbano existente, que suscita a divisão das cidades em regiões, tais quais são ligadas por grandes artérias, avenidas. Cada região tem uma função determinada, como os escritórios na área central; shopping centers, indústrias e centros de lazer nas saídas estratégicas e residências nos bairros mais distantes.

Compactar as cidades permite solucionar um dos grandes problemas metropolitanos, a mobilidade urbana. Nela a exigência de deslocamento é menor, pois os centros são idealizados para se auto sustentar (CAPOZOLI, 2013). O quadro abaixo exemplifica as diferenças na mobilidade dos bairros atuais e dos minibairros proposto.

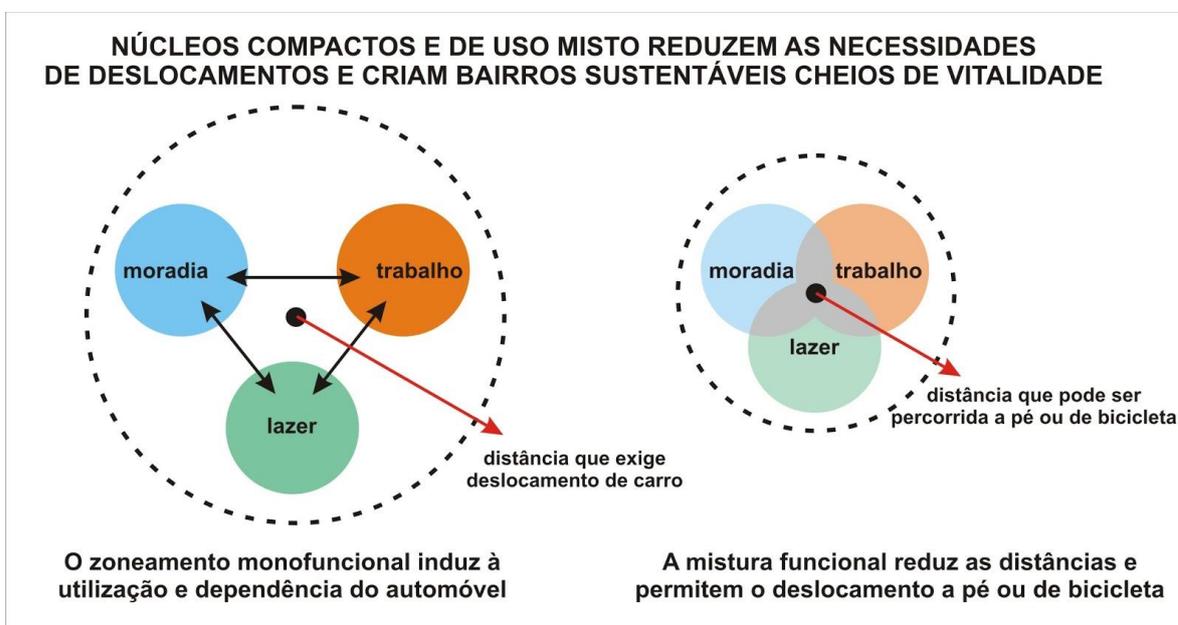


Figura 8: Quadro: Princípios para um ecobairro

Fonte: <http://pu-4.blogspot.com.br/2012/12/um-ecobairro-ou-bairro-sustentavel-e-um.html>

É importante reconhecer a demografia do domicílio na contemporaneidade, pois não se trata dos padrões familiares existentes

acinquenta anos atrás, o qual o mercado imobiliário ainda utiliza como referência para os seus projetos. O mercado deve ajustar a produção da habitação ao tamanho de família e a dinâmica cotidiana para conter a subutilização o encarecimento e falta de opções mais adequadas à crescente diversidade de formas de ocupação dos domicílios.

Nos bairros, as propostas são evidenciar a construção e o entendimento coletivo de lugar, criando uma identidade nos moradores com o espaço urbano, mediante a provisão de espaços públicos, serviços, segurança, isso tudo associado a investimentos em atividades econômicas que garantam vitalidade urbana e menor necessidade de deslocamentos.

É incentivado, também, uma educação pública, que garanta uma estrutura de participação comunitária nas decisões locais.

A proposta é reinterpretar as metrópoles idealizando uma sociedade baseada na vida comunitária. No qual, seus habitantes serão incentivados a ampliar as atividades humanas e a geração da expressão da cultura local.

Nas cidades compactas as edificações deveriam retomar o conceito de uso misto, possuindo o caráter residencial e comercial na mesma construção. Conjuntamente, há o desestímulo a concepção de grandes projetos como shopping centers em áreas periféricas e livres, incentivando, ao contrário, sua concepção em áreas já urbanizadas que possam ser recicladas.

A forma sustentável deverá mesclar, ainda que em escalas distintas, zonas de trabalho, moradia e lazer, reduzindo distâncias e “pedestizando” as cidades, de modo a frear a mobilidade da energia, das pessoas e bens. Nesta perspectiva, da emergência de formas urbanas capazes de expressar a existência desejavelmente crescente de cidades autossuficientes. O argumento da forma urbana articula-se assim com a ideia da autossuficiência urbana.

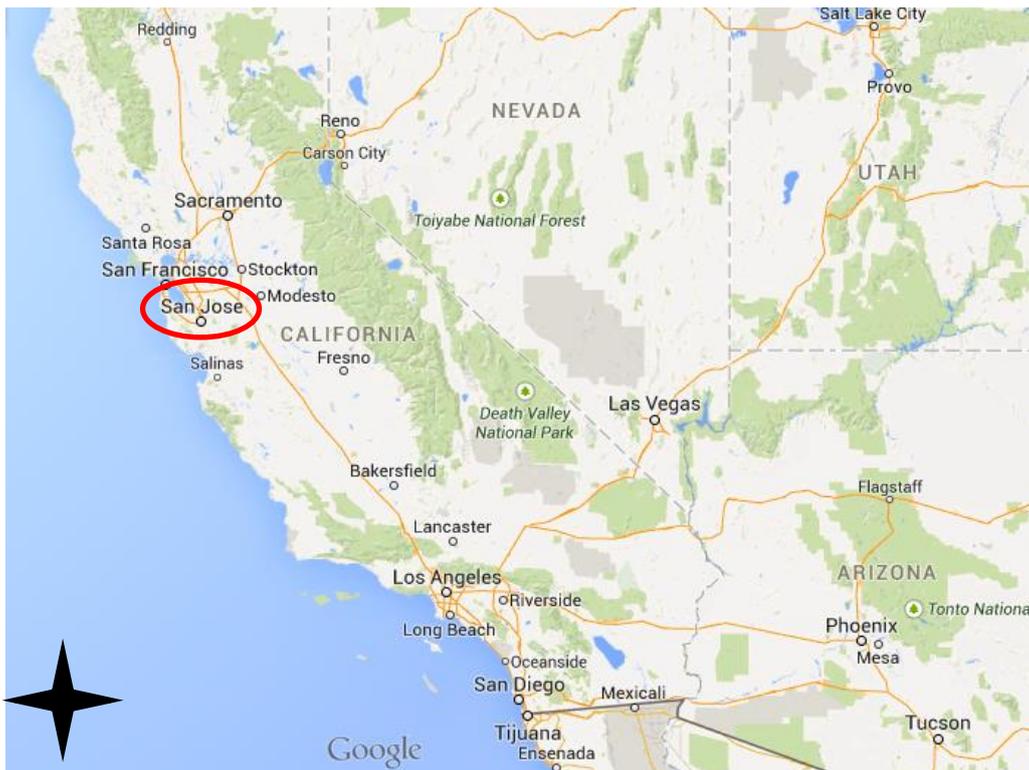
Alguns exemplos em autossuficiência urbana estão sendo desenvolvidos em várias partes do mundo e alguns deles serão apresentados nesse estudo. á

2.4.1 SAN JOSE - CALIFÓRNIA

Na década de 1990 o estado da Califórnia, nos Estados Unidos, elaborou um movimento para que as cidades sejam mais sustentáveis.

Várias organizações integram a sociedade civil organizada, uma articulação de organizações não governamentais e agências governamentais que tem como objetivo a construção e a manutenção de uma área metropolitana sustentável. As organizações e agências incorporaram programas de estratégias de atuação, a partir da participação voluntária e ou profissional engajada, a princípios de entendimentos sobre o que venha a ser uma cidade sustentável, sem ter a intenção de projetar um modelo de cidade.

A proposta de desenvolvimento urbano sustentável foi representada pela publicação *Blueprint for a Sustainable Bay Area*, datada de 1996, com o propósito de examinar a sustentabilidade nas casas, vizinhanças, cidades e regiões. A publicação recomenda ações e propõem um leque de ferramentas que ajudem na busca pelo sustentável. A exemplo, uma das cidades que aderiram a essa proposta, foi São José, terceira cidade mais populosa do estado da Califórnia.



Escala: 1:200km

Mapa 2: Localização cidade São José

Fonte: www.google.com.br/maps/place/San+Jose,+CA,+USA, 2014

No ano de 2007, a cidade criou o plano "Visão Verde" que tem por objetivo enfrentar as mudanças climáticas e promover o desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

São José sempre se preocupou com as questões ambientais, no ano de 2008 a cidade possui altas taxas de reciclagem, estratégias de conservação das águas e programas de energias renováveis desde o início dos anos 1980. Os progressos obtidos colocam a cidade como referência mundial em tecnologia limpa e sustentabilidade urbana.

Localizada no Vale do Silício, tradicional em projetos de inovação, o programa Visão Verde é uma expectativa de sucesso para os envolvidos, devido ao histórico da cidade e região.

Para que o programa fosse efetivamente realizado foram criadas onze metas:

- Criar 25 mil empregos em tecnologias limpas até 2022;
- Reduzir o consumo de energia per capita em 50%;
- Consumir 100% da energia elétrica a partir de fontes renováveis;
- Construir ou retrofit de 4.645.152,2m² de edifícios verdes;
- Desviar 100% dos resíduos dos aterros para reciclagem;
- Reciclar ou reutilizar 100% das águas residuais;
- Adotar um plano geral com indicadores mensuráveis para o desenvolvimento sustentável;
- 100% da frota de veículos públicos funcionando com combustíveis alternativos;
- Plantar mil novas árvores;
- Substituição de 100% da iluminação pública por iluminação inteligente com zero emissões;
- Criar 160.93 quilômetros de trilhas ligadas com 643.74 quilômetros de ciclovias na rua.

Sete anos depois da sua implantação a cidade colhe frutos dessas metas. No ano de 2008, São José foi considerada pelo Departamento de Energia nos Estados Unidos - DOE, como uma cidade solar. Nesse mesmo ano os passeios de bicicletas aumentaram 125%, 50% acima da média nacional. Como mostra a figura abaixo.

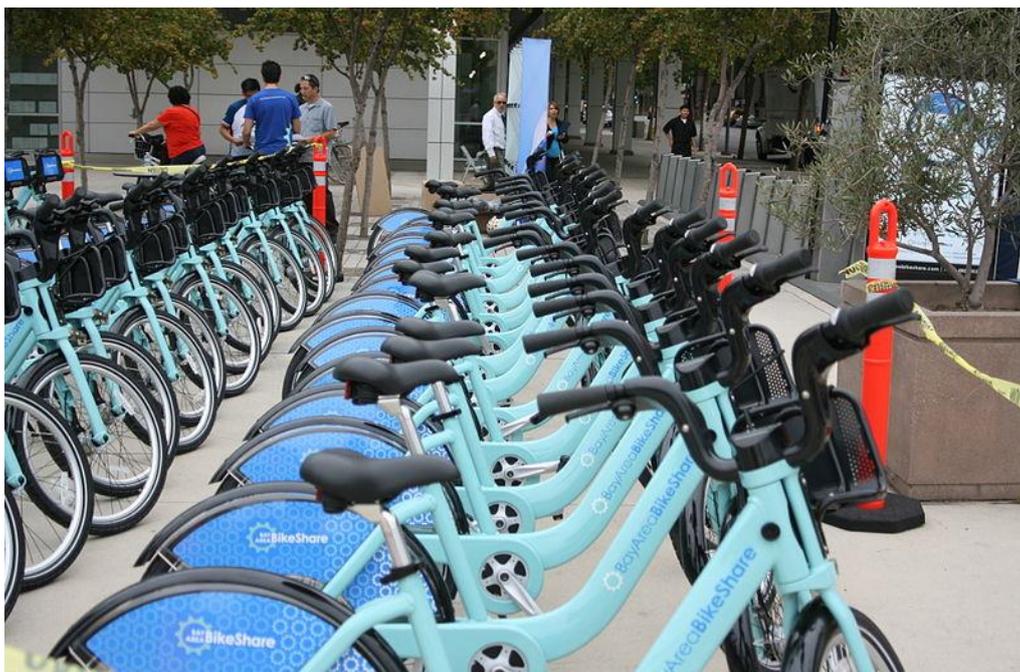


Figura 9: Local de compartilhamento de bicicletas

Fonte : www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/visao-verde-de-san-jose-na-california, 2014

No ano de 2010, após três anos de projeto, foi realizado um balanço sobre o programa que confirmou a criação de 4.500 novos empregos na área de tecnologia limpa, uma redução de 2,4% no consumo de energia. Outros dados foram a conclusão de 343.741,24 m² dos 4.645.152,2 m² de edifícios verdes certificados; 15% da eletricidade da cidade vem de fontes renováveis de energia; 74% dos resíduos estão sendo desviados dos aterros; 21% das águas residuais são reciclados ou reutilizados; 42% da frota da cidade funciona com combustível alternativo; emissões de GEE foram reduzidas em 28% (2003 é o ano base) e 4.500 novas árvores, das 100.000 previstas, já foram plantadas.

O plano Visão Verde está alcançando o objetivo estabelecido e tornou-se exemplo de práticas sustentáveis urbanas, e para ilustrar esse esforço podemos citar os prêmios obtidos em 2008, o programa ganhou o Prêmio de Liderança Verde do estado da Califórnia, em 2011 o reconhecimento da Cable News Network - CNN como uma das sete cidades incubadoras e cluster de negócios nos Estados Unidos. O mais recente, em 2012, São José foi premiada como cidade número um nos Estados Unidos que possui o Índice de Tecnologias Limpas.

2.4.2 CHINA - TIANJIN ECO CITY

Outro exemplo de país que trabalha com o conceito de cidade sustentável é a China.

Há mais de duas décadas a China investiu grande parte do seu produto interno bruto (PIB) em infraestrutura. Essa aplicação tornou-se a principal justificativa para o crescimento chinês. Eles foram capazes de desenvolver o processo de urbanização nas cidades interioranas, dessa forma, o país asiático conseguiu diminuir a pobreza da população de 43% em 1981, para 13% em 2010, a maior taxa de resgate da população pobre na história (MORENA, 2013).

Como um exemplo de mudanças de paradigma, a China está construindo uma cidade com conceitos sustentáveis. A Tianjin é uma idealização de cidade ecológica onde todos os moradores terão qualidade de vida. A ideia é que a Eco City sirva de exemplo de desenvolvimento urbano sustentável para outras cidades.

Autorizado em 2008 pelo governo chinês, o projeto recupera uma área desabitada de 30km². O planejamento prevê a inauguração da ecocity em 2020, dispondo de toda uma infraestrutura para 350 mil pessoas. A figura 10 apresenta uma imagem do projeto proposto.



Figura 10: Tianjin Eco city
Fonte: www.suburbana.com, 2014.

O projeto inicial foi desenvolvido pelo Grupo de Planejamento Urbano Suburbana e, atualmente, está sendo construído a apenas 10 minutos da área de desenvolvimento econômico da cidade de Tianjin, na China.

Foram utilizados vários indicadores como mecanismo de conduzir o desempenho do projeto propostos, os mais importantes foram: uma boa qualidade do ar; água potável e nas massas de água da eco-cidade; níveis para poluição sonora e emissão de carbono por unidade de PIB; proporção superior de construções ecologicamente corretas, aquelas certificadas com o selo *Green Buildings*; obrigatoriedade 70% da flora seja de plantas nativas; o espaço verde público deve ser de pelo menos 12 metros quadrados por pessoa; o consumo diário de água por dia cada pessoa não deve exceder 120 litros; a quantidade de resíduos domésticos gerados por cada pessoa não deve exceder 0,8 kg por dia; pelo menos 90% das viagens dentro da eco-cidade deverão ser feitos com veículos não poluentes ou com uma baixíssima taxa de poluição; pelo menos 60% do total de resíduos deverão ser reciclados; as áreas de lazer devem estar a no máximo 500 metros de qualquer cidadão; cidade deve seguir 100% os princípios da acessibilidade universal; 20% das moradias sejam na forma de habitação pública subsidiada; utilização de energias renováveis, como solar e geotérmica, entre outras; 50% do abastecimento de água seja de água dessalinizada ou reciclada; adotar políticas inovadoras que promovam a colaboração regional e melhorar o ambiente das regiões vizinhas e dar destaque à cultura ribeirinha para preservar o patrimônio cultural e histórico, que manifeste a sua singularidade (GUIARETTA, 2011).

Uma preocupação presente no desenvolvimento do projeto é a necessidade de encontrar um bom equilíbrio entre proteção ambiental e crescimento econômico. Além do principal centro da cidade contendo escritórios, hotéis e outros usos comerciais, subcentros comerciais, também serão localizados em cada uma das áreas suburbanas, para proporcionar oportunidades de emprego visando atender aos moradores e reduzir sua necessidade de deslocamento.

2.4.3 BARCELONA

Barcelona é um dos exemplos europeus apresentado nesse estudo. A cidade passou por grandes transformações para receber as Olimpíadas em 1992. Ao contrário das cidades brasileiras, a realização de um Mega Evento trouxe inúmeros benefícios para Barcelona. Ela passou por uma profunda reforma urbana, na qual estabeleceu a ligação da cidade ao mar, criando vias de acesso onde, antigamente, passava a linha do trem e onde ficavam galpões industriais nas ruas próximo à praia.

A cidade experimentou uma espécie de revolução social e demográfica deixando de ser uma cidade degradada e pouco próspera, passando a ser a capital cultural, polo de negócios e destino turístico para milhões de visitantes (LEPIANI, 2012).

A transformação da cidade ocorreu na infraestrutura, nas moradias, nas vias, no aeroporto entre outros setores. Cerca de 10 bilhões de euros, da receita pública, foram investidos nas modificações e melhoramento do transporte público, habitações e principalmente, na reconstrução da faixa litorânea da cidade. Apenas 10% desse montante foi destinado a construção das instalações esportivas (LEPIANI, 2012).

O investimento da infraestrutura possibilitou a criação de benefícios intangíveis aos cidadãos de Barcelona, promovendo a autoestima e o reconhecimento dos moradores.

Foi durante as reformas para a Olimpíadas que Barcelona implementou um dos mais modernos sistemas de coleta de lixo, feitos por tubulações subterrâneas que sugam o lixo e enviam a uma central de compressão e distribuição. Turbinas puxam o ar do encanamento, sugando os dejetos a 80 km/h. Eles viajam por cerca de 35 km na tubulação até chegar a uma das centrais de processamento nos arredores da cidade.

A cidade tem mais de 1,5 mil comportas, onde o cidadão pode jogar seu lixo orgânico e/ou não reciclável, os dois tipos são captados pelo sistema. As comportas estão dispostas em praças e calçadas ou embutidas nas paredes de prédios comerciais. Onde o sistema de coleta subterrânea não alcança, há latões de lixo periodicamente retirados por caminhões (LAZARETTI, 2012).

Outra preocupação é o destino do óleo de cozinha, o qual, normalmente, é guardado em garrafas ou galões dados pela prefeitura e levado até pequenos pontos de reciclagem.

Seguindo essa preocupação com o bom funcionamento da cidade e o consumo dos recursos naturais, Barcelona torna-se a primeira cidade europeia a possuir uma lei ligada a energia solar. Essa lei entrou em vigor no ano 2000 e obriga a utilização da energia solar no abastecimento de 60% da água quente utilizada em todas as novas construções e edifícios reformados.

Com o objetivo de estimular a participação, em busca do mais amplo consenso para o desenvolvimento, foi criada a Mesa Cívica da Energia, envolvendo poder público, entidades sindicais, empresas e organizações da sociedade civil local. As instituições envolvidas são: Representantes da Câmara Municipal de Barcelona; Departamento de Abastecimento de Água e Coleta de Lixo; Institutos de Energia das áreas Catalã e Espanhola; Universidade Autônoma de Barcelona e UPC - Barcelona Tech. Foi somente a partir dessa união que a lei foi implementada e o projeto foi efetivado e continua em andamento com resultados satisfatórios, como aponta o premio UE ManagEnergy Award dado a cidade de Barcelona no ano de 2007 devido ao seu compromisso com as soluções de energias renováveis. (CIDADES SUSTENTAVEIS, 2013)

2.4.4 PORTLAND

Outro exemplo americano apresentado nesse estudo é o da cidade de Portland, situada no estado do Oregon nos Estados Unidos, criada em 1845. O município tem um pouco mais de 500 mil habitantes, cuja a área metropolitana abriga cerca de 2 milhões de pessoas.

O bem-sucedido planejamento urbano foi possível devido ao engajamento de moradores e governantes preocupados em modificar a realidade da cidade. O entendimento de que a problemática social e urbana é indissociável do aspecto ambiental, dessa maneira, houve a necessidade em investir constantemente em infraestrutura, no controle de emissões atmosféricas, bem como em políticas de incentivo a construções ecologicamente corretas e no uso de fontes alternativas de energia

(NAKAMURA, 2009). Os governantes acreditam que para o desenvolvimento da cidade é preciso administrá-la de forma extremamente participativa.

Dentre as soluções adotadas estão a Carona Solidária, o uso de 277 quilômetros de ciclovias por quase 40% da população e o bonde gratuito fornecido pela prefeitura da cidade (ECODESENVOLVIMENTO, 2013).

Além das ações em mobilidade urbana, a geração de energia alternativa com a captação de ventos e luz solar para ser distribuída em empresas e casas. Dessa forma, Portland pretende reduzir em 50% a emissão de carbono até 2050.

A cidade é uma das precursoras no incentivo ao uso de veículos híbridos e elétricos pela população. Embora seja parte de um projeto ainda em fase de testes, em Portland, quem opta por esse tipo de combustível pode estacionar gratuitamente em áreas tarifadas, além de poder reabastecer as baterias de seu carro em 12 pontos espalhados pela cidade (ECODESENVOLVIMENTO, 2013).

Portland contemplou a melhora na qualidade de vida a partir do investimento na infraestrutura e a promoção e aplicação de conceitos sustentáveis.

2.4.5 SINGAPURA

Singapura está localizada na ponta sul da Península Malaia, no Sudeste Asiático, composta por 63 ilhas, é o país com melhor IDH dos países Asiáticos. A população é constituída por vários povos entre eles chineses, malaios e indianos.

Singapura passou por um processo de modernização e desenvolvimento tornando-se referência em qualidade urbana. O país obteve sua independência da Malásia em 1965, quando possuía uma população de 1,89 milhões de habitantes, sendo que, 1,3 milhões ainda moravam em barracos e não tinham tratamento de esgoto e fornecimento de água e luz.

O bom resultado das ações pensadas para Singapura foi possível devido à preocupação das estratégias em colocar os habitantes em primeiro lugar.

Após a independência, o país, a partir da ação do primeiro ministro Lee KuanYew, realizou um programa habitacional que erradicou o déficit de

moradias transformando os cortiços e favelas em condomínios populares. Essa medida atendeu a 93% dos singapurianos (SENN, SATO, 2012). Para a viabilidade do projeto habitacional o governo de Singapura debita mensalmente 20% do salário da população para pagar a prestação do imóvel.

Singapura é um exemplo de país que conseguiu aplicar o conceito de cidade compacta. Durante o processo de reestruturação da sua infraestrutura foi estabelecido o desenvolvimento acessível com bairros de uso misto, promovendo comunidades autossuficientes valorizando o fortalecimento dos laços comunitários. Ela adotou um zoneamento estratégico, intercalando edifícios mais altos e mais baixos em uma mesma região (VINNITSKAYA,2013). Assim sendo, cada bairro foi projetado para suportar de 5000 a 6000 apartamentos, contendo um centro com lojas, mercado, um parque e escolas, todos com proximidade suficiente para locomoção a pé. (SENN P. SATO P, 2012).

Para o desenvolvimento urbano o governo de Singapura realizou parcerias entre os setores público, privado e a população. Essas associações permitiu o funcionamento das ações uma vez que "a iniciativa privada faz a máquina funcionar e o setor público leva o serviço à população" (SENN P. SATO P, 2012). A confiança estabelecida entre o governo e as empresas privadas acarretou baixíssimas taxas de inflação, desemprego analfabetismo e criminalidade.

O governo estabeleceu inúmeras medidas e prioridades para solucionar seus problemas em infraestrutura. Entre eles estão o planejamento para o crescimento a longo e médio prazo.

Outro exemplo é entender a diversidade cultural, social e econômica que o país possui e propor soluções para projetos de uso misto e flexibilidade no uso de terra, nos quais, garante as comunidades a não dependência de somente uma indústria para sua economia. Como também assegura uma diversidade de recursos e amenidades à vários grupos econômicos e culturais, abordando as tensões culturais que possam existir devido a intolerância dentro das comunidades exclusivas.

Outra solução encontrada foi a reutilização dos espaços públicos desperdiçados e inutilizados nos limites da infraestrutura da cidade. Com o

objetivo de fazer uso destes espaços inativos, são geradas oportunidades para vários tipos de desenvolvimento. Esses potenciais espaços públicos podem ser desenvolvidos para servir de múltiplos usos e para adicionar vitalidade à cidade (VINNITSKAYA, 2013).

Singapura incentiva o desenvolvimento de áreas verdes e o aperfeiçoamento de uma cidade habitável que se preocupa com a saúde do seu meio ambiente, por isso enfatiza a necessidade das cidades em fornecer espaços para massas verdes, corpos de água, parques, e lugares naturais para recreação. Abaixo está um exemplo de rio que foi recuperado.



Figura 11: Rio de Singapura nos anos 70 e nos dias de hoje.
Fonte: [www. arquiteturascontemporaneas.wordpress.com](http://www.arquiteturascontemporaneas.wordpress.com), 2014.

O governo de Singapura sempre incentivou a inovação e soluções não convencionais. O mesmo considera que as medidas podem ser aplicáveis universalmente e são viáveis quando fazem parte de uma transformação progressiva do ambiente construtivo em um processo de rápida urbanização.

2.5 INTERVENÇÕES URBANAS

2.5.1 A PRAIA DE PARIS

Sucessivamente, selecionamos alguns exemplos pontuais que propõem modificações e melhorias ao ambiente urbano e que podem ser reaplicados, como eventos, ações e iniciativas que ajudam a promover a qualidade de vida da cidade, no entanto, não se tornaram permanentes, cada uma com suas particularidades.

O primeiro exemplo é a criação da praia em Paris as margens do famoso rio Sena. Desde 1991 as margens do rio foram classificadas como patrimônio da humanidade. A partir de 2002 as margens do rio têm sido usadas para abrigar, a cada verão, o evento ParisPlage, onde determinados espaços das margens pavimentadas do rio são preenchidos por areia de praia, e beneficiados com instalações para banhos de ducha, lazer, e banhos de sol. A praia funciona entre a metade de julho a metade de agosto. Abaixo há uma imagem que apresenta a criação da praia.



Figura 12: Montagem da praia do rio Sena

Fonte: Fugas Noticias - http://fugas.publico.pt/Noticias/322516_a-praia-volta-a-paris-e-anima-as-margens-do-sena, 2014.

Para dar um aspecto de resort à capital francesa promove inúmeros eventos no período, nele está incluído a distribuição de palmeiras na cidade, jogos aquáticos, desportos aquáticos e eventos culturais.

As praias parisienses, cujo acesso não tem qualquer custo, ficam abertas diariamente das 9h às 24h. Como mostram as imagens abaixo.



Figura 13: Praia do rio Sena

Fonte: Fugas Noticias - http://fugas.publico.pt/Noticias/322516_a-praia-volta-a-paris-e-anima-as-margens-do-sena, 2014.

O ambiente é descontraído e animado uma tarde no canal permite presenciar festas de aniversário, um concerto espontâneo e até alguns corajosos saltando das pontes que o cruzam.

Há o jardim de Villemin, a poucos metros da água, e o parque de laVillette, onde fica a lagoa com mesmo nome no fim do canal. Além disso, o parque tem como atrativo uma imensa tela de cinema ao ar livre. Toda noite, centenas de pessoas assistem à projeção de filmes franceses e estrangeiros.

A criação da praia é possível devido as férias escolares e consequentemente as férias de muitos pais. Nesse período o trânsito da cidade diminui consideravelmente, o tráfego da região é desviado para as ruas adjacentes possibilitando a criação da praia, ao longo dos 4,5km do canal.

Nessa época a cidade se divide, a famosa praia do Sena atrai a cada ano quatro milhões de visitantes.

A cada ano que passa milhares de pessoas se aglomeram nas margens do rio Sena, ao lado da Torre Eiffel, a Catedral de Notre-Dame e da PontdesArts de paisagem de fundo. A maioria desses visitantes são turistas e muitos deles não entendem que esse é um evento efêmero. Os turistas pensam que o Sena é o mais parisiense, mas os nativos não passam por ali, vão com os amigos a outros lugares mais tranquilos.

Enquanto isso, alheios ao pouco interesse que a praia desperta entre os nativos da cidade, os turistas espalhados pelas margens do rio aprovam a ideia, que também foi adotada em outras capitais europeias como Londres e Bruxelas.

Quando uma proposta é feita para cidade é importante verificar qual o público que será beneficiado com a criação do evento.

2.5.2 SÃO PAULO

Outro exemplo de ação que promove a qualidade de vida na cidade é o da cidade brasileira de São Paulo. No dia 16 de abril de 2014 o prefeito Fernando Haddad assinou o decreto que regulamenta a criação dos *parkets* na cidade paulista. Os espaços temporários de lazer são instalados sobre vagas de estacionamento em espaços públicos destinadas aos automóveis.

A primeira estrutura foi construída na rua Padre João Manuel, nos Jardins, próximo à Avenida Paulista, e inaugurada pelo prefeito. O local ganhou novos assentos, floreiras e para ciclos. A iniciativa tem como objetivo humanizar e democratizar o uso da rua e desenvolver espaços de convivência que possam proporcionar aos pedestres maior interação social. Abaixo um exemplo de ocupação.



Figura14: Área de lazer em vagas de automóvel.
Fonte – Instituto Mobilidade Verde, 2014.

As ocupações das vagas foram inspiradas nos “parklets” criados em São Francisco, nos Estados Unidos. O objetivo central do projeto é estimular a discussão das cidades para as pessoas e o uso do solo com equidade.

Os parklets são plataformas que podem ser equipadas com bancos, floreiras, mesas, cadeiras, pufes, guarda-sóis, aparelhos de exercícios físicos, entre outros elementos de mobiliário. Todos eles têm a função de recreação ou de manifestações artísticas.



Figura 15: Parklets.
Fonte – Instituto Mobilidade Verde, 2014.

A instalação da estrutura poderá ser de iniciativa pública, privada ou mista. Os custos financeiros referentes à instalação, manutenção e remoção do

parklet são de responsabilidade exclusiva da entidade que contratou a instalação do produto.

Há algumas condições para a obtenção do *parklet*, a pessoa que aluga pode ser um comerciante, um lojista, pode ter um restaurante e eventualmente a própria comunidade pode ter interesse em manter o *parklet*. A manutenção é privada e a fruição é pública, ou seja, não pode privatizar o espaço, não pode reservar o espaço para o uso pessoal, esse é um espaço público. O Instituto mobilidade verde realizou uma pesquisa para saber a satisfação dessa ocupação:

Pesquisa realizada com cerca de 1.000 usuários durante a primeira etapa, realizada durante o Design Weekend em Agosto de 2013 em dois endereços: Rua Amauri – Itaim e Rua Maria Antônia na Vila Buarque – Centro de São Paulo revelou a importância do desenvolvimento de áreas permanentes para o pedestre. O projeto teve 100% de aceitação tanto para pedestres, quanto para motoristas. (Instituto Mobilidade Verde, 2014)

A cidade de São Paulo possui 37 mil vagas e tem uma frota de 7 milhões de veículos, na prática os números de vagas são insuficientes para atender a demanda de automóveis na cidade. Hipoteticamente o resultado poderia ser negativo para essa intervenção, ao contrário o resultado mostrou-se positivo na prática, pois os motoristas sabem que mesmo que se dobre as vagas, a quantidade não seria suficiente para atender as demandas de estacionamento.

A pesquisa também identificou que na faixa etária dos 26 a 31 anos, contém grupo com maior motorização (98% de proprietários de carro) , no entanto é o grupo que menos utiliza o carro, com cerca de 78% utilizando o carro apenas uma vez por semana e 22% utilizando 2 ou mais vezes por semana. Isso demonstra que os mais jovens têm uma percepção diferente de cidade e faz o uso mais racional do carro.



Figura 16: Outro exemplo estético de *parklet*.
Fonte – Instituto Mobilidade Verde, 2014.

Outra iniciativa desenvolvida na cidade de São Paulo é a participação da população para criação de intervenções urbanísticas de lazer para a área central.

O atual governo local acredita que tais intervenções temporárias possibilitam a interação dos cidadãos as mudanças imaginadas para longo prazo e participem das discussões em torno de alternativas urbanísticas para a área central (CAPITAL, 2014).

A iniciativa faz parte do projeto intitulado “Centro Aberto” das propostas da atual gestão paulistana em priorizar o direito a cidade, utilizando o teste de projetos em escala real ao invés da utilização de projetos em maquetes e desenhos reduzidos. Em parceria com o grupo dinamarquês *GehlArchitects*, o projeto está sendo desenvolvido em dois pontos da cidade, Largo São Francisco e Largo Paissandu (figura 17), localizados na parte central da cidade.

O processo da construção da ideia envolveu representantes da sociedade civil que atuam no centro da cidade, como arquitetos, urbanistas, estudantes e diversos órgãos da administração municipal definido, tal processo, como colaborativo e participativo (GESTÃO URBANA, 2014).

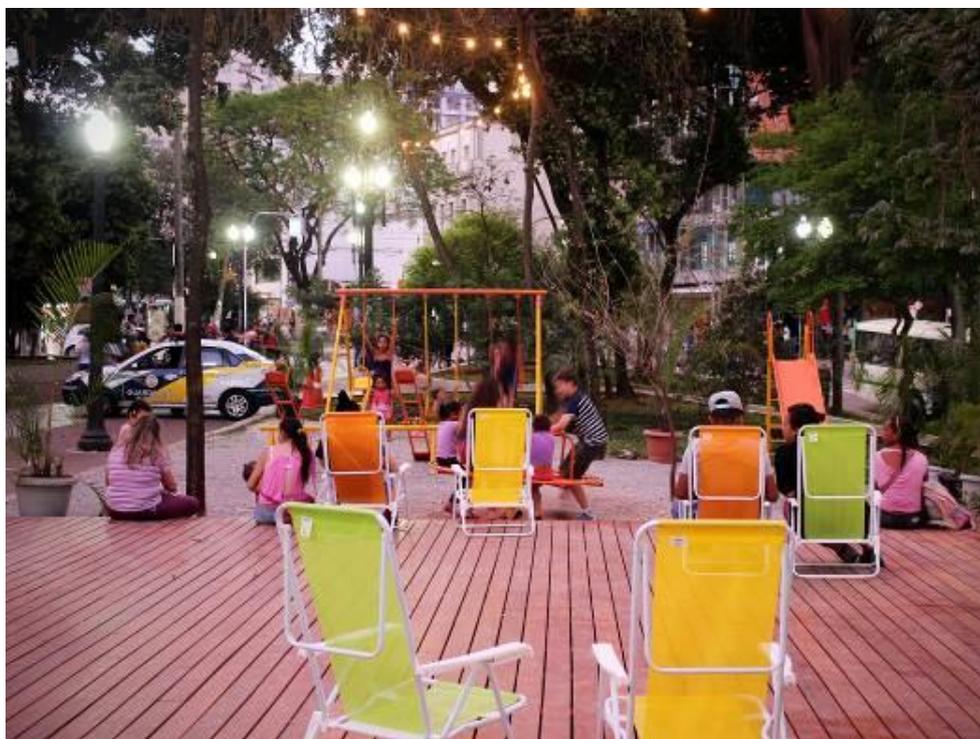


Figura 17: Intervenção no Largo Paissandu.

Fonte: http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-aberto-paissandu/img_8584/

2.5.3 HOLANDA

Por fim, o último exemplo citado é a experiência em um escritório Holandês, o MVRDV, um escritório de arquitetura e urbanismo, está desenvolvendo uma proposta no município de *Almere*, município localizado na área central dos Países Baixos, o projeto denominado “*Oosteworld*” tem como modelo o conceito D.I.Y - faça você mesmo. A idéia é dar voz as necessidades da comunidade e permiti-los projetar junto com o escritório.

O projeto possui uma área total de 43 km² e previsão de inclusão de 15.000 habitações, oferecendo cerca de 26.000 postos de trabalhos e destinando 135 hectares para empresas, escritórios e equipamentos urbanos e 400 hectares para uma nova paisagem.

Os escritórios propõem o crescimento urbano orgânico no qual as iniciativas são estimuladas e os habitantes podem criar seus próprios bairros, incluindo espaços verdes públicos, agricultura urbana e estradas(MVRDV, 2014).



Figura18: Proposta do urbanismo de *Almere Oosteworld*
Fonte: MVRDV.

O projeto permite que o futuro morador crie o seu próprio ambiente, sem a definição espacial podendo ser uma casa, uma cúpula, um castelo, independente da forma física a intenção e valorizar as ideias individuais.

Tudo passa a ser baseado pelo senso comum, faça o que quiser, desde, que respeite e não prejudique os outros, isso inclui, definição da infraestrutura, abastecimento de energia, tratamento de resíduos, armazenamento de águas, parques públicos, não só construir seu próprio habitar e sim contribuir para o desenvolvimento do seu bairro e sua parte da cidade, o conceito é simples: "Você pode fazer (quase) tudo o que quiser, mas você tem que organizar tudo por si mesmo." Isso dá espaço para (quase) todas as iniciativas possíveis" (MVRDV, 2014).

O escritório holandês enxerga a proposta como um próximo passo ao desenvolvimento urbano evolutivo, que introduz um novo modelo radical no planejamento urbano, um projeto que possa ser orientando para o usuário e totalmente flexível, que a área seja transformada em diferenciais, experimentações e surpreendentes áreas urbanas.

Sendo assim, é imprescindível contar com a participação pública, enquanto, dimensão natural de um projeto de espaço urbano, que contribuirá no questionamento e na aferição das composições estabelecidas.

Todos os exemplos citados demonstram existir inúmeras iniciativas realizadas em várias partes do mundo. Constata-se a preocupação de diversos governantes, empresas privadas e população em transformar, para melhores, as condições de vida dos atuais centros urbanos.

2.6 A TRANSFORMAÇÃO DE MEDELLÍN

Situada no estado de Antioquia, Medellín é a capital dessa província localizada a noroeste da Colômbia como apresentado no mapa 3.



Mapa 3: Localização da Colômbia.

Fonte: http://luisinha67.blogspot.com.br/2012_07_01_archive.html,(2012)

Medellín possui uma população de 2.223.078 habitantes (COMINATO, 2013), com uma grande densidade demográfica, chegando a 5.840 residentes por quilometro quadrado. Medellín possui o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,808²¹, como apresenta Cominato (2013), devido às políticas públicas que foram implantadas nos últimos governos e que serão discutidas no decorrer do texto.

A cidade de Medellín reverteu o status de ser uma das cidades mais violentas do mundo e passou a ser sinônimo de transformação, transparência, educação, cultura e otimismo. O número de mortes violentas caiu para 10% do que era anteriormente, o foco da prefeitura (equipe organizada por não políticos) é setor da educação pública e cultura. Em 2012, Medellín foi

²¹ Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de Desenvolvimento Humano para ajudar a classificar os países. Quanto mais próximo do 1,000 melhor o IDH da cidade. Em comparação, Paris possui o IDH de 0,884 e Estocolmo de 0,898 todas cidades pertencentes a países desenvolvidos.

considerada a cidade mais inovadora do mundo²², por razão do seu moderno sistema de transporte, pela política ambiental, pelos museus e escolas parque. Isso ocorreu através de iniciativas do setor público e privado e de ações integradas em diversos setores da sociedade.

Durante as décadas de 1970 e 1980 o mercado das drogas se consolidou na Colômbia a partir do ingresso de grandes proprietários de terra na produção da maconha e cocaína. Conseqüentemente, houve o aumento do valor da terra e muitos camponeses foram obrigados a mudar para a cidade, dessa forma as cidades, assim como Medellín, tiveram uma expansão do crescimento populacional. Os narcotraficantes estabeleceram negócios com as forças militares, policiais e grupos políticos da cidade, dessa forma eles transitavam e influenciavam a dinâmica social e política no campo e nas cidades (RAMÍREZ, COSTA, 2012).

Os narcotraficantes tornaram-se o principal motor econômico da cidade de Medellín. O abundante dinheiro proveniente do negócio da droga era lavado em setores da economia formal, eles financiavam empreendimentos imobiliários com a geração de novos empregos, eventos culturais e recreativos, clubes sociais e esportivos, entre outros (RAMÍREZ, COSTA, 2012).

Os mesmos autores relatam sobre a forma como os narcotraficantes estabeleciam suas governanças. O mando deles era alternado entre confronto armado direto contra os inimigos do narcotráfico e subornos, ações populistas, apoio de simpatizantes do negócio, investimentos em infraestruturas e em construções civis.

Entre os anos de 1985 a 2010 mais de 5.195.620 pessoas foram deslocadas das suas terras como consequência da violência causada pelo mercado das drogas, nesse contexto a cidade de Medellín se desenvolveu e tornou um espaço de atração de colombianos vindos do campo. (RAMÍREZ, COSTA, 2012).

O cartel de Medellín foi uma rede de traficantes de drogas bem organizada, compostas por milícias que eram membros urbanos da guerrilha, que surgiu durante a década de 1980 e 1990 e ficou mundialmente conhecida pela violência decorrente da atuação do cartel.

²²Premio concedido pelo Urban Land em parceria com o The Wall Street Journal e o Citygroup

Depois da morte de Pablo Escobar²³, que desencadeou a desarticulação do cartel de Medellín foi possível redirecionar estratégias para impedir a intensificação da violência na cidade, principalmente nas regiões mais pobres.

Identificando a crescente violência da cidade o Estado reagiu e justificou sua ação como resultado de uma dívida social do governo para com as pessoas. Em 1994, iniciou-se o processo de negociação com as milícias guerrilheiras, que resultou na desmobilização dos grupos independentes e no recuo do Exército de Libertação Nacional da Colômbia - ELN e das Força Armada Revolucionárias da Colômbia - FARC na cidade (RAMÍREZ, COSTA, 2012).

O Exército de Libertação Nacional da Colômbia - ELN é uma organização guerrilheira criada em 7 de janeiro de 1965, com inspiração comunista. O ELN não se dedica ao negócio da droga, ela é uma máquina militar que entra em confronto com as forças do governo, seus esforços são voltados a sabotar infraestrutura da indústria petrolífera e da rede elétrica. Eles são responsáveis pelo sequestros a troco de resgate, muitos realizados as pessoas vinculadas a companhias petrolíferas.

A Força Armada Revolucionárias da Colômbia - FARC, criada em 1964, é uma organização de inspiração comunista, autoproclamada guerrilha revolucionária marxista-leninista, que opera mediante táticas de guerrilha. Os guerrilheiros lutam pela implantação do socialismo na Colômbia e defendem o direito dos presos colombianos. O governo Colombiano considera a FARC uma organização terrorista.

Anteriormente às efetivas ações que determinaram a transformação, foram adotadas medidas fundamentais para a reforma dessa cidade, as determinações foram: A Lei 80 de 1994 que dita que todo projeto público na Colômbia deve ser objeto de um concurso de arquitetura, garantindo assim a qualidade das propostas e, outra medida essencial foi o desenvolvimento de uma forte autarquia municipal, a Empresa de Desenvolvimento Urbano - EDU de Medellín. Ela foi responsável por promover a continuidade dos projetos à

²³Pablo Emilio Escobar Gaviria foi o traficante de drogas mais bem-sucedido nos anos 1980 e início dos anos 1990, considerado um mito do narcoterrorismo, chefiava o Cartel de Medellín. Até hoje, 20 anos após a sua morte, ele é considerado o maior traficante da Colômbia.

medida que os prefeitos se intercalavam no poder, que a partir da sua constante fiscalização garantiu a ininterrupção dos projetos (COMINATO, 2013).



Figura 19: Exemplos de projetos vencedores de concursos. Parque Explora e Jardim Botânico respectivamente.

Fonte: Cláudio Santos Rodrigues (2012)

De acordo com Ribeiro (2013) a história das mudanças estruturais da cidade de Medellín foi imaginada e realizada por muitas mentes, um dos maiores idealizadores e executor dessa transformação foi o então acadêmico Sergio Farjado²⁴. A primeira iniciativa para modificar toda estrutura da cidade foi o movimento *Compromisso Ciudadano*.

Movimento político que resultou de associações de movimentos cívicos e organizações não integradas nos partidos tradicionais. Esse movimento tinha como objetivo a participação popular na política promovendo a cidadania.

Liderado por Farjado, a organização estabeleceu relações com academias, empresas e lideranças comunitárias com o propósito de conceber projetos de melhorias para a cidade. Devido aos bons resultados do movimento Sergio Farjado, foi eleito prefeito de Medellín no ano 2003.

Durante o ano de 2004 a 2007 Sergio governou a cidade de Medellín. Nesse período ele utilizou de seis ações que trabalhavam com a infraestrutura, educação, segurança, mobilidade, saúde e lazer. As ações foram: Medellín transparente, Participação social e comissões de fiscalização, Cultura Cidadã, Melhor educação, Cidade mais segura e O espaço público como um bem público.

²⁴ Sergio Fajardo Valderrama é matemático formado na Universidade dos Andes. Tornou-se um importante representante político da Colômbia e por isso foi eleito prefeito de Medellín de 2003 a 2007 e atualmente governa o estado da Antioquia.

As verbas para a existência dos projetos originaram-se, em sua maioria da EPM²⁵, segunda maior empresa colombiana, voltada para serviços públicos, que tem como renda anual três bilhões de dólares(COMINATO, 2013).

Diante do cenário existente a cidade de Medellín passou por reformas estruturais, dentre elas concretizaram-se melhoras na mobilidade urbana, através da criação dos teleféricos. A primeira etapa de criação dos teleféricos foi concluída em 2004, unindo a região central da região nordeste com dois quilômetros de teleféricos construídos. A segunda etapa foi finalizada em 2008 com 2,9 quilômetros de teleféricos que ligava a região central com a região oeste. Esse serviço favoreceu o transporte de 553 mil habitantes diariamente.



Figura 20: Teleférico
Fonte: Cláudio Santos Rodrigues (2012)

Outras iniciativas que favoreceram a mobilidade urbana foram o desenvolvimento de duas linhas de metrô junto com a criação de 12,5 quilômetros de Transporte Rápido por Ônibus - BRT, denominado Metroplús. Além dos benefícios para mobilidade o sistema de metrô contribui também para a redução de 175 mil toneladas por ano das emissões de CO² na cidade de Medellín(COMINATO, 2013).

O bom resultado dessas medidas se deve pela integração dos sistemas de transporte coletivo, onde os pontos de embarque e desembarque de um sistema são interligados com outros, sejam de teleféricos, metrô ou BRT, proporcionando assim um deslocamento desenvolvido para os usuários.

²⁵ EPM é um conjunto de empresas criada em 16 de agosto de 1955, que tem como destino os serviços públicos de Medellín e região oferecendo seus trabalhos na área da eletricidade, água, telefonia, gás, esgoto e coleta de lixo (EPM, 2014).

Além de todas as medidas implantadas para melhorar a mobilidade urbana, os organizadores também pensaram na qualidade do trajeto para usufruir desses serviços, um bom exemplo são as escadas rolantes dentro das favelas, que permitem a locomoção nos morros.



Figura 21: Escada rolante na periferia.
Fonte: Cláudio Santos Rodrigues(2012)

Outra medida aplicada para melhorar a qualidade de vida na cidade de Medellín foi a realização de reformas nos espaços públicos a exemplo da revitalização do Jardim Botânico, que foi finalizada em 2006. Ele passou a possuir salas de exposições e eventos, também uma biblioteca e um auditório, um jardim do deserto e herbário, um lago e orquidário, um trem ecológico e zonas verdes.

A inclusão social foi um dos setores com maiores investimentos dentre todas as mudanças realizadas na cidade. Houve aumento na aplicação de verbas nas áreas mais pobres e periféricas com o objetivo de minimizar os impactos provenientes do histórico abandono pelo Estado. Uma das ações que promoveu a inclusão foi o subsídio da prefeitura para entrada da população nos quatro maiores museus da cidade. Como também, o livre acesso da população aos vinte e dois teatros de Medellín para assistir a espetáculos culturais uma vez por mês. Todo esse incentivo resultou em uma maior frequência da população nesses espaços, a exemplo do museu do Antioquia, no qual os visitantes passaram de sessenta e dois mil para quinhentos e cinquenta mil. Tal como o Jardim Botânico que passou de trezentos mil para um milhão e trezentos mil visitantes anualmente.

Outra medida de inclusão social muito importante foi o ingresso dos alunos de baixa renda a educação superior através de um fundo de

investimento que os permitiu dar continuidade nos estudos dentro das universidades. Este fundo está estimado em setenta e cinco milhões de dólares anuais, garantindo um valor recebido por aluno semestralmente para auxiliá-los nas despesas pessoais, gastos com livros e transporte, minimizando os motivos de evasão escolar.

Em função de todo esse investimento em diversas áreas, foi possível constatar uma redução de 39% na linha de pobreza na cidade de Medellín no período entre 2002 a 2010, passando de 36,1% para 22%. Igualmente, a indigência também caiu de 7,9% para 5,6% no mesmo período, alcançando uma redução de 29% (COMINATO, 2013).

A fundamentação das propostas de modificação da cidade de Medellín surgiu no meio acadêmico, por isso as áreas da educação e cultura tiveram destaque nos investimentos. Medellín é considerada uma cidade universitária na qual encontram-se cerca de 130.000 estudantes do ensino superior matriculados em 35 instituições de ensino, incluindo públicas e privadas.

Medellín tem um conjunto de bibliotecas - parques interligados com o objetivo de partilhar recursos, esforços, conhecimentos e experiências com fim de melhorar as condições educacionais e culturais da comunidade. Dentre elas as mais notáveis são a Biblioteca Pública Piloto, a Biblioteca EPM, Biblioteca Planeación Metropolitana, Biblioteca Prébitero José Luis Arroyave, Biblioteca León de Greiff, Biblioteca Tomás Carrasquilla e Biblioteca España.



Figura 22: Parque Biblioteca España e Luis Arroyave, respectivamente.
Fonte: Rede de bibliotecas, 2014

Todas essas bibliotecas dispõem de estrutura física qualificada e equipada, como, por exemplo, cerca dos dois mil computadores com acesso a

banda larga em tele centrosnas bibliotecas espalhadas pela cidade e no qual o acesso é livre, conforme visto nas figuras 23 e 24.



Figura 23 - Parque Biblioteca Belén
Fonte: Rede de bibliotecas, 2014



Figura 24 - Parque Biblioteca España
Fonte: Rede de bibliotecas, 2014

Segundo Lara (2013), Medellín passou por mudanças institucionais, com o governo, empresas, população e universidades trabalhando em conjunto na busca de soluções, especialmente a questão do problema da violência.

Os idealizadores dos projetos acreditavam que para acabar com a violência é preciso promover a cidadania através da inclusão social e educação. Segundo Sergio Fajardo(2012), a violência e a desigualdade social poderiam ser comparadas a duas árvores, que apesar de serem plantas distintas na superfície, estavam com suas raízes completamente emaranhadas e, para retirar estas duas árvores, seria necessário fazer um trabalho progressivo e alternado nas duas, ou seja, ao se remover um pouco da violência, passa a solver um pouco da desigualdade e sucessivamente até que ambas tenham sido arrancadas.

Somente com o progressivo aumento do acesso à educação e à cultura que se obteve uma menor taxa na criminalidade. Dados apresentam a queda da taxa de homicídios em quase 80%, entre 1991 e 2010; entre 2010 e 2011 a taxa de homicídios caiu 19,4%, atingindo 69,9 mortes por 100 mil habitantes.

Por se tratar de uma cidade com uma história entrelaçada ao narcotráfico, a presença policial é uma constante nas ruas, no entanto, medida essencial e viável de se manter a ordem e a segurança na cidade.



Figura 25: Dia-a-dia dos policiais na cidade de Medellín
Autor:Cláudio Santos Rodrigues (2012)

Em consequência de todas essas reestruturações realizadas Medellín conquistou, a partir da votação popular, o prêmio de Cidade do Ano, no ano de 2012, concedido pelo Urban Land em parceria com o The Wall Street Journal e o Citigroup (EXAME, 2013).

Outros prêmios alcançados foram a Medalha de Ouro, no ano de 2008, no XXIII Congresso Panamericano de Arquitetos realizada pela Federação Panamericana de Associações de Arquitetos para o programa de urbanismo social da Prefeitura de Medellín. Também recebeu o prêmio O Gran sol del, no ano de 2008, oferecido pela Fundação Universitária da Área Andina e o Prêmio City to City Barcelona FAD Awardem reconhecimento ao seu compromisso com a inclusão social que implementou durante seu mandato como prefeito de Medellín em 2009.

Podemos observar que grande parteda inovações sociais presenciadas na cidade de Medellín são provenientes de autarquias e parcerias público privadas, em que empresas de prestação de serviços sociais são de fundamental importância no atendimento à população, especialmente aquela

mais carente. Não somente as já citadas EDU e EPM, ainda fazem parte deste cenário as Caixas de Compensação Familiar, e elas estão presentes não apenas em Medellín, mas em toda a Colômbia e têm um papel importante para o desenvolvimento social no país.

As caixas de compensação são empresas sociais de caráter privado, porém vigiadas pelo estado através da Superintendência de Subsídio Familiar, uma entidade estatal nacional subordinada ao Ministério do trabalho, que é responsável por garantir o funcionamento eficaz, a qualidade e ampliação dos serviços prestados pelas Caixas de Compensação Familiar através das suas funções de inspeção, vigilância e controle, empregando os princípios de universalidade e solidariedade (SSF, 2014).

Elas surgem em 1957 através de decreto governamental e nos anos seguintes vieram sendo, sucessivamente regulamentadas pelo governo colombiano através de leis que oficializavam e regulamentavam seu funcionamento, promovendo sua consolidação em todo o país e nas décadas seguintes seus números foram aumentando, tanto das caixas e empresas participantes, como dos beneficiados pelos programas sociais. Também foram estendendo sua atuação para as áreas de saúde, educação, crédito, moradia, recreação e cultura, consolidando-se como as maiores empresas em cobertura e proteção social nas regiões, fazendo parte da realidade da população colombiana (Tarazona, Montoya, 2010).

A primeira caixa de compensação familiar da Colômbia foi criada no estado de Antioquia no ano de 1954, sob o nome de Caixa de Compensação Familiar de Antioquia (COMFAMA), região onde se encontra a cidade de Medellín (Tarazona & Montoya, 2010). Em 2012, a COMFAMA estava presente em mais de 125 municípios com um total de mais de 1,7 milhões de pessoas afiliadas chegando a mais de 4 milhões de pessoas cobertas pelos seus serviços, investimento social mais de 1,2 milhões de pesos (COMFAMA, 2014).

A COMFAMA desempenha um importante papel na reestruturação da cidade de Medellín, suas ações estão inseridas nos espaços de convivência sociais criados nas comunidades antes dominadas pelo narcotráfico, como nas bibliotecas parque.

Todo o processo citado acima promoveu a efetiva mudança da cidade de Medellín e o maior ensinamento de todo esse conjunto. Para o êxito dos projetos foi preciso possuir uma estratégia ordenada que possibilitasse a coesão entre as diferentes intervenções propostas para a cidade (M.G.F., 2011).

Medellín proporcionou a permanência da melhoria na infraestrutura e dessa forma, as favelas são vistas como parte da cidade, não como regiões isoladas. A cidade uniu as comunidades e tornou essas regiões como destinos turísticos tanto para os habitantes locais como, também, para os estrangeiros.

Durante todo o levantamento teórico fez-se necessário o contato com moradores locais para verificar a veracidade das informações, por isso elaborou-se um questionário para comprovar os acontecimentos.

O questionário contém cinco perguntas a quinta foi direcionada para os profissionais em design, mas não obtivemos resposta coerente a quinta pergunta. O questionário indaga sobre a genuinidade das transformações de Medellín, bem como, quando elas começaram a ocorrer e suas principais mudanças. Outra solicitação foram exemplos de transformações que esses moradores vivenciaram e em qual área há falta de investimento. O questionário foi respondido por seis habitantes de Medellín, todos com características e formação distinta entre si, dessa maneira, é apresentado perspectivas particulares em relação a cidade. Todo o questionário e respostas estão no Apêndice A.

Na primeira pergunta a maioria dos entrevistados concordaram que houve inúmeras transformações, apenas um entrevistado desmentiu sobre a qualidade das mudanças, para ele ainda há muita violência na cidade, como também, permanece o baixo nível da educação. Os demais participantes admitiram melhorias no âmbito econômico e social com investimento na educação, cultura e esporte. A qualidade de vida dos cidadãos melhorou, principalmente para aqueles que viviam nas regiões mais pobres da cidade. Os entrevistados, com o mesmo pensamento, enumeraram várias ações que apresentam o progresso de Medellín, elas são: o acesso ao trabalho formal; políticas públicas assertivas durante os três últimos governos; programas culturais e esportivos; infraestruturas como escadas rolantes, teleféricos, e

transporte coletivo no geral; centros educativos, parques bibliotecas; internet grátis em espaços de lazer; entre outros.

Na segunda pergunta os entrevistados apontam que as transformações aconteceram com a mudança na base governamental, principalmente com o ingresso de Farjado como prefeito de Medellín. Um dos entrevistados aponta o começo das modificações com a morte de Pablo Escobar, mas não justifica essa afirmativa. Muito dessas mudanças foram realizadas a partir dos anseios desses governantes, com o objetivo de propor melhoras no serviços e qualidade de vida para os bairros e população carente da cidade.

Nas respostas da terceira questão, todos os entrevistados utilizaram dos mesmos exemplos para apresentar as soluções empregadas na melhoria da cidade, elas foram os parques bibliotecas e o sistema de transporte com seu ícone o teleférico. Estes foram as ações mais democráticas e acessíveis a população.

A última pergunta questionou as áreas que faltaram investimento, cada entrevistado apresentou uma visão distinta. O primeiro e o quinto entrevistado afirmam faltar investimento na educação, o quinto ressalta a educação no ensino superior. O segundo aponta para as soluções na mobilidade urbana sustentável. O terceiro e o quarto entrevistado reconhecem que devido ao crescimento constante a cidade precisa, ainda, aperfeiçoar a mobilidade urbana e a infraestrutura para que os pontos turísticos, como os parques bibliotecas, deixem de ser espaços onde se pratica criminalidade, como roubos aos turistas. O último participante elenca a habitação de interesse social e a saúde como setores onde ainda falta muito investimento.

Todas as respostas condizem com a divulgação que a cidade possui, demonstrando uma boa relação dos seus moradores com o meio no qual vivem, apresentando um contexto de muitas transformação, que está em processo de aperfeiçoamento.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

- 3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA QUALITATIVA
- 3.2 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS
- 3.3 OBJETO DE ESTUDO
- 3.4 METODOLOGIA DE PESQUISA

3. METODOLOGIA

O capítulo tem como objetivo apresentar os métodos e procedimentos empregados nesta pesquisa. A priori, pode-se dizer que do ponto de vista de sua natureza, é uma pesquisa aplicada. Quanto à forma de abordagem do problema, é uma pesquisa qualitativa fundamentada na metodologia da pesquisa-ação. Quanto aos objetivos, é uma pesquisa exploratória, visto que busca proporcionar maior familiaridade com o problema através de pesquisas de campo e entrevistas. O método de investigação é o estudo de caso, utilizando-se a observação qualitativa, participativa e questionários abertos e semiestruturados.

Para uma melhor compreensão do tema, registram-se a seguir algumas definições genéricas dos termos.

3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento. Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo, não simplesmente com os resultados numéricos (GODOY, 1995).

A pesquisa qualitativa é descritiva, ou seja, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem interferência do pesquisador; e faz uso de técnicas padronizadas de coleta de dados. As informações obtidas não podem ser quantificáveis e os dados obtidos são analisados indutivamente.

Nesta abordagem a palavra escrita ocupa lugar de destaque, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados.

Visando à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente e não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo.

Como os pesquisadores qualitativos não partem de hipóteses estabelecidas a priori, não se preocupam em buscar dados ou evidências que corroborem ou neguem tais suposições. Partem de questões ou focos de interesse amplos, que vão setornando mais

diretos e específicos no transcorrer da investigação. As abstrações são construídas a partir dos dados, num processo de baixo para cima. Quando um pesquisador de orientação qualitativa planeja desenvolver algum tipo de teoria sobre o que está estudando, constrói o quadro teórico aos poucos, à medida que coleta os dados e os examina. (GODOY, 1995)

3.2 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS

Segundo Rodrigues (2007), a análise qualitativa está classificada de acordo com sua forma de abordagem, quanto aos tipos de pesquisa, que podem ser quantitativa e qualitativa. A abordagem qualitativa pode ser requerida em duas situações (RODRIGUES, 2007):

Pesquisa de levantamento preliminar-piloto, base para a elaboração de um questionário, ou ainda, como suporte necessário para explicar os porquês das relações identificadas na pesquisa quantitativa.

Utilizada como único método, dependendo da natureza do problema de pesquisa.

A pesquisa qualitativa trabalha sempre com unidades sociais, privilegiando os estudos de caso - entendendo-se como caso, o indivíduo, a comunidade, o grupo, a instituição (MARTINS, 2004).

A pesquisa qualitativa utiliza mais comumente em sua coleta de dados as seguintes estratégias e ferramentas: análise documental; entrevista individual aberta; entrevista individual estruturada; entrevista semiestruturada; grupo focal; observação direta e observação participante. Todas essas ferramentas são conhecidas como "Teoria Fundamentada em Dados", observação direta e observação participante (DIAS, 2000; BONI E QUARESMA, 2005), abaixo está uma descrição de cada uma delas:

Análise Documental: método que conta com a etapa de observação e análise de rigor científico do objeto de estudo, consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos. Tais documentos podem possuir duas naturezas: (a) documento escrito: arquivos, relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas; e (b) documento não escrito: filmes, vídeos, slides, fotografias, mapas ou pôsteres.

Entrevista Individual Aberta: o entrevistado discursa livremente sobre o tema levantado pelo agente realizador da pesquisa. Apresenta como vantagem a exploração de casos individuais, especificidades culturais e comparabilidades de forma mais ampla. Ainda em uma atmosfera informal, o entrevistador pode esclarecer dúvidas e enganos do entrevistado, e este pode fazer com que o entrevistador desperte para detalhes até então impensados que podem simbolizar grandes diferenciais dentro da pesquisa.

Entrevista Individual Estruturada: modelo de entrevista que se vale de um roteiro de perguntas previamente estruturado, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

Entrevista Individual Semiestruturada: o entrevistador faz questionamentos tanto de ordem objetiva quanto discursiva. Sempre buscando conduzir a entrevista de modo que o entrevistado se sinta a vontade, o entrevistador pode improvisar buscando obter um enfoque mais direcionado para seus pontos de interesse a fim de controlar o número de informações que pretende obter, conquistar a confiança do entrevistado para a abordagem de temas mais polêmicos e pessoais e extrair respostas mais espontâneas.

Grupo Focal: um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. É uma técnica rápida e de baixo custo para avaliação e obtenção de dados e informações qualitativas. O grupo que é estimulado a debater sobre assuntos relacionados à convergência de seus interesses. Geralmente, o pesquisador intervém assumindo o papel de moderador para garantir que as indagações caminhem na direção desejada.

Observação Direta: com a finalidade de explorar o campo a ser pesquisado, essa ferramenta, que constitui uma das bases de uma pesquisa científica, pode ser utilizada individualmente ou aliada a outras técnicas. O pesquisador utiliza-se, a certa distância, de experiências empíricas para apreender o objeto de estudo. “Não consiste apenas em ver e ouvir, mas

também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (LAKATOS E MARCONI, 1992).

Observação Participante: utilizando esta técnica, o pesquisador interage diretamente com seu objeto de estudo: passa a fazer parte de seu meio, se porta como ele e se confunde a ele. Infiltrando desta maneira, obtém-se o conhecimento de determinada comunidade, grupo ou circunstância a partir de uma perspectiva interna.

3.3 OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo consistiu em: (a) registrar como foi a história e criação da Vila São José, entender o desenvolvimento e etapas da construção da vila e identificar o panorama social; (b) verificar em quais etapas o design pode ser aplicado durante todo o processo de remoção, construção e pós ocupação da vila.

3.4 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia de trabalho desta pesquisa foi fundamentada em três etapas: a primeira parte buscou investigar o conteúdo do referencial teórico; a segunda etapa consistiu em executar as pesquisas de campo e as atividades junto à vila e a última etapa compreendeu o registro dos resultados e conclusão da pesquisa.

A primeira etapa consistiu na revisão bibliográfica abordando o contexto das metrópoles brasileira, o entendimento de habitação de interesse social e favela, como também, o estudo das políticas governamentais federais e municipais. Além da pesquisa no design social, identidade e território e design estratégico. Foi estudado a infraestrutura e sustentabilidade urbana com exemplos de inúmeros casos com o foco nas transformações da cidade de Medellín na Colômbia, nessa etapa foi aplicado o questionário semiestruturado para que os colombianos identificassem as mudanças.

A segunda etapa iniciou com a realização de um diagnóstico contemplando o contexto histórico, cultural, social, econômico e ambiental da Vila São José.

Nessa etapa foram realizadas pesquisa de campo com a aplicação de questionários semiestruturado (APÊNDICES) afim de recolher informações sobre a construção da vila, o panorama social, as características no processo de remoção, a violência, a caracterização da população e a análise pós ocupação.

A terceira etapa compreendeu a verificação da abordagem do design nos diferentes níveis através da interpretação e do registro das discussões dos resultados, para enfim elaborar a conclusão da pesquisa.

CAPÍTULO 4

ESTUDO DE CASO

4.1 HISTORIA DE BELO HORIZONTE E O
SURGIMENTO DA VILA SÃO JOSÉ

4.2 CONSTRUÇÃO DA VILA

4.3 PANORAMA SOCIAL DA VILA SÃO JOSÉ

4.3.1 CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE
REMOÇÃO

4.3.2 A VIOLÊNCIA NA VILA SÃO JOSÉ

4.3.3 POPULAÇÃO DA VILA SÃO JOSÉ

4.4 ANÁLISE DA PÓS OCUPAÇÃO DA VILA SÃO JOSÉ

4. ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, a pesquisa é dividida em três partes: a primeira parte trata do levantamento histórico da Vila São José, versando sobre o seu surgimento e progresso. A segunda parte investiga a construção e desenvolvimento do espaço construído, expondo suas peculiaridades. Por último, a terceira parte apresenta as características do panorama social com a análise da relação entre o morador e o território, a violência e o estudo sobre a pós-ocupação.

As etapas da pesquisa constituem o estudo de caso, empregando metodologia qualitativa, sendo utilizadas as técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas. A primeira etapa foi instituída por levantamento de dados auxiliares e reconhecimento da área a ser pesquisada. A segunda etapa foi a aplicação e análise das entrevistas com os atores envolvidos no processo de remoção da vila para a construção do conjunto habitacional, como também a análise de pós-ocupação feita pelos moradores.

Deve-se considerar que a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica e a seleção do conjunto habitacional foram executadas previamente. A primeira etapa do levantamento histórico foi realizada no primeiro ano da pesquisa, entre o ano de 2013 e 2014. A segunda e terceira etapa foram desenvolvidas entre os meses de agosto de 2014 a março de 2015.

Foi possível realizar diversas entrevistas sendo que um dos entrevistados foi o representante da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, que é responsável pela função de debater, definir as diretrizes e deliberar sobre os planos e programas da Política Municipal de Habitação Popular.

Os outros entrevistados foram os representantes da Santa Bárbara Engenharia S.A. empresa responsável pela construção da Vila, também, teve diálogo com representantes do Grupo Especializado em Patrulhamento em Área de risco (GEPA) responsável pela segurança e ordem na Vila São José e por último foram entrevistados os moradores da vila.

Os questionários aplicados a todos os envolvidos estão no apêndice dessa pesquisa. Foram envolvidos direta e indiretamente cerca de 70 moradores da Vila São José.

Durante esse capítulo a Vila será apresentada por desenhos produzidos pelo artista Erick Batista. A escolha da representação da Vila, por ilustrações, é uma forma de reinterpretar a história e espaço a partir de todo o conhecimento coletado através das entrevistas, como também, da perspectiva do pesquisador.

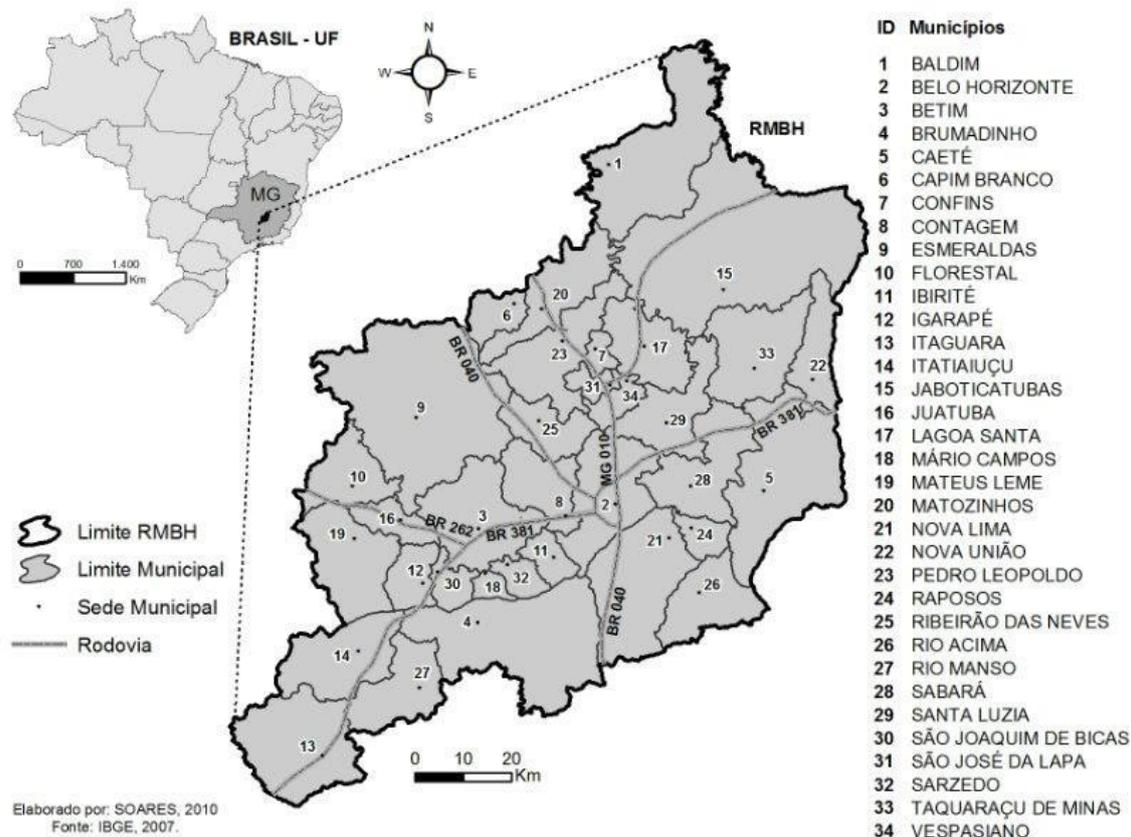
Por se tratar de uma pesquisa que estuda o longo processo que foi a remoção da favela e a construção do conjunto habitacional da Vila São José, somente com o registro fotográfico é inviável representar alguns acontecimentos. Todas as representações são soluções adotadas para melhor expor a realidade da Vila.

4.1 HISTORICO DA VILA SÃO JOSÉ - BELO HORIZONTE

A Vila está localizada na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, situado na região sudeste do Brasil. Minas Gerais possui, aproximadamente, uma área de 588 mil km², sendo o 4^o maior estado em extensão.

Primeira cidade planejada do Brasil, Belo Horizonte foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897. Trata-se de uma cidade privilegiada, que alia as antigas tradições mineiras ao que existe de mais moderno e cosmopolita. A capital mineira possui todas as comodidades de uma grande metrópole, sem deixar de preservar as peculiaridades e características da vida do interior.

Atualmente, a cidade é composta por 2,3 milhões de habitantes (censo 2010). Percebe-se que a mesma é envolvida pela região metropolitana, constituída de 34 municípios, como apresentado no mapa abaixo, cuja população é de 5 milhões de habitantes.



Mapa 4: Mapa da região metropolitana de Belo Horizonte - Minas Gerais.
Fonte: <http://geoprocessador.blogspot.com.br/p/mapas.html>

A história da Vila São José se inicia na transição das décadas de 1940 a 50 na cidade de Belo Horizonte. Nesse período a capital teve uma demasiada expansão territorial devido à expansão do setor industrial. Nessa época a área central estava praticamente ocupada e os novos bairros surgiram. Em relação a esse crescimento muitas avenidas foram construídas para dar acesso aos novos bairros, como por exemplo as avenidas Antônio Carlos, Pedro II e Amazonas (SIMÃO, 2008).

A partir do crescimento desordenado, os bairros externos à linha do Contorno desenvolveram-se rapidamente e passaram a receber inúmeros habitantes; como medida para gerenciar esse novo espaço geográfico a cidade passou a ser dividida por regionais (ANDRADE, 1987), como apresentado no mapa abaixo:



Mapa 5: Mapa das regiões da cidade de Belo Horizonte.
Fonte: Belotur.

O presente estudo compreende a regional da Pampulha, a qual engloba os bairros: Aeroporto, Alípio de Melo, Bandeirantes, Bispo de Maura, Braúnas, Campus UFMG, Castelo, Confisco, Conjunto Celso Machado, Conjunto Lagoa, Conjunto São Francisco de Assis, Dona Clara, Engenho Nogueira, Garças, Indaiá, Itapoã, Itatiaia, Jaraguá, Jardim Alvorada, Jardim Atlântico, Jardim São José, Liberdade, Manacás, Nova Pampulha, Novo Ouro Preto, Ouro Preto, Paquetá, Santa Amélia, Santa Branca, Santa Rosa, Santa Terezinha, São Francisco, São Luíz, Serrano, Suzana, Trevo, Unidas, Universitário, Urca, Vila Aeroporto Jaraguá, Vila Antena Montanhês, Vila Engenho, Nogueira, Vila Jardim Alvorada, Vila Jardim Montanhês, Vila Jardim São José, Vila Paquetá, Vila Real Primeira Seção, Vila Real Segunda Seção, Vila Rica, Vila Santa Rosa, Vila Santo Antônio, Vila Santo Antônio Barroquinha, Vila São Francisco, Vila Suzana Primeira Seção, Vila Suzana Segunda Seção, Xangri-láe em especial o bairro São José - foco do estudo.

Na década de 1940, surgiram na região da Pampulha vários loteamentos clandestinos, que não foram totalmente ocupados de imediato. (ARREGUY, RIBEIRO, 2008).

Nessa região havia uma fazenda chamada São José, com criação de vacas leiteiras e extração de madeira. Os proprietários Alípio Ferreira de Mello e Ursulina de Andrade Mello, nativos da cidade de Perdões - MG mudaram para o povoado Curral Del Rei, em 1895, conforme registros do APCBH.

Em 1966 as cooperativas habitacionais operárias compraram a fazenda São José, por meio de um convenio com o Banco Nacional da Habitação – BNH e construíram o Conjunto Habitacional Alípio de Melo. A fazenda era situada onde atualmente existe o bairro São José.

O bairro São José teve parte de seu loteamento aprovado somente em 1982, porém sua ocupação iniciou-se ainda na década de 1960. Parte desse bairro, a chamada Vila São José, estava situada em uma área destinada ao prolongamento da Avenida Pedro II, via que começou a ser aberta em 1935. (ARREGUY, RIBEIRO, 2008)

A figura abaixo contém o registro fotográfico da abertura da Avenida Pedro II, em 1936. No centro da imagem, encontra-se o Córrego do Pastinho, ladeado de construções residenciais.



Figura 26: Abertura da Avenida Pedro II em 1936.
Fonte: APCBH Relatório do Prefeito Octacílio Negrão de Lima, 1936.

A criação dos conjuntos habitacionais foi uma forma da população com mais recursos, normalmente os operários que trabalhavam nas indústrias, obterem suas moradias. O programa habitacional das cooperativas tinha a preocupação de criar comunidades com infraestrutura.

A atuação da sociedade civil teve a preocupação de dividir a região em quadras para melhor utilização do espaço. Foram projetadas as instalações de escolas, delegacia, comércio, área de lazer como praças e campo de futebol, conforme registros do APCBH.

Em consequência das mudanças ocorridas na capital mineira até a década de 60, a população belorizontina passou de 350 mil habitantes para 700 mil, ao longo da década, influência do êxodo rural (CASTRIOTA, 1998). Muitos moradores não possuíam condições para habitar de forma adequada, dessa maneira a população menos favorecida constituiu as favelas. Dentro desse cenário a favela São José foi criada.

A ocupação da favela foi realizada por moradores dos bairros vizinhos. O motivo recorrente para a ocupação do terreno foi a insuficiência financeira dos moradores para conseguir pagar o aluguel. Os primeiros moradores eram, em sua maioria, pedreiros e empregadas domésticas (FAVELA É ISSO AI²⁶, 2009). No mapa abaixo a localização da Vila São José na cidade de Belo Horizonte.

²⁶Favela é isso ai é uma Organização Não Governamental, criada no ano de 2004, com o objetivo de proporcionar a construção da cidadania a partir do apoio e divulgação das ações de arte e cultura das favelas na cidade de Belo Horizonte. O projeto foi idealizado pela antropóloga Clarice Libânio e propõem contribuir para a redução da discriminação em relação aos moradores de vilas e favelas.



Mapa 6: Mapa das regiões da cidade de Belo Horizonte com a localização da Vila São José.
Fonte: Google maps - Escala: 1-5km

O programa Favela é isso aí (2009) estudou a história e constituição da Comunidade São José e averiguou que houve uma distribuição local em relação a renda dos moradores. A faixa superior da comunidade foi ocupada pelas famílias mais pobres, que tinham a característica de construírem as suas casas com papelão. Os moradores na parte baixa tinham mais renda e por isso criaram suas moradias em madeira.

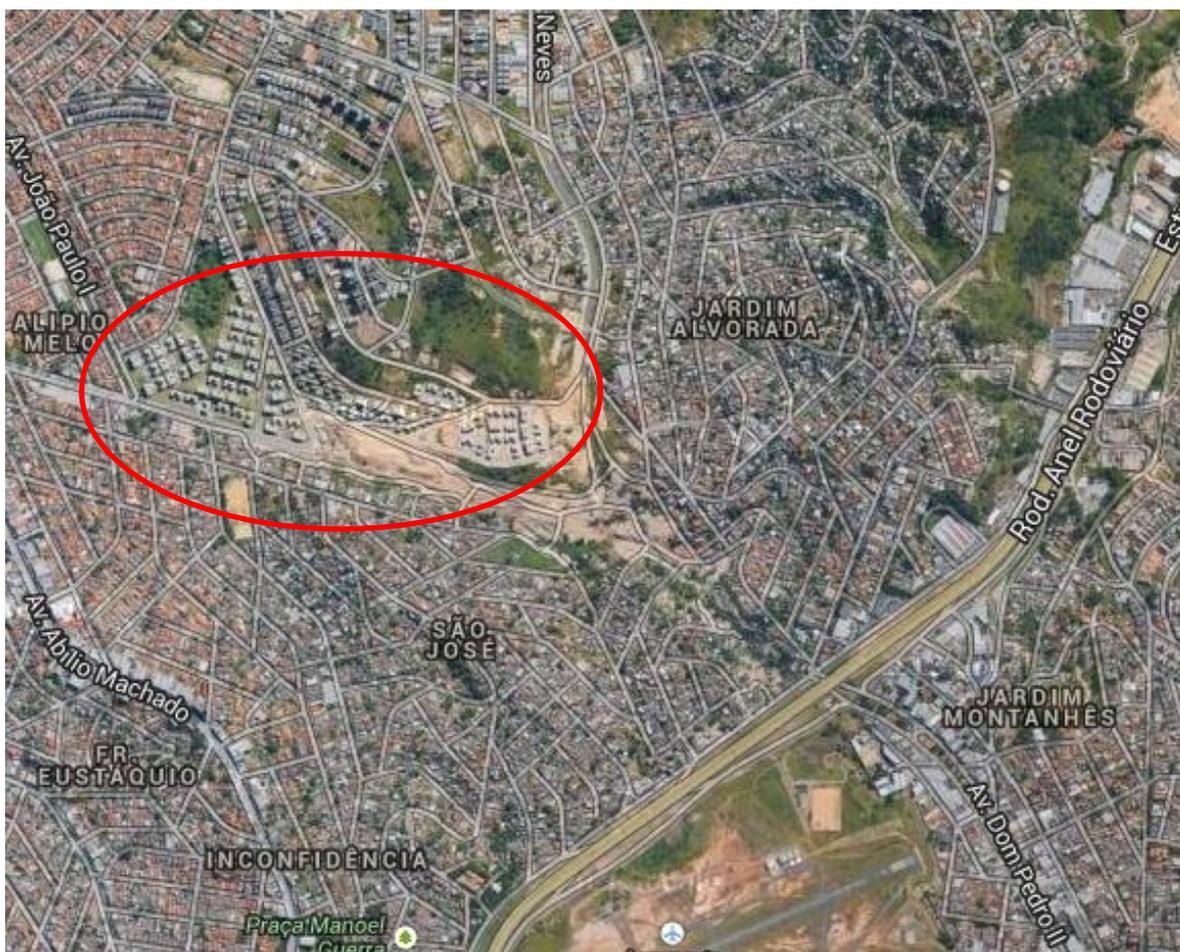
A favela foi ocupada a margem de um córrego com águas limpas e areia em volta. No decorrer dos anos e com o aumento populacional o córrego passou a ser esgoto a céu aberto, devido ao comportamento da população em usá-lo como lixeira. Em dias de chuvas o córrego transbordava provocando enchentes e desabamentos fazendo com que vários moradores ficassem desabrigados (FAVELA É ISSO AÍ, 2009). De acordo com levantamentos da

Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - Urbel, até o ano de 2009, a vila não possuía saneamento básico.

Uma característica presente desde o início da favela é a criação de animais. Os moradores têm o hábito de criar galinhas, patos, porcos e quando possível, cavalos.

A partir do levantamento realizado pelo Urbel em 2009, foi possível recolher dados relevantes para a compreensão da Vila. Foi identificado que 67,3% do total de residentes possui renda inferior a um salário mínimo, apenas 2% ganha acima de três salários mínimos e 49% dos moradores tem o 1º grau completo. Nesse mesmo ano a população do aglomerado era de cerca de 9.000 pessoas, ocupando uma área de 230.025m².

No ano de 2009 a Vila São Jose, foi uma das favelas atendidas pelo programa municipal Vila Viva, somado aos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. O projeto tinha como objetivo a construção de 88 blocos com 1.616 apartamentos. Os programas, segundo o governo federal, atendem aproximadamente 2,4 mil famílias contabilizando aproximadamente 12,500 mil moradores (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). O mapa abaixo destaca a Vila e suas proximidades.



Escala: 1-500m

Mapa7: Mapa da localização Vila São Jose.
Fonte: Google maps.

Como apresentado nesse estudo, as regiões beneficiadas pelo PAC possuem algumas características pré-estabelecidas e a justificativa para o investimento na São José foi a eliminação do gargalo na infraestrutura logística da cidade, tais como aquelas que impedem ou prejudicam o funcionamento de rodovias, no caso dessa região, a ligação viária das avenidas Pedro II a Tancredo Neves e João XXIII. Ocupada há mais de 30 anos a Vila tem sido uma barreira para a integração das regiões Noroeste, Norte e a cidade de Contagem.

Para a melhoria das condições de vida dos moradores da vila, foram realizadas recuperação de áreas degradadas, com a melhora na infraestrutura promovendo o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e pavimentação. Foram implantadas também áreas de lazer e convivência com a criação e implantação de redes de água e esgoto. O

empreendimento, orçado em 172,4 milhões, dos recursos municipais e federais, foi iniciado em Belo Horizonte com os recursos do PAC e do Vila Viva.

O assentamento dos moradores da vila começou a ser elaborado no ano de 2000, pela então vereadora, Neusinha Santos²⁷. Desde 2003 algumas famílias foram transferidas para moradias construídas pela prefeitura no bairro Manacás. Outras 992 famílias foram removidas pela Urbel, dentro do Programa de Reassentamento por Obras Públicas em Vilas e Favelas (Proas). A figura 27 apresenta a estrutura física da então favela São José, antes do apoio dos programas municipais e federais.

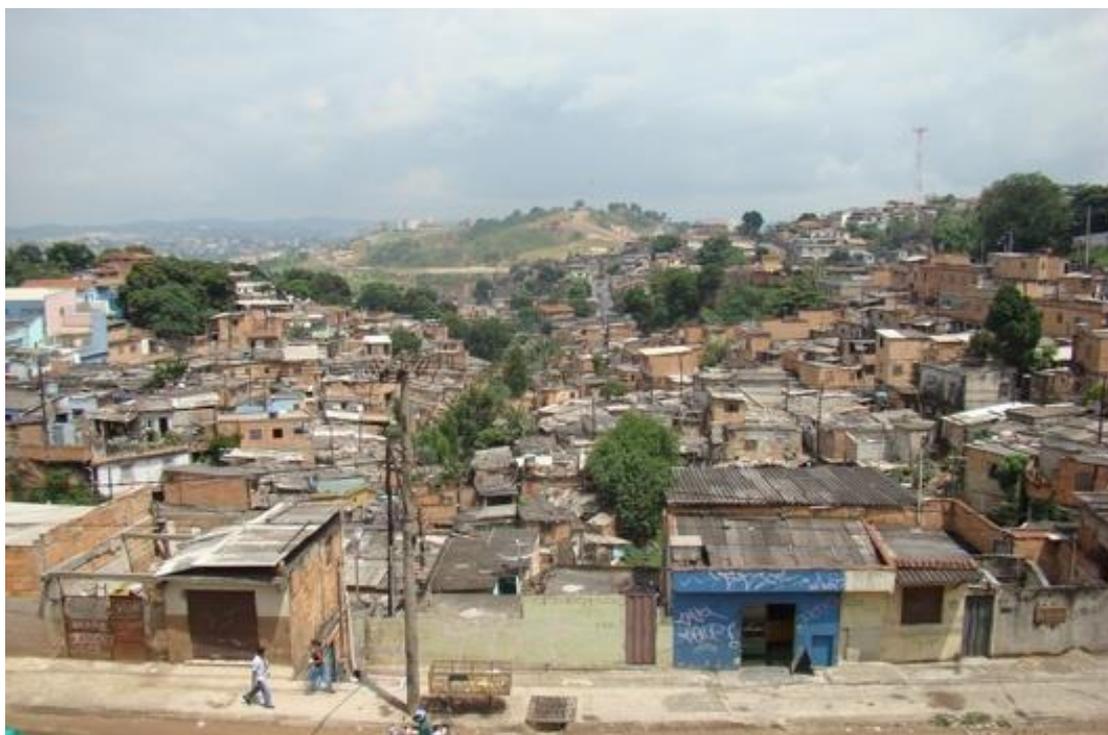


Figura 27: Imagem da favela São José década de 80.
Fonte: Urbel, sem data.

A estrutura física da favela modificou-se completamente, devido aos incentivos financeiros concedidos pelos programas, como apresentado no desenho abaixo.

²⁷Neusa Santos, Iniciou sua militância política em 1970 na Pastoral da Juventude e em Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Na década de 80 foi fundadora do Partido dos Trabalhadores e direcionou seu trabalho em programas de urbanização de vilas e favelas e de segurança alimentar na secretaria do Estado de Trabalho. Atualmente é Deputada Estadual de Minas Gerais.



Figura 28: Desenho da Vila São José na atualidade
Fonte: Erik Batista, 2015.

4.2 CONSTRUÇÃO DA VILA

A partir do diagnóstico elaborado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbelfoi identificada a necessidade da remoção total da vila para a substituição do tecido urbano. Dessa forma, os barracões existentes foram demolidos e criados os prédios e novas vias de acesso.

A viabilidade para grandes projetos e remoções foi possível a partir da liberação de maiores recursos do governo federal para os municípios, como nos programas do PAC e Vila Viva.

Para todo projeto de remoção é exigido um planejamento global para obter as diretrizes. Não há como promover uma intervenção sem o diagnóstico, levantamento de dados e planejamento do espaço que sofrerá reformas.

Para toda obra de construções, reformas e melhorias das condições urbanas da região metropolitana de Belo Horizonte é realizada uma licitação organizada pela Urbel, na qual contrata-se uma empresa, ou/e construtora ou/e empreiteira para executar a obra, podendo ser contratada mais de uma organização dependendo da necessidade do empreendimento. Normalmente, são contratadas empresas separadas, uma para fazer o planejamento e as diretrizes e outra para fazer o projeto e execução da obra. As empresas são

contratadas, supervisionadas e fiscalizadas pela Urbel. A Urbel é também responsável pela vistoria periódica e fiscalização dos prazos pré-estabelecidos, bem como, é a agente reguladora da liberação das ordens de serviço e pagamento de todas os empreendimentos.

A Urbelé,também,responsávelpelo trabalho com a população pós ocupação do projeto. Essa atividade é realizada durante dois anos após o termino das obras, ela tem como objetivo preparar os moradores para viverem em condições distintas da qual estavam acostumados.

Todo o processo está apresentado na representação abaixo:

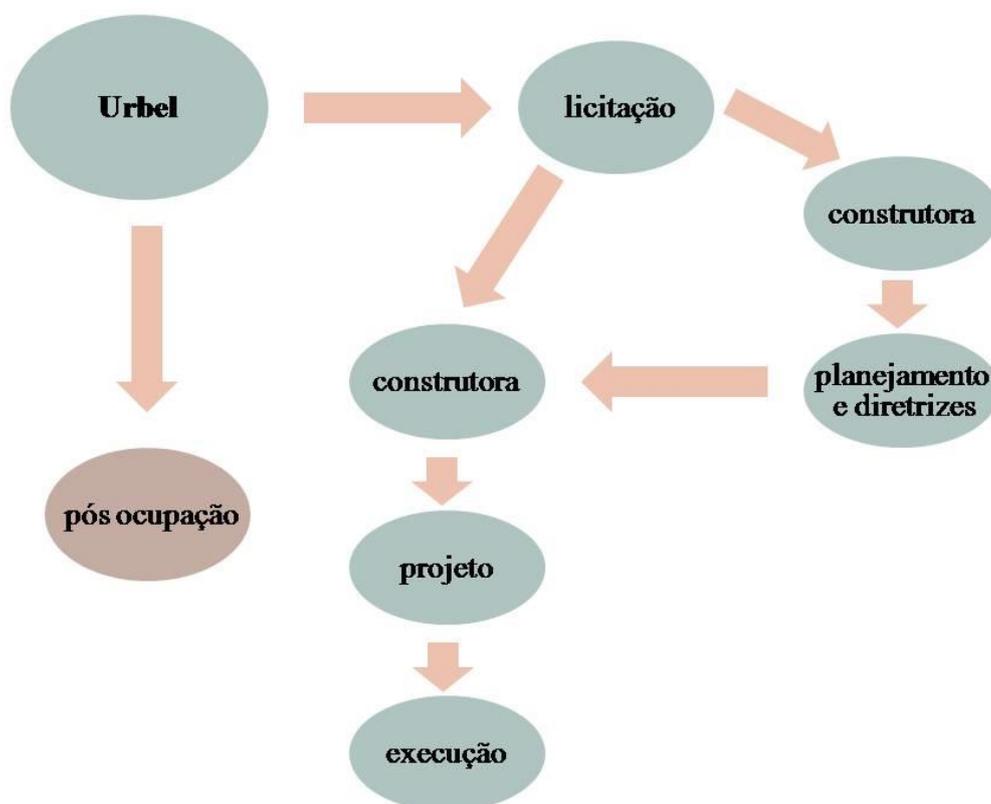


Figura 29: Organograma das etapas de execução das obras orientada pela Urbel
Fonte: Thábata Brito, 2015.

Esse é um processo fragmentado e cada empresa atua de forma particular sem estabelecer parcerias com as outras empresas contratadas. Essa atuação impossibilita visualização do projeto e processo como um todo, como também, não permite o diálogo entre as empresas. Não há o interesse da Urbel em expor todo o processo global para as equipes envolvidas. Conseqüentemente, se há equívocos no desenvolvimento do projeto é difícil averiguar em qual etapa ocorreu o erro.

No caso da Vila São José a empresa vencedora da licitação para a construção dos conjuntos habitacionais foi a Santa Bárbara Engenharia S.A., atuante no mercado de engenharia e construção. Como responsável pela obra a Santa Bárbara Engenharia tinha como dever a administração total do contrato estabelecendo o acompanhamento dos prazos, cronograma físico e controle financeiro, a subcontratação de empreiteiras, administração de toda mão de obra, e dos materiais e constituía a interface com os moradores da Vila.

Santa BarbaraEngenharia afirma que no momento apósganhar a licitação todos os projetos executivos da vila estavam finalizados e que esses foram projetos elaborados no início da década de 90 e até o início das obras, que ocorreu no final de 2009, não houve nenhuma alteração.

O projeto da Vila prevê²⁸ a construção de 88 blocos onde cada um deles tem 16 apartamentos, distribuídos em 4 pavimentos. Há blocos onde a 8 apartamentos com três quartos e os outros 8 apartamentos com dois quartos como também há blocos onde a somente apartamentos com dois quartos como apresenta a forma do pavimento tipo abaixo:

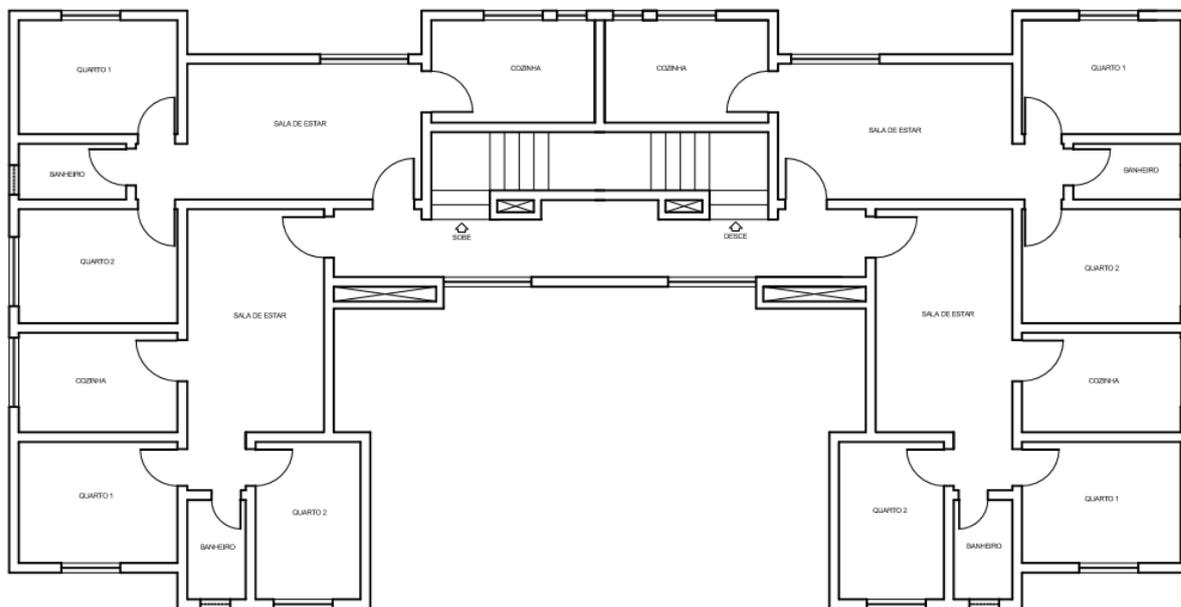


Figura 30: Forma do pavimento tipo - sem escala
Fonte: Thábata Brito, 2015.

Para os responsáveis da Urbel as soluções projetuais alternam entre o ideal e o que seria possível devido a recursos, prazos, condições e área do

²⁸Durante o desenvolvimento da dissertação e até omês de março de 2015 os responsáveis pela construção da Vila São José ainda não finalizaram todos os projetos previstos.

terreno. O ideal seria a construção horizontalizada como as casas germinadas, mas devido à falta de terreno optou-se pela construção vertical. Assim sendo, muitos moradores não gostaram da mudança para edifícios, a população gostaria de receber suas casas com a tipologia dos barracões, mas com estruturas melhores.

No ano 2000 foi realizado o primeiro cadastro das famílias residentes na Vila. Esse foi um processo lento e demorado. Durante o processo de registro e enumeração das famílias, os agentes da prefeitura indicavam em quais condições os moradores iriam residir. Se a família possuísse mais de 5 integrantes eles automaticamente receberiam o apartamento de 3 quartos. Se a família fosse menor que 5 e tivesse um filho e uma filha eles também receberiam o apartamento de 3 quartos. Como o processo do cadastro e construção dos edifícios foi bastante demorado as características das famílias sofreram modificações ao longo do processo, que não foram consideradas no momento da entrega dos apartamentos.

Os blocos foram feitos em períodos distintos. Os primeiros blocos foram construídos em estrutura metálica como solução para agilizar a entrega dos edifícios. Posteriormente todos os blocos foram feitos de parede estruturais, como apresentado nas imagens abaixo. A utilização de paredes estruturais nas edificações impossibilita reformas para novas distribuições espaciais nos apartamentos uma vez que cada parede sustenta os pavimentos superiores.



Figura 31: Imagens da construção de um dos blocos da Vila São José
Fonte: Thábata Brito, 2013.

Em todos os condomínios as janelas do primeiro andar possuem grades e em todos os apartamentos os banheiros e cozinhas dispõem de azulejo no piso e parede, como exposto na figura 32 e nos demais ambientes o piso é de cimento grosso.



Figura 32: Imagens da construção da cozinha e banheiro respectivamente.
Fonte: Thábata Brito, 2013.

O projeto da Vila não favoreceu os comerciantes locais. Na comunidade existiam inúmeros comércios entre as residências e com o processo de remoção os comerciantes receberam uma indenização pelo estabelecimento.

Foi projetado o conjunto habitacional com uma grande área de lazer representada pela praça no meio dos edifícios, como destacado na figura 30, mas não existiu uma separação do terreno para a criação de um comércio no entorno. Dessa forma, os moradores precisam deslocar longas distâncias para usufruir dos serviços prestados pelo comércio, a exemplo de padaria, supermercado e farmácia. Essa é uma queixa presente no discurso dos moradores e há uma distinção dos próprios em relação a proximidade da residência ao comércio local. Os prédios que estão mais próximos ao comércio são considerados a área nobre do conjunto.



Figura 33: Praça central da Vila São José na atualidade
Fonte: Thábata Brito, 2014.

A Vila São José foi uma proposta onerosa para a federação, pois a transferência das pessoas e reassentamento foi em lotes particulares, nos quais, houve a necessidade de desapropriação que estão pendentes até o momento.

4.3 PANORAMA SOCIAL DA VILA

4.3.1 CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE REMOÇÃO

Durante o processo de assentamento grande parte da população questionou o posicionamento impositivo do governo, sem dar aos moradores oportunidades de escolhas. Há relatos de moradores sobre a ação da prefeitura:

Não somos contra o reassentamento, mas há vários terrenos livres na Avenida Tancredo Neves e no bairro Jardim Alvorada. A prefeitura não nos chamou para essa discussão. A área é de interesse ambiental e há previsão de um corredor ecológico até a mata do castelo”, afirma Maria Luiza Pessoa, da associação de moradores. (EVANS, 2008)

O início das obras na Vila foi complexo, pois não havia nenhuma edificação pronta, eram apenas a terraplanagem, muitas máquinas, muita

poeira, transtornos e dúvidas, mas após os primeiros apartamentos entregues a população se tranquilizou e começou a ter mais confiança no projeto.

Durante o início do processo de ocupação e desapropriação dos moradores na Vila São José o professor e fotógrafo Sérgio Antônio registrou um poema gravado na parede do resto de um dos barracos. O poema apresenta a real tristeza da população frente às obras. Nas imagens da figura 34, destacam-se o texto poético de indignação do antigo morador, na desapropriação da Vila São José.



Figura 34: Desapropriação da Vila São José e o registro do poema na parede de um ex-morador.

Fonte: Sérgio Antônio, 2008.

As reclamações recorrentes durante as obras foram a poeira, o barulho, o baixo valor da indenização para os moradores que não aceitaram o apartamento e a demora na entrega dos apartamentos.

Durante a realização das obras houve breve diálogo entre a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH e a associação de moradores. Foram realizadas algumas reuniões no auditório da prefeitura e no canteiro de obras da construtora. Após as reuniões os representantes da prefeitura informavam aos responsáveis da obra as necessidades e dificuldades da comunidade no processo de construção dos novos edifícios.

É importante ressaltar que na época da comunidade São José existia uma associação de moradores, durante o período de remoção e realocação das famílias essa associação se desfez, sendo um dos principais motivos a mudança do representante da associação, João da Escola, para o bairro Manacás.

Como conjunto habitacional, há regras de convenção de condomínio, e a população passa a ter que lidar com inúmeras situações antes desconhecidas. Ainda na favela a maioria dos moradores faziam "gatos"²⁹ para usufruir de água e luz e aqueles que pagavam as contas de água e luz quitavam apenas uma taxa mínima. Com a construção dos prédios os moradores passaram a ter que pagar água, luz e condomínio aumentando assim o seu custo de vida. Os moradores continuam não pagando o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Quanto menos blocos de prédios reagrupados mais fácil para estabelecer contato entre os blocos. Projetar grandes conjuntos com vários blocos, exige um síndico como figura de ordem e regra no conjunto.

Se a dimensão do conjunto é extensa dificulta a inspeção da manutenção e conservação dos edifícios. A figura do síndico indicará o bom ou mal funcionamento do bloco. Por isso, há problemas que excedem a tipologia escolhida para os prédios, como também a configuração, como eles foram arranjados como conjunto habitacional e a possibilidade de comunicação entre eles. Um exemplo do assunto citado acima é a melhoria no bloco 05 realizado por iniciativa própria. Os moradores, em conjunto com o síndico, posicionaram uma cerca metálica em volta somente do seu bloco, para que os moradores do pavimento térreo e segundo andar usufríssem de mais privacidade e segurança.

Outros pontos ressaltados pelos moradores foram a falta de cuidado e preocupação na utilização dos espaços de lazer, a exemplo a praça com os brinquedos e equipamentos para fazer exercícios físicos, como também a quadra de futebol. Muitos desses elementos foram estragados, se não roubados.

Após a conclusão da maioria dos blocos a população reconhece o processo de desapropriação e apropriação como justa. A exemplo, o caso do Alexandre, síndico do bloco 05, que mora há 23 anos na região e conviveu com todo o processo de remoção. Na favela Alexandre tinha um barracão de 66m², os responsáveis da prefeitura avaliaram o imóvel em 18 mil reais, Alexandre não aceitou a proposta e depois de muita conversa obteve um acordo de 22 mil

²⁹Gato é o nome dado à ligação clandestina destinada a furtar tanto energia elétrica como também água, sinal de telefone, internet e televisão paga.

reais pelo barracão. O síndico, assim como a maioria dos moradores, optou pelo apartamento em um dos blocos.

O conjunto sofreu um processo de valorização imobiliária, alguns moradores venderam seus imóveis e conseguiram o valor de 100 a 120 mil reais pelo apartamento. Aqueles que optaram pelo apartamento estão muito felizes pelo valor que o imóvel possui. Há um problema para a prática de compra e venda de apartamentos do conjunto, pois nenhum morador tem documento comprovando a posse do imóvel. A prefeitura está passando por um processo imposto pelos antigos proprietários do terreno, que exigem o direito a receber uma quantia maior pelas terras vendidas. É permitida a venda do imóvel somente depois de dois anos de uso, essa venda, normalmente, é autorizada pela prefeitura.

A prefeitura proíbe a criação de animais como galinhas, gado, cavalos e porcos, mas como não há fiscalização, alguns moradores ignoram a legislação e cuidam de animais para uso próprio.

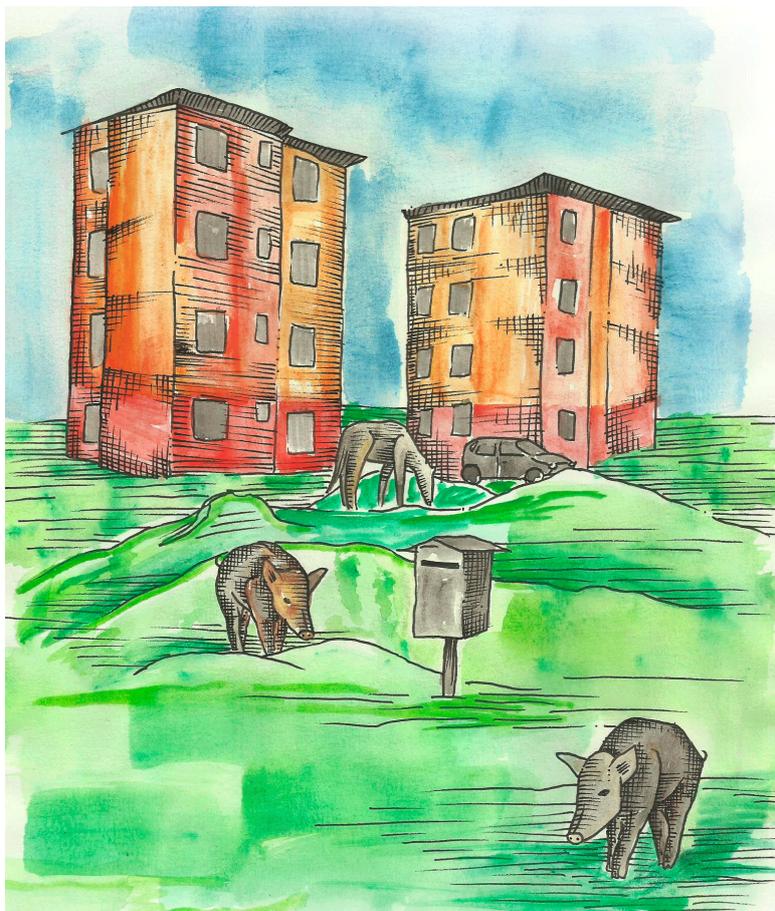


Figura 35: Desenho representativo da criação de animais na Vila
Fonte: Erik Batista, 2015.

A comunidade São José ocupa um terreno muito grande, como já apresentado no capítulo e como forma de delimitação de espaços e demarcação dos blocos foram construídos vários muros entre os conjuntos de blocos, mas muitos deles foram quebrados para criar passagens entre os blocos, mudando a dinâmica proposta no projeto. Todo o conjunto é cercado por muros e há vários pontos danificados para passagens de pedestre, dessa forma, os moradores não precisam se deslocar para o portão para sair da vila. Na frente de todos os blocos há garagem descoberta para os carros e motos.

Como essa é uma comunidade grande com muitos moradores um dos problemas frequentes é a criminalidade na região, assunto que será tratado adiante.

4.3.2 A VIOLÊNCIA NA VILA SÃO JOSÉ

O Vila São José é um ambiente onde a violência e a criminalidade é uma constante na vida dos moradores. Ainda no período da favela surgiram três gangues dividindo o controle das drogas e influência na região. No ano de 2015, existem ainda as 3 quadrilhas atuando no conjunto elas são: a alta, a do meio e a de baixo. As gangues convivem na região vendendo drogas, quando eles não têm recursos os criminosos fazem assaltos nas regiões próximas a Vila. Devido a um acordo estabelecidos entre as quadrilhas, não há roubo na própria vila.

O quadro da violência se altera entre períodos calmos e época de muita hostilidade. Um exemplo foi a troca de tiros que aconteceu em janeiro de 2015. A comunidade passou por 3 horas seguidas de tiroteio, que começou a 1 hora da manhã e durou até as 4 horas, terminando somente com a invasão do Grupo de Ações Táticas Especiais -GATE. Nota-se uma falsa segurança para os moradores, pois eles têm a certeza que não serão roubados, mas que podem ser atingidos a qualquer momento por balas perdidas.

Os criminosos são conhecidos pelos moradores, como também, pelos policiais. A maioria deles são do sexo masculino. Todos os suspeitos foram catalogados, alguns deles foram presos durante o processo de remoção e construção dos edifícios, mas essa ação não impediu a continuidade da

criminalidade na região. Sempre que um dos criminosos são presos ou assassinados, outro homem assumi o controle da gangue.

No desenho abaixo esta representada com as cores vermelhas e fortes o momento de violência que a antiga favela vivenciava e que permaneceu mesmo com a construção do conjunto.



Figura 36: Desenho representativo da violência na Vila.
Fonte: Erik Batista, 2015.

No decorrer da retirada dos moradores e demolição dos barracos muitos funcionários da construtora sofreram inúmeras represálias por terem que demolir casas de traficantes e de parentes dos mesmos. Outra retaliação foi em ocasiões quando os funcionários que eram, também, moradores da vila, tinham rivalidades com integrantes da gangue na área a ser demolida.

Durante o processo de construção muitos materiais, máquinas e equipamentos foram roubados da obra para bancar a produção das drogas. O canteiro de obra da construtora encontrava-se na parte baixa da vila e foi preciso fazer um acordo com o líder do tráfico dessa área como também, assinar a carteira de algumas pessoas indicadas por ele e dar mensalmente

um valor para o mesmo para que os roubos cessassem. Esse acordo foi possível, devido, ao interesse do traficante em retirar a presença da polícia na região, pois essa estava sendo chamada a cada ocorrência de roubo.

Outra exigência dos traficantes foi a indicação de funcionários para permanecer no canteiro de obra, como uma forma de prevenir os roubos, mas esses mesmos trabalhadores desempenhavam o papel de armazenador e vendedor das drogas nas construções. Os funcionários contratados pela construtora eram ameaçados constantemente para não denunciar a situação.

Durante o processo de entrega dos apartamentos, a distribuição dos blocos e apartamentos desconsiderou a existência das gangues e suas rivalidades, criando, dessa maneira, uma problemática para os moradores. Foram colocados no mesmo bloco integrantes de quadrilhas rivais. Como solução, os criminosos expulsaram várias famílias de blocos e apartamentos que eles consideraram estratégicos, deixando muitos moradores sem casa novamente. Esses moradores se organizaram e exigiram suas residências, todos foram realocados em outros apartamentos.

Como mecanismo para impedir e diminuir a violência foi criado, em 2010, o Grupo Especializado em Patrulhamento em Área de risco - GEPA para a região da Vila. O principal motivo para a criação do GEPA foi o alto índice de homicídio na região, a maioria deles por consequência das drogas. Ao final de um dia, foram contabilizados quatro homicídios na região, esta foi acircunstância para a instituição do grupo na vila. Atualmente o índice de homicídios é baixo, há meses em que não há nenhuma morte. No início da criação do GEPA os policiais ficavam 24 horas patrulhando a região, não permaneciam em pontos fixos, mas na viatura circulando toda a vila. Devido à baixa de homicídios as viaturas não ficam mais durante todo o dia, há dias que elas nem circulam na região.

No ponto de vista da GEPA a construção do conjunto habitacional dificultou a abordagem dos policiais, uma vez que os criminosos se posicionam em cada esquina e ficam de vigia nos apartamentos do terceiro andar, o pavimento mais alto. Normalmente, eles avisam a presença da polícia na região e os bandidos que estão fora entram para os prédios e os policiais ficam impossibilitados de entrar no perímetro urbano, pois isso pode ser feito

somente com mandato judicial, dessa forma, a atuação dos policiais é comprometida.

O grupo entende que o conjunto não ajudou a combater a criminalidade, ele promoveu um maior controle das gangues na região, devido o acesso amovimentação da polícia, através do posicionamento privilegiado nos apartamentos.

Contudo, a construção do conjunto favoreceu a catalogação dos suspeitos, uma vez que, a ficha discrimina o bloco e apartamento que o suposto criminoso mora. Há casos onde a suspeita é fundamentada e há convocação de um policial experiente para vigiar o suspeito, esse tipo de ação não acontece com muita frequência.

A população diverge do ponto de vista dos policiais sobre a violência na região. Para os moradores a polícia é bastante corrupta e condizente com o tráfico local. Os policiais afirmam que, infelizmente, eles não têm muito a contribuir para melhorar o nível de criminalidade, pois eles prendem muito suspeitos que acabam voltando a região, por falta de comprovações no envolvimento nos crimes, como também, por pagar para solta-los, dessa forma a polícia perde a credibilidade que tanto almeja constituir.

A violência na vila é um processo cíclico e vicioso alterando entre períodos de calma, conflitos entre as quadrilhas e a conivência dos policiais em tentar eliminar o tráfico na região.

4.3.3 POPULAÇÃO DA VILA SÃO JOSÉ

As personalidades que compõem o conjunto habitacional da Vila São José possuem características diversas.

Os perfis dos moradores são avaliados no processo do planejamento do projeto, no qual é realizado pesquisas amostrais com a população identificando as características das famílias a partir de alguns dados como quantidade de integrantes na família, a renda, o nível de escolaridade, entre outros elementos. Esses dados são utilizados para traçar os diagnósticos das famílias no terreno proposto para a remoção.

Muitas famílias vieram de origens diversas, na vila encontra-se pessoas com naturalidade no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais entre

outras, cada uma com seus motivos para o advento na cidade de Belo Horizonte.

Na Vila São José moram em média 2,4 mil famílias contabilizando aproximadamente 12,500 mil moradores. Devido ao curto período de tempo para desenvolver essa pesquisa e a dificuldade em registrar todos os habitantes, foi diagnosticado os moradores do bloco 05. Esse bloco possui 65 moradores que são divididos na proporção apresentada no quadro abaixo:

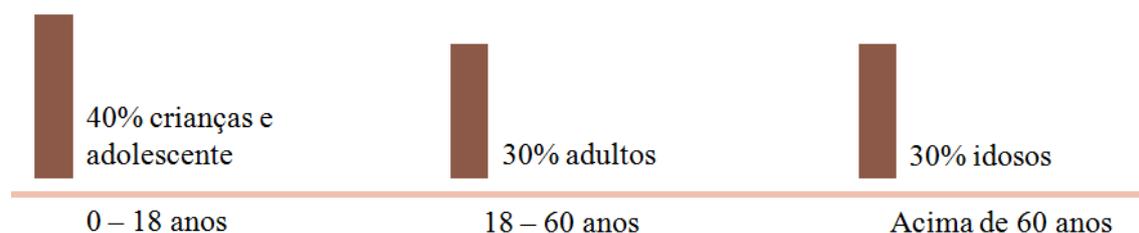


Figura 37: Quadro: Perfil dos moradores.
Fonte: Thábata Brito, 2015.

O quadro acima revela que apenas 30% dos moradores do conjunto estão na classificação com idade ativa, isso significa apto a exercer uma atividade economicamente remunerada. 70% dos moradores estão na faixa da população não economicamente ativa. A vila apresenta uma realidade distinta da perspectiva da cidade de Belo Horizonte que contém 29% de crianças, 60,4% de adultos, e 10,6% de idosos (LOBATO, 2013). 70% dos moradores da Vila são sustentados por outras pessoas ou pelo próprio governo. Todas as crianças do bloco estão dentro do sistema de ensino, seja em escolas públicas ou privadas.

Em todo o conjunto há uma distinção do nível social dos moradores, há habitantes que possuem renda familiar elevada, como também, há inúmeros moradores que vivem com menos de um salário mínimo.

O conjunto habitacional é análogo a uma pequena cidade, nele encontra-se moradores com inúmeras particularidades convivendo com pessoas completamente diferentes dos seus valores, pensamentos, costumes, entre outros elementos. A exemplo de famílias que moravam em situações precárias e áreas de risco e foram realocadas em um dos apartamentos relacionando diretamente com famílias que participavam de movimentos organizados e partidos políticos. Cada família possui uma visão única do novo

apartamento, para a família que morava na área de risco aquele espaço era o recinto mais seguro e supremo que ela conhecia, em contrapartida, para a família envolvida em movimentos organizados esse local não é mais que uma responsabilidade do governo para com a população. Dessa forma, ao mesmo tempo que as diferenças se somam, elas podem ser uma inconveniência para a coexistência territorial. Em vista disso, é primordial existir uma pós-ocupação bem sucedida, dado que é nesse momento que se trabalha a elaboração da identidade do conjunto proporcionando a criação de valores em comum entre os habitantes e o território.

O próximo capítulo analisa a conformação do processo de pós ocupação na Vila São José.

4.4 ANÁLISE DA PÓS-OCUPAÇÃO DA VILA SÃO JOSÉ

A partir das entrevistas feitas com todos os envolvidos nas diferentes etapas do processo de remoção da vila, constatou-se os principais pontos beneficiados com a reforma, como também, aqueles que devem ser melhorados. O quadro 38 aponta a opinião dos entrevistados analisando a criação do conjunto habitacional para a região.

Análise da criação do conjunto habitacional para a região			
	Melhorou	Piorou	Comentários
Moradores	X		“mudou 100% para melhor” “tem água limpa em casa”
Urbel	X		“Melhorou a qualidade de vida”
Construtora	X		"Contribuiu para uma mudança de vida e comportamento dos moradores"
GEPA	X		“hoje em dia eles moram em um apartamento, eles não moram na favela” “acabou com o esgoto a céu aberto” “ a compra de eletrodomésticos, gás, etc chega na casa dos moradores”

Figura 38: Questionamento da criação do conjunto habitacional para a região
Fonte: Thabata Regina, 2015.

Todos os envolvidos concordam que a remoção da favela e a criação do conjunto habitacional foi uma melhora na qualidade de vida e trouxe inúmeros benefícios para a região.

Um tema recorrente nas respostas dos entrevistados é o aspecto e as condições físicas que a vila apresenta na atualidade. O conjunto é um ambiente construído recentemente, mas muito do seu espaço foi degradado e não é utilizado como o projeto previa. O quadro 39 expõe essa confirmação da falta de preocupação dos moradores em zelar pelo ambiente concedido.

Os moradores se preocupam em cuidar do ambiente?				
	Sim	Não	Não comentou	Comentários
Moradores		X		"população não tem educação para utilizar o espaço públicos... os brinquedos quetinham foram estragados e o restante roubado"
Urbel		X		"Não há associações, dessa forma não tem ninguém que lidera e cuida da população e do espaço"
Construtora			X	
GEPA		X		"A população não foi educada para receber tanto, por isso não sabe lidar com a situação e acaba estragando o que lhes foi dado"

Figura 37: Questionamento sobre a preocupação dos moradores em cuidar do espaço projetado.

Fonte: Thabata Regina, 2015.

Analisando as políticas públicas empregadas no processo de remoção da Vila, no sentido teórico e ideológico, são políticas inovadoras com grandes pretensões, que no conceito possui ótimas diretrizes em contraposição ao que é encontrado na prática. Na realidade as grandes remoções trazem muitos problemas sociais, nos quais, normalmente, são postergados até o fim da atuação governamental. Nas grandes remoções o poder público desfaz as redes sociais dos habitantes, ignorando suas origens.

Outro problema apresentado é a solução física das habitações em construções verticalizadas e o tipo de planta arquitetônica e o projeto em si. A solução arquitetônica em prédios existe devido à falta de terreno, o poder público acredita que essa seja a única solução para se fazer reassentamento. Uma vez que o reassentamento é uma completa mudança de vida social entre as pessoas e o ambiente, isso requer das instituições governamentais um cuidado maior no acompanhamento dessas famílias antes, durante e depois da remoção.

As casas germinadas são experiências arquitetônicas mais aceitas pela população e muitas vezes apontadas como desejo entre os moradores das Vila. Como uma forma de sanar esse problema o poder público estabelece um processo de reciclagem e desenvolvimento no processo de acompanhamento social em relação ao ambiente, devido a diversidade da população.

Na extinta favela São José existia associação de moradores que defendia os interesses comuns, com a remoção essa associação se desfez e a comunidade perdeu seu vínculo. Quanto mais nova a ocupação mais improvável é a organização entre eles, como é identificado atualmente na Vila. A função das associações não é somente possuir movimento organizado, mas é a busca da população por avanços e melhorias para eles mesmos. Associações é forma de conexão, ligação entre o poder público e a comunidade. A associação tem papel fundamental para criar o vínculo e comunicação com o poder público.

Com a preocupação em estabelecer uma melhor qualidade de vida para os moradores foi perguntado em quais aspectos a vila poderia melhorar. O quadro abaixo apresenta as perspectivas dos entrevistados sobre principais carências da vila.

Em quais aspectos a vila pode melhorar?	
Moradores	<ul style="list-style-type: none">- Necessidade de projetos sociais que incluam trabalho com a população idosa, como também, atividades para as crianças e adolescentes.- Falta umavoz ativa da população para buscar benefícios para a própria comunidade- Ter mais comercio próximo aos edifícios.

	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuir a violência - Ter o registro de propriedade do imóvel.
Urbel	Ter alguém que promova um diálogo de forma fácil, utilizando a linguagem da própria população.
Construtora	- Ser um local mais seguro
GEPA	- Não apontou nenhum aspecto de melhoria

Figura 40: Apresentação dos aspectos que a Vila pode melhorar
Fonte: Thabata Regina, 2015.

Durante o processo de remoção muitos moradores reivindicaram a indenização para a criação de casas, não apartamentos. Muito deles, ainda, pretendem deixar o conjunto e comprar sua casa própria. Essa afirmação mostra que mesmo com muitas melhorias a população ainda não está completamente satisfeita com a solução proposta.

É extremamente importante entender que nas favelas há um forte sentimento de pertencimento e de coesão e que apesar das inúmeras dificuldades os moradores mantêm um vínculo positivo com o seu território e a sua residência.

O problema dos programas governamentais é não entender essa relação do morador com território, que é bem particular, e propor a mesma solução para todas favelas e aglomerados. Cada favela tem suas especialidades que deveriam ser consideradas no momento da desapropriação.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

| 5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Este capítulo apresenta em quais etapas o designer pode exercer seu papel e promover qualidade de vida no contexto da habitação, com ênfase nas favelas e sua transformação em conjuntos habitacionais através de projetos governamentais no estudo de caso da Vila São José.

O estudo de caso possibilitou compreender todas as etapas de execução dos projetos e visualizar o momento no qual é demandado o conhecimento do designer.

Foi apresentado os problemas existentes na vila e quais os aspectos que deveria ser melhorado, eles são: Há necessidade de projetos sociais que incluam trabalho com a população idosa, como também, atividades para as crianças e adolescentes; há falta de umavoz ativa dos moradores para buscar benefícios para a própria comunidade; a necessidade de ter mais comercio próximo aos edifícios; a diminuição da violência; a obtenção do registro de propriedade do imóvel;a existência de um profissional no processo de ocupação e pós ocupação que promova um diálogo de forma fácil com os moradores, utilizando a linguagem da própria população e por último a vila ser um local mais seguro.

Para a solucionar essas demandas será necessário o diálogo entre equipes de diversas áreas como arquitetos, engenheiros, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, psicólogos, policiais e o designer.

O estudo de caso revelou as demandas expostas por todos aqueles envolvidos no processo de ocupação e pós ocupação da Vila e dentre as necessidades de melhoras apresentadas no estudo de caso, o designer pode auxiliar em três delas especificamente,sendo elas:

- as carências em projetos sociais que incluam trabalho com a população idosa, como também, atividade para as crianças e adolescentes;

- a falta de voz ativa da população para buscar benefícios para a própria comunidade, durante todo o processo de remoção, ocupação e pós ocupação;
- a existência de alguma entidade ou responsável que promova um diálogo de forma fácil, utilizando a linguagem da própria população durante o processo de remoção e ocupação da Vila.

Os modelos de projetos apresentados nesse estudo demonstram iniciativas que pretendem transformar e melhorar as condições de vida da comunidade e neles o design é um dos fomentadores dessas melhoras, mas esse progresso, somente, é feito a partir da participação pública. Com esse raciocínio pode propor uma solução para a primeira demanda apresentada. O designer em parceria com outras áreas pode trabalhar com a população da Vila para promover os projetos sociais, desenvolvendo intervenções urbanas, oficinas e workshop com as crianças e idosos, como também, ser a figura que estabelece o diálogo, durante a remoção, entre a população e os governantes, e as empresas responsáveis.

O poder público desenvolve o trabalho de pós ocupação no período de dois anos. A equipe de comunicação é imprescindível na pós ocupação é ela que estabelece o contato direto com o morador. Uns dos problemas existentes é a forma como os técnicos estabelecem a comunicação, erroneamente, eles mantêm uma linguagem técnica e ao invés de aproximar, afastam a população. É fundamental o papel do intermediário na promoção do diálogo, utilizando a linguagem da própria população como mecanismo para uma eficiente pós-ocupação, dessa forma, o designer pode e deve atuar junto aos profissionais da assistência social por ter uma visão mais prática e criativa e ser capaz de utilizar materiais alternativos e uma grande capacidade de ouvir os usuários.

O papel do design é fundamental para facilitar a adaptação e criar uma diferenciação do espaço para os moradores se identificarem e principalmente se apropriarem desse novo contexto.

Durante a pesquisa os responsáveis da Urbel identificaram uma falta de comunicação e diálogo durante as etapas do processo entre as empresas responsáveis, e esse pode ser outro ponto relevante para a atuação do

designerna possibilidade de comunicação do profissional no momento que o projeto está sendo desenvolvido, pois não há um aprofundamento na qualidade do espaço, uma diferenciação dele. O projeto não possui uma identidade, há uma padronização em todos os conjuntos, sendo contraditório, como apresentado antes, nesses espaços há inúmeros moradores com características diversas sendo colocadas em espaços massificados.

O designer promove o diálogo e tem uma ligação maior para facilitar a interação, comunicação, através do contato direto com os moradores. Ele pode aprofundar a qualidade do espaço, criando detalhes promovendo o design na valorização da cultura e da identidade local.

Como apresentado, todas as obras governamentais da cidade de Belo Horizonte bem como, suas construções, reformas e melhorias são realizadas por licitações organizadas pela Urbel. Todo o processo é fragmentado e cada empresa contratada atua de forma particular sem estabelecer contato entre diversos atores envolvidos. Durante o processo de remoção é, normalmente, incompreensível a visão do todo, pois há o envolvimento de equipes multidisciplinares que desenvolvem os serviços terceirizados. Dessa forma, há o afastamento do conhecimento global do projeto, bem como, a falta do interesse público em tornar esse processo evidenciado para todas as equipes envolvidas. Nessa etapa o designer pode auxiliar na ligação e interface das empresas, ao desenvolver o um diálogo de forma usual com todas as equipes e estabelecendo a conexão e interação necessária para a execução do projeto.

A partir do conceito de design estratégico que busca compreender racionalmente o problema diante dos vários cenários propondo a relação entre as partes, sugiro que o design seja o interlocutor dessas empresas, como também, o autor que irá entender todo o processo, identificando a atuação de cada empresa contratada e as consequências das suas ações e soluções.

Esse trabalho permitiu a pesquisa, sobre o olhar do design, em um campo pouco explorado, durante todo o processo a melhora na qualidade de vida para o ser humano, a partir dos pilares do design, foi o principal motivador desse estudo.

Dessa forma, o design pode ser visto na pesquisa como um procedimento a ser utilizado para promover a transformação e readequação

dos espaços urbanos, onde é possível repensar o ambiente, considerando sua localização promovendo, assim, atividades e redistribuindo elementos que propõem a valorização das relações sociais e espaciais.

O design auxilia na maior possibilidades de apropriações da habitação refletindo as condições dos envolvidos e o acesso deles ao bens construídos.

A pesquisa permitiu entender que o espaço não está vinculado somente ao projeto, mas impreterivelmente ao dia-a-dia urbano. É o cotidiano que prescreve as necessidades da sociedade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana.** REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.107, p.25-38, jul./dez. 2005

ACSELRAD, H. **Discursos da sustentabilidade urbana.** Meio ambiente e Cidade. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1997.

ÁGUAS, Sofia. **Do design ao co-design uma oportunidade de design participativo na transformação do espaço público.** In: On the waterfront, 2008. Núm. 22. VIIIth waterfronts of art international conference Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/252044>> Acesso em: 24 de nov. 2014.

ALVES, J. E. D. **As Características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000.** Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro. 2004.

AMSTEL, F. V. **Design Social: Uma necessidade no Brasil,** 2009. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/usabilidoido/design-social-uma-necessidade-no-brasil-presentation>> Acesso em: 03 de Setembro, 2013.

ANDRADE, L. T. **Ordem Pública e Desviantes Sociais em Belo Horizonte (1897/1930).** Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DC. (Dissertação de Mestrado). 1987

ARRAIS, C. A. **Belo Horizonte, a La Plata brasileira: entre a política e o urbanismo moderno.** Goiânia, Revista UFG, Junho 2009, Ano XI, nº 6

ARREGUY, C. A. C. (coord); RIBEIRO, R. R. (coord) **Historia de Bairro [de] Belo Horizonte: Região Noroeste.** APCBH, ACAP - Belo Horizonte, 2008.

AZEVEDO, S. **Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, n. 22, n.4, p. 107-119, out.-dez. 1988.

AZEVEDO, S. **Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências.** IN: Habitação social nas metrópoles brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Organizador Adauto Lucio Cardoso. — Porto Alegre : ANTAC, 2007. — (Coleção Habitare)

BARBO A. L. C., SHIMBO I. **Uma reflexão sobre o padrão mínimo de moradia digna no meio urbano brasileiro** In: R. B. Estudos urbanos e regionais s v. 8 , n. 2 / novembro 2006 p. 75-94.

BARRETO, A. B. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva. História antiga.** 2. ed. rev. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996

BARRETO, A. B. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva. História média.** 2. ed. rev. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996

BARROS, J. M. **A cidade como discurso.** Urbanitas Revista de Antropologia Urbana. Ano 1, nº1, vol. 1, julho, 2004

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** tradução: Plínio Dentzien – Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BECK, M. ALVAREZ, R. **Governo tenta mostrar otimismo, mas números do PAC não são animadores.** Postado: 07-05-2007. O Globo, Economia. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/maiores-problemas-do-pac-estao-na-area-social-4191751>>. Acesso em: . 05 fev. 2014.

BECK, M. ALVAREZ, R. **Maiores problemas do PAC estão na área social.** 07-05-2007. O Globo, Economia. <http://oglobo.globo.com/economia/maiores-problemas-do-pac-estao-na-area-social-4191751>. 05 fev. 2014.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil.** Análise Social, vol. xxix (127), Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 1994 (3.º), pg.711-732.

BONDUKI, N. G. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo ISSN 1984-5766, Nº1-2008 p. 70-104.

BONSIEPE, G. **Design cultura e sociedade** – São Paulo: Blucher, 2011.

BRITO, F. : SOUZA, J. **Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza.** In: São Paulo em Perspectiva, Vol. 19/Nº 4/Outubro-Dezembro 2005. Revista da Fundação SEADE. P. 48-63. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 setembro de 2013.

CAPITA. **Espaços no centro da cidade ganham intervenções urbanas temporárias**

Apesar de provisórias, transformações dos espaços públicos permitirão que os cidadãos vivenciem as mudanças imaginadas para longo prazo e participem das discussões em torno de alternativas urbanísticas para a área central. Postado 26-09-2014. Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/3769#ad-image-0>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

CAPOZOLI, R. **Bairros planejados, cidades compactas: a saída para a mobilidade em SP: Urbanista defende para São Paulo a idéia de uma cidade sustentável, com bairros densos e organizados de forma a se evitar grandes deslocamentos.** Postado em 30 de julho de 2013. Valor econômico. Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/noticias/4636/bairros->

planejados-e-cidades-compactas-a-saida-para-a-mobilidade-em-sp.html> .
Acesso em: 25 set. 2014.

CARVALHO, I. M. M. **Globalização, metrópoles e crise social no Brasil**. In: Revista eure, Vol. XXXII, N° 95; Tema central: Problemas y tendencias metropolitanas en América Latina, Santiago de Chile, 2006 p. 5-20

CASTELL, M. **Poder da identidade**. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTRIOTA, L. B. **Arquitetura da Modernidade de Belo Horizonte**. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CAVALVANTE, J. O. **Ponto de Fuga**. Belo Horizonte – Praça da Liberdade. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2010.

CIDADE SUSTENTAVEIS. **“Visão Verde” de San José, na Califórnia**. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/visao-verde-de-san-jose-na-california>>acesso: 19 out. 2014.

CIDADES SUSTENTAVEIS. **Barcelona, Líder em Energia Solar**. 08/04/2013Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/barcelona-lider-em-energia-solar>>Acessado 19 jan. 2015.

COMFAMA. **Comfama - Caja de Compensación Familiar**.htm. Comfama, 2014. Disponível em: <<http://www.comfama.com/>>. Acesso em: 12 junho 2014.

COMINATO, M. Prezzi. **MEDELLIN | Colômbia**, 2013. Disponível em: <http://prezi.com/xi_qusdchngd/medellin-colombia>. Acesso em: 12 maio 2014.

COMISSÃO CONSTRUTORA. Disponível em: <<http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br>>. Acesso em: 24 de setembro de 2013.

COSTA, H. **Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?** Estudos urbanos e regionais nº 2 / novembro, São Paulo, 1999.

COSTA, M. B. **Contribuições do design social: como o design pode atuar para o desenvolvimento econômico de comunidades produtivas de baixa renda**. In: Rede Brasil de Design Sustentável – RBDS, São Paulo, 2009Anais do 2° Simpósio Brasileiro de Design Sustentável (II SBDS)

DATA POPULAR Disponível em: <http://www.datapopular.com.br/abert_pt.htm> Acesso em 29 maio 2014.

Design 21 Social Design Network Disponível na internet pó HTTP em: <<http://www.design21sdn.com/>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

DIAS, C. **Pesquisa Qualitativa: Características Gerais e Referências**. São Paulo: 2000. Disponível em: < www.geocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf >. Acesso em: 16 mar. 2015.

ECODESENVOLVIMENTO. Portland aposta em mobilidade urbana e energias alternativas. 04-06-2013 Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/junho/portaland-aposta-em-mobilidade-urbana-e-energias>> Acesso em: 15 jan. 2015.

EVANS, L. Moradores da Vila São José, na Região Noroeste de BH, protestaram contra ação da prefeitura. Presidente da autarquia garante que imóveis destruídos foram erguidos irregularmente. Urbel derruba casas. Estado de Minas, Urbanismo, Gerais, 7 de junho de 2008, 20.

EXAME. Medellín vence prêmio de cidade mais inovadora do mundo. EXAME, 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/noticias/medellin-vence-premio-de-cidade-mais-inovadora-do-mundo/>>. Acesso em: 23 abril 2014.

FARIELLO, D. Principal motor do PAC, Dnit reduziu investimentos em 2013 para abaixo do previsto.O Globo, Economia. 31-01-2014 . Disponível em : <http://oglobo.globo.com/economia/principal-motor-do-pac-dnit-reduziu-investimentos-em-2013-para-abaixo-do-previsto-11459772>>. Acesso em: 06 fev. 2014.

FAUTO, Boris (org). História Geral a Civilização Brasileira: O Brasil republicano. T. 3, V. 2. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

FAVELA É ISSO Histórico: Vila São José Coordenação Técnica Luiza Oliveira, 2009, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=38> Acesso em 26 de junho de 2014.

FRANCO, P. R. ARRUDA, R. RIBAS, S. Aeroporto de Confins não ficará pronto até a Copa. Obras de expansão do terminal não serão finalizadas antes do início dos jogos, em junho. Estado de Minas, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Fundação João Pinheiro e Ministério das Cidades divulgam os resultados do Déficit Habitacional Municipal no Brasil. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/2680-fundacao-joao-pinheiro-e-ministerio-das-cidades-divulgam-os-resultados-do-deficit-habitacional-municipal-no-brasil>>. Acesso em 28 maio 2014.

GESTÃO URBANA. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-aberto>>/ Acesso em: 01 dez. 2014.

GIARETTA, R.A eco-cidade chinesa, 2011, Disponível em: <<http://portalarquitetonico.com.br/a-eco-cidade-chinesa/>>. Acesso em: 27 out. 2014.

GIMENO, J. M. I. **La gestión del diseño en la empresa**. Madrid: McGraw-Hill, 2000.

GODOY, A. **Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais**. in Revista de Administração de Empresas, São Paulo, EAESP/ FGV, 1995, v. 35, n. 2, p. 57-66.

GOMES, P. C. C. **Sobre territórios, escalas e responsabilidade** in A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço/ organização de Álvaro Luiz Heidrich [et AL.].- Canoas: Ed. ULBRA: Porto Alegre: Editora da UFGS, 2008.

GUIMARAES, B. M. **Favelas em Belo Horizonte: Tendências e desafios**. Analise & Conjuntura, Belo Horizonte, v.7, n.2e 3, maio/dez. 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home> > Acesso em 28 maio 2014.

INSTITUTO MOBILIDADE VERDE. **Prefeitura de SP substitui vagas por espaço de convivência**. Postado em: 17-04-2014. Ciclo vivo. Disponível em: <<http://ciclovivo.com.br/noticia/prefeitura-de-sp-substitui-vagas-por-espaco-de-convivencia>> Acesso em: 30 de nov. de 2014.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA. **PAC mantém rotina de má execução”, análise do ITV**. 13 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/pac-mantem-rotina-de-ma-execucao-analise-itv/>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

JACQUES, P. B. **Estética da ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade** in A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço/ organização de Álvaro Luiz Heidrich [et AL.].- Canoas: Ed. ULBRA: Porto Alegre: Editora da UFGS, 2008.

HALL S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Gacira Lopes Louro. 10ed, Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KAZTMAN, R. RIBEIRO, L. C. Q. **Metrópoles e sociabilidade: os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina**. In: Cadernos metrópole 20 pp, Rio de janeiro, 2008 p.241-261.

KRUCKEN, L. **Design e território: Valorização de identidades e produtos locais**. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1992.

LARA, F. **Medellin: uma cidade sem arame farpado**. Portal Forum, 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/urbanidades/2013/10/07/medellin-uma-cidade-sem-arame-farpado/>>. Acesso em: 10 junho 2014.

LARCHER, J. V. M. **Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social**. 2005. 180f. Dissertação (Mestre em Construção Civil) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

LAZARETTI, B. **Veja como funciona a coleta de lixo em Barcelona. Com um moderno sistema de tubulações subterrâneas que sugam o lixo e o enviam até uma central de compressão e distribuição**. 09-2012. Planeta sustentável. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/lixo/moderno-sistema-tubulacoes-subterraneas-coleta-lixo-barcelona-703611.shtml>>Acessado 19 jan. 2015.

LEPIANI, G. **Legado olímpico: Barcelona, 20 anos depois: a Olimpíada e a nova cidade. Projeto catalão costuma ser apontado como um exemplo positivo do poder de transformação dos Jogos. A cidade renasceu - mas o plano também teve falhas**. 08/04/2012. Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/barcelona-20-anos-depois-a-olimpiada-e-uma-nova-cidade>> Acessado 19 jan. 2015.

LOBATO, P. **População com capacidade de trabalhar é maior em BH: Pesquisa mostra que 60,4% das pessoas da região estão em idade economicamente ativa, maior percentual entre as metrópoles brasileiras. Indicador favorece o baixo desemprego**. Postado: 11-03-2013. Estado de Minas, Economia. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/03/11/internas_economia,356007/populacao-com-capacidade-de-trabalhar-e-maior-em-bh.shtml. Acesso em: 02 mar. 2015

LOPES, J. M.; KAPP, S.; BALTAZAR, A. P.. **"Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres"**. In: Anais SILACC 2010 – Simpósio Ibero Americano "Cidades e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas". São Carlos: USP-SC, 2010.

MANZINI, E. **Design, ethicsandsustainabilityGuidelines for a transitionphase**. DISIndaco, Politecnico di Milano, 2006.

MANZINI, E.; VEZZOLI, C. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis: Os requisitos ambientais dos produtos industriais**. São Paulo: editora USP, 2005.

MARGOLIN, V.; MARGOLIN, S. **Um “Modelo Social” de Design: Questões de Prática e Pesquisa**. Revista Design em Foco, vol. I, número 001, pg, 43-48. Universidade do Estado da Bahia. Salvador, Brasil, julho-dezembro/2004.

Disponível em: <http://designparasustentabilidade.files.wordpress.com/2010/06/um-modelo-social-de-design.pdf> Acesso em: 03 de Setembro, 2013.

MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** In: São Paulo em perspectiva, 14, São Paulo, 2000 p. 21-33.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade.** In: Estudo Avançado Estud. av. vol.17 no.48 USP. São Paulo May/Aug. 2003

MARICATO, E. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano : Cidades brasileiras: a matriz patrimonialista.** Políticas Sociais (IPEA), v. 12, p. 211-220, 2006 pg 211-220.

MARTINS, H. **Metodologia Qualitativa de Pesquisa.** In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, mai/ago. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf> >. Acesso em; 16 mar. 2015.

MELLO, F. C., COSTA M. C. **O alcance sanitário da urbanização de favelas em Belo Horizonte.** XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG – Brasil, 2008.

M.G.F. **A nova vida de Medellín: A capital do narcotráfico renasce das cinzas.** Super interessante 156, caderno: sociedade. Abril, 2011.

MINISTERIO DA FAZENDA. Disponível em :<<http://www.fazenda.gov.br/>> Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

MINISTERIO DAS CIDADES. Disponível em :<<http://www.cidades.gov.br/>> Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. **Urbanização de Favelas: a experiência do PAC.** Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **PAC 2 – Relatório 4.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-4>>. Acesso em: 01 de março 2014.

MINISTERIO DO PLANEJAMENTO. **SOBRE O PAC** Disponível em:<<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> Acessado em: 05 de fevereiro de 2014

MORAR DE OUTRAS MANEIRAS. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>. Acesso em: 16 de setembro de 2013

MORENA, Fernanda. **Por urbanizações, china investe em infraestrutura de cidades do interior.** Postado em:15 jun 2013. Disponível em:

<<http://noticias.terra.com.br/mundo/asia/por-urbanizacao-china-investe-em-infraestrutura-de-cidades-dointerior>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

MONTEIRO, B. G. **Design & Inovação Social: Práticas de Atuação e uso do Design em Contextos Locais**. Fórum de Ciência e Cultura, UFRJ. Rio de Janeiro, dez/2007.

MOURA, R; FIRKOWSKI, O. L. C. F. **Metrópoles e regiões metropolitanas: o que isso tem em comum?** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001. Anais. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2001. p. 105-114.

MOZOTA, Brigitte. **Gestão do Design - Usando o Design para Construir Valor de Marca e Inovação** - Porto Alegre: Bookman, 2011.

NAKAMURA, J. **Portland (EUA) é um exemplo de que cidades inteligentes e com planejamento proporcionam melhor qualidade de vida**. 16-01-2009. Revista Sustent
Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=914424>>
Acessado em: 16 jan. 2015.

NEUMEIER, Marty. **A empresa orientada pelo design**; Tradução: Felix José Nonenmacher. - Porto Alegre: Bookman, 2010.

NIEMEYER, L. **Identidade e significações: design atitudinal**. In: Cadernos de estudos avançados em design: Identidade. Organização: Dijon de Moraes, LiaKrucken, Paulo Reyes. Universidade do Estado de Minas Gerais. Barbacena: EdUEMG, 2010.

NUNES, M. **Cidades compactas: consenso entre grandes metrópoles mundiais: Para representantes de importantes metrópoles mundiais – como Barcelona, Paris, Portland, Rotterdam e São Paulo, a sustentabilidade das cidades está relacionada com a adoção de projetos de cidades compactas**. Postado: 03 - 06 - 11. Planeta Sustentável. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/cidades-compactas-consenso-metropoles-mundiais-633635.shtml>. Acesso em: 25 set. 2014.

PAZMINO; A. V. **Uma reflexão sobre Design Social, Eco Design e Design Sustentável**.I Simpósio Brasileiro de Design Sustentável Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://editorainsight.com.br/naolab/wp-content/uploads/2012/03/PAZMINO2007-DSocial-EcoD-e-DSustentavel.pdf>>
Acesso em: 03 de Setembro, 2013.

PIMENTA, D. A. O. JANUÁRIO, F. S. PINTO, G. P. NOGUEIRA, M. L. M. RIBEIRO, T. R. G. **Programa vila viva: contradições e resistências no processo de urbanização de uma favela em belo horizonte**. Belo Horizonte, 2009.

PLANETA SUSTENTAVEL. **Como planejar um condomínio sustentável? Há diversas medidas que podem deixar seu condomínio mais verde**.

Convencer, porém, a vizinhança a adotar tais idéias dá trabalho, assim como efetivá-las. 2009. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/casa/conteudo_414443.shtml>. Acesso em: 31 out. 2014.

PORTAL BRASIL. **PAC 2 já investiu R\$ 665 bi em infraestrutura.** Disponível em :< <http://www.brasil.gov.br/>> Acesso em 01 de março de 2014.

PORTAL PREFEITURA DE BELO HORIZONTE **Urbel** Disponível em:<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=17381&chPlc=17381> Acesso em 26 de junho de 2014.
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Disponível em :< <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>> Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

RAMÍREZ, I. D.; COSTA, G. **Para além da “guerra” e da “paz”: Territórios de violência em Medellín.** In: Revista Critica de ciências sociais, Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra, 2012. p. 117-132

RED DE BIBLIOTECAS. Red de Bibliotecas.htm. **Portal Red de Bibliotecas**, 2014. Disponível em: <<http://www.reddebibliotecas.org.co/>>. Acesso em: 12 junho 2014.

REYES, P. **Identidade x identidades: uma visão pelo design.** In: Cadernos de estudos avançados em design: Identidade. Organização: Dijon de Moraes, Lia Krucken, Paulo Reyes. Universidade do Estado de Minas Gerais. Barbacena: EdUEMG, 2010.

RIBEIRO, A. P. **Medellin. Proximo Futuro**, 2013. Disponível em: <<http://www.proximofuturo.gulbenkian.pt/blog/medellin-i>>. Acesso em: 2014.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES L.; LAGES L. **A reinvenção da favela.** Diversa, revista da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG ano 8 n° 17 agosto de 2009.

RODRIGUES, W. **Metodologia Científica.** Paracambi: FAETEC/IST, 2007.

SANCHEZ, Fernanda. **Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes.** R. B. Estudos urbanos e regionais n° 1 / maio 1999, pag. 115-132.

SANTOS, C. H. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964 - 1998.** IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: 1999.

SANTOS, B. S. **Notas sobre a História Jurídico-Social de Pasárgada.** Texto preparado pelo Autor com base em sua tese de doutoramento apresentada à Universidade de Yale, 1973.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. Governo define que a classe média tem renda entre R\$ 291 e R\$ 1.019 Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=17351#ixzz33VQpxwWh>> Acesso em 02 de junho de 2014.

SENNA, P. SATO, P. **Habitação em Singapura**. 26-09-2012. Disponível em: <https://arquiteturascontemporaneas.wordpress.com/2012/09/26/habitacao-em-singapura-por-pedro-senna-e-priscila-sato/> Acessado: 17 jan. 2015.

SIMÃO, F. L. R **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em belo horizonte**. Juiz de Fora, UFJF, (Dissertação de Mestrado) 2008.

SPOSITO, M. CARRANO, P. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. 26ª Reunião Anual do ANPEd, Poços de Caldas, de 5 a 8 de outubro de 2003.

TEIXEIRA, E. - **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Categoria: Controle social de políticas públicas, ed.: 11 - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia. (AATR). Salvador, 2002.

SSF. **SuperintendenciadelSubsidio Familiar - Colombia.htm**. **SuperintendenciadelSubsidio Familiar**, 2014. Disponível em: <<http://www.ssf.gov.co/>>. Acesso em: 12 junho 2014.

TARAZONA, Á. A.; MONTOYA, R. G. **Lascajas de compensación familiar enColombia: Marcos normativo, organizacional y socio-económicoensuconsolidación**, 15 agosto 2010. 24.

VASAN, N. PRZYBYLO, **.Do good well: your guide to leadrship, action, and social innovation**. São Francisco,Libraryofcongresscataloging, 2013

VIEIRA, R. S. **DESAFIOS À REALIZAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE : O exercício da democracia rumo à Maioridade Social**. Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/33742/NELCI%20CLAUDINEI%20MUNIZ.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 de Setembro, 2013.

VINNITSKAYA, I. **10 Pontos para Cidades Habitáveis: Lições de Singapura**. 07-03-2013. Tradução: Fernanda Britto. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-101297/10-pontos-para-cidades-habitaveis-licoes-de-singapura>> Acessado em: 16 jan. 2015.

VITTE, C. C. S. **Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social**. In:População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais / Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. p. 79-99.

ZURLO, F. **Design Strategico**. In: ENCICLOPEDIA Treccani. Roma: Editore Enciclopédia, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ENTREVISTA FEITA A CIDADÃOS DE MEDELLÍN

APÊNDICE B - ENTREVISTA REPRESENTANTES DA CONSTRUTORA RESPONSÁVEL PELA OBRA DA VILA SÃO JOSÉ

APÊNDICE C - ENTREVISTA REPRESENTANTES GRUPO ESPECIALIZADO EM PATRULHAMENTO EM ÁREA DE RISCO (GEPa) RESPONSÁVEL PELA SEGURANÇA E ORDEM DA VILA SÃO JOSÉ

APÊNDICE D - ENTREVISTA REPRESENTANTE COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE - URBEL

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO MORADORES

APÊNDICEA

Entrevista feita a cidadãos de Medellín

Ola, meu nome é Thabata Brito, sou mestranda na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG (Brasil). Desenvolvo uma pesquisa com o tema: Aplicação do design em projetos urbanos: estudo de caso da Vila São Jose, Belo Horizonte, MG, que tem como objetivo entender o papel do design na melhora da qualidade vida das pessoas que moram em favelas e que passaram a morar em conjuntos habitacionais projetados pelo governo.

Utilizo como exemplo as soluções realizadas na cidade de Medellín. Ela reverteu o status de ser uma das cidades mais violenta do mundo e passou a ser sinônimo de transformação, transparência, educação, cultura e otimismo. Como tenho apenas informações divulgadas pela imprensa e alguns blogs gostaria de saber a visão de quem já morou e teve o convívio com essas mudanças. Por isso gostaria que respondesse á algumas perguntas abaixo:

1. Você acha quehouve transformações?,se houve quais?Como era Medellín antes e como é agora?
2. Quando começou essas transformações na cidade? O que causou essas mudanças?
3. Você poderia me dar um exemplo onde se evidenciem essas transformações?
4. Quais as áreas que você acha que faltou investimento?
5. Como você acha o design tem ajudado nesse processo? (esta pergunta foi realizada somente para aqueles que formaram em design)

Obs: Esse questionário será anexado a dissertação final, caso não queiram que sua identidade seja exposta no trabalho por favor expressar essa vontade.

APÊNDICE B

Entrevista representantes da construtora responsável pela obra da Vila São José

Ola,

Meu nome é Thabata Brito, sou mestranda na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Desenvolvo uma pesquisa com o tema: Aplicação do design em projetos urbanos: estudo de caso da Vila São Jose, Belo Horizonte, MG, que tem como objetivo entender o papel do design na melhora da qualidade vida das pessoas que moram em favelas e que passaram a morar em conjuntos habitacionais projetados pelo governo. Toda a informação é relevante, peço que seja minuciosa nas suas respostas.

- Nome da empresa e atuação no mercado:
- Quem foi responsável pela criação do projeto da Vila São José?
- Como foi o processo de contratação da empresa para a construção da Vila?
- Quais eram as obrigações da empresa como responsável pela obra?
- Como a população lidou com as obras na região?
- Teve algum dialogo com a população sobre o que ela gostaria de ter ou o que fosse feito?
- A empresa e ou funcionários sofreram alguma ameaça em relação a segurança?
- Houve roubo de matérias durante obra?
- Quais eram as reclamações mais freqüentes dos funcionários?
- Quais eram as reclamações mais freqüentes dos moradores?
- Como você analisa a criação dos conjuntos habitacionais para a região?
- Quais as deficiências da vila?

Muito obrigada pela ajuda.

APÊNDICE C

Entrevista representantes Grupo Especializado em Patrulhamento em Área de Risco (GEPA) responsável pela segurança e ordem da Vila São José.

Ola,

Meu nome é Thabata Brito, sou mestranda na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Desenvolvo uma pesquisa com o tema: Aplicação do design em projetos urbanos: estudo de caso da Vila São Jose, Belo Horizonte, MG, que tem como objetivo entender o papel do design na melhora da qualidade vida das pessoas que moram em favelas e que passaram a morar em conjuntos habitacionais projetados pelo governo. Toda a informação é relevante, peço que seja detalhista nas suas respostas.

- Quanto tempo o grupo existe na região da vila são José?
- O que acha que mudou com a criação dos conjuntos habitacionais?
- Antes do grupo exercer sua atividade na vila como era visto a criminalidade na região?
- Quais são os índices de criminalidade na região atualmente?
- Como foi manter a segurança pública depois da criação dos conjuntos habitacionais?
- Como vocês avalia as reformas e mudanças que o programa de aceleração – pac proporcional à região?
- Vocês acham que o conjunto habitacional melhorou a qualidade de vida dos moradores?
- Vocês acham que a região é um espaço seguro? Se não quais investimentos faltam para tornar o bairro seguro?
- O que vocês mudariam na vila para melhorá-la?
- Como vocês acham que a polícia pode ajudar para deixar o espaço melhor?

Muito obrigada pela ajuda.

APÊNDICE D

Entrevista da representante Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel

Ola,

Meu nome é Thabata Brito, sou mestranda na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Desenvolvo uma pesquisa com o tema: Aplicação do design em projetos urbanos: estudo de caso da Vila São Jose, Belo Horizonte, MG, que tem como objetivo entender o papel do design na melhora da qualidade vida das pessoas que moram em favelas e que passaram a morar em conjuntos habitacionais projetados pelo governo. Toda a informação é relevante, peço que seja detalhista nas suas respostas.

- O que vocês pensam da nossa política de habitação? Quais os maiores problemas de habitação no Brasil?

- Quais os programas governamentais mais efetivos na sua opinião?

- Qual o papel da Urbel?

- O que vocês acham sobre o processo de construção da Vila São Jose e as soluções arquitetônicas aplicadas?

- Em quais aspectos a vila pode melhorar?

- Existe algum design na equipe da Urbel, você acha que esse profissional pode ajudar no processo? onde?

Muito obrigada pela ajuda.

APÊNDICE E

Questionário moradores

Ola,

Meu nome é Thabata Brito, sou mestranda na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Desenvolvo uma pesquisa com o tema: Aplicação do design em projetos urbanos: estudo de caso da Vila São Jose, Belo Horizonte, MG, que tem como objetivo entender o papel do design na melhora da qualidade vida das pessoas que moram em favelas e que passaram a morar em conjuntos habitacionais projetados pelo governo. Toda a informação é relevante.

- A quanto tempo você mora na vila?
- Você participou da transformação de favela para o conjunto?
- O que você acha que o conjunto tem de melhor?
- O que você mudaria na vila, o que precisa melhorar?
- O que você mudaria na sua casa?

Muito obrigada pela ajuda.